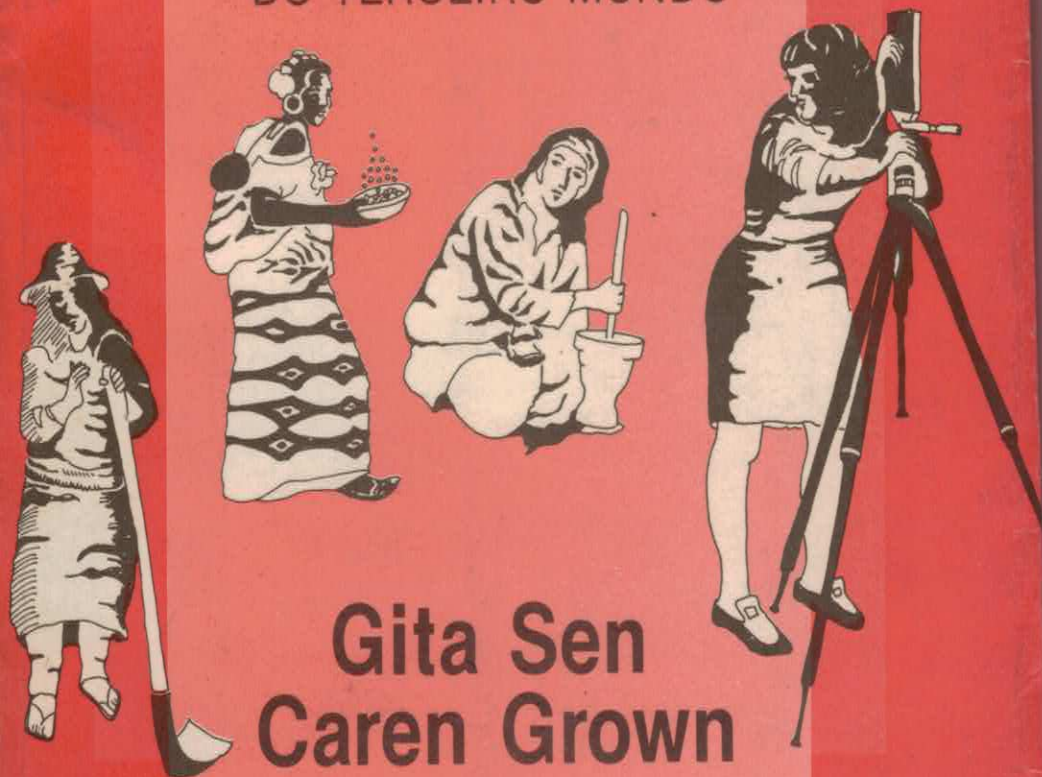


DESENVOLVIMENTO, *CRISE*

e

VISÕES ALTERNATIVAS:

PERSPECTIVAS DAS MULHERES
DO TERCEIRO MUNDO



Gita Sen
Caren Grown



espaço e tempo



(DAWN) MUDAR

O livro Desenvolvimento, Crise e Visões Alternativas: Perspectivas das Mulheres do Terceiro Mundo é uma importante reflexão sobre a condição da mulher.

As mulheres responsáveis milenarmente pelos cuidados com a casa e os filhos vêm ter trabalho redobrado com a crise econômica. Além do mais, a atual onda conservadora reforça ainda mais os preconceitos e portanto a desvalorização do trabalho da mulher.

Somente com o feminismo, ensinamos este livro, produzido por um coletivo de mulheres (MUDAR), cuja sede está no Brasil por dois anos, poderemos ter uma real transformação da sociedade.

O MUDAR — Movimento para um Desenvolvimento Alternativo é atualmente o grupo mais importante e atuante de mulheres do Terceiro Mundo e sua experiência contada neste livro pode dar pistas importantíssimas para o processo de libertação das mulheres brasileiras.

DESENVOLVIMENTO,
CRISE E VISÕES ALTERNATIVAS:

perspectivas das mulheres do Terceiro Mundo



GITA SEN E CAREN GROWN

DESENVOLVIMENTO
CRISE E
VISÕES ALTERNATIVAS:

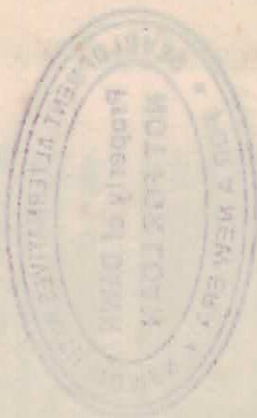
perspectivas das mulheres do
Terceiro Mundo

Este livro foi escrito por Gita Sen e Caren Grown para o projeto Development Alternatives with Women for a New Era (DAWN) ou Mulheres por um Desenvolvimento Alternativo (MUDAR). Orientação sólida e essencial foi dada pelo Comitê Fundador do projeto e por um grande número de pesquisadoras e ativistas.

Tradução de
Paulo Fróes

Revisão técnica de
Neuma Aguiar

Co-edição
Editora Espaço e Tempo
DAWN/MUDAR
Rio de Janeiro



© 1988, DAWN/MUDAR
Rua Paulino Fernandes, 32
22270 — Botafogo — Rio de Janeiro — RJ

Direitos de publicação em Língua Portuguesa:
Editora Espaço e Tempo Ltda.
Rua Francisco Serrador, 2 gr. 604 — Centro
20031 — Rio de Janeiro — RJ
Tel.: (021) 262-2011

Título original em inglês: Development, Crises and Alternative
Visions — Third World Women's Perspectives

Capa e Diagramação: Vanja Freitas

CIP-Brasil. Catalogação-na-fonte
Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ.

S479d
Sen, Gita
Desenvolvimento, crise e visões alternativas : as
perspectivas das mulheres do Terceiro Mundo / Gita
Sen e Caren Grown; tradução de Paulo Fróes. — Rio
de Janeiro : Espaço e Tempo : DAW/MUDAR, 1988.
Tradução de: Development Crises and Alternative
Visions — Third World Women Perspectives.
Escrito para o projeto Development Alternatives
with Women for a New Era (DAWN) ou Mulheres
por um Desenvolvimento Alternativo (MUDAR).
Inclui bibliografia
ISBN 85-85114-35-5

87-1048

MEMBROS DO COMITÊ FUNDADOR DO DAWN/MUDAR

Neuma Aguiar (Brasil)
Zubeida Ahmad (Paquistão)
Peggy Antrobus (Barbados)
Lourdes Arizpe (México)
Nirmala Banerjee (Índia)
Carmen Barroso (Brasil)
Ela Bhatt (Índia)
Tone Bleie (Noruega)
Noeleen Heyzer (Malásia)
Hameeda Hossain (Bangladesh)
Devaki Jain (Índia)
Kumari Jayawardene (Sri Lanka)
Isabel Largaia (Cuba)
Ragnhild Lund (Noruega)
Geertje Lycklama (Holanda)
Lucille Mair (Jamaica)
Katharine McKee (Estados Unidos)
Fatima Mernissi (Marrocos)
Achola Pala Okeyo (Quênia)
Marie-Angelique Savane (Senegal)
Gita Sen (Índia)
Claire Slatter (Fiji)

O Secretariado do Dawn/Mudar está sediado atualmente no Instituto
Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ), à Rua Paulino
Fernandes, 32, Rio de Janeiro, RJ, 22270, Brasil.

Problemas, I

Introdução, II

1. O Gênero e O Choque no Processo de Desenvolvimento

Do Império das Mulheres Nômade, 28

A Revolução Cultural, 53

Desigualdade de Gênero e Política Econômica

Adorno, 36

Desenvolvimento Econômico e Desigualdade de Gênero, 51

A Experiência da Mulher no Desenvolvimento, 58

Programa Regionalista e Direitos da Mulher

Introdução, 62

2. O Choque de Gênero, Desempenho da Reprodução da Força de Trabalho das Mulheres

A Crise do Movimento Agrário e Urbano, 71

O Estado do Trabalho e o Desenvolvimento Econômico

Introdução e Visão Geral, 93

3. Trabalho de Gênero, Mulheres

Visão Geral, 110

Introdução, 110

Novas Características do Trabalho de Gênero

Trabalho e Mulheres, 128

Referências, 135

Dedicado às mulheres pobres e oprimidas de todo o mundo, cujos sacrifícios anônimos constituem os alicerces de uma nova sociedade

Preâmbulo, 11

Introdução, 17

1. Gênero e Classe no Processo de Desenvolvimento

Da Perspectiva das Mulheres Pobres, 29

A Herança Colonial, 35

Desigualdade de Recursos e a Política Econômica
"Aberta", 39

Estratégia para o Atendimento das Necessidades Básicas, 50

A Experiência em Projetos de Desenvolvimento, 55

Programas Populacionais e Direitos sobre a
Reprodução, 62

**2. Crises do Sistema, Fracassos de Reprodução e a
Potencialidade das Mulheres**

A Crise de Alimentos, Água e Energia, 71

O Balanço de Pagamento e o Endividamento Externo, 81

Militarização e Violência, 92

Uma Crise de Cultura, 103

3. Visões do Futuro, Estratégias e Métodos Alternativos

Visões do Futuro, 112

Estratégias, 115

Nosso Fortalecimento Através de Organizações:

Tipos e Métodos, 124

Bibliografia, 135

Este livro é o resultado da primeira fase de um programa realizado pelo DAWN/MUDAR, uma rede da qual participam ativistas, pesquisadoras e formuladoras de linhas de ação política. Através de nossa análise e atividades, empenhamo-nos em desenvolver modelos e métodos alternativos com a finalidade de viabilizar os ideais de justiça econômica e social, de paz mundial e de um genuíno desenvolvimento livre de todas as formas de opressão entre homens e mulheres, classes, raças e nações. As participantes, em sua maioria, colheram sua experiência da ação e pesquisa dentro de movimentos de mulheres durante os últimos dez anos; contudo, queremos que esse esforço inclua todas aquelas que compartilham de nossas amplas reivindicações para a sociedade.

Este projeto, *Development Alternatives with Women for a New Era* (DAWN) ou Mulheres por um Desenvolvimento Alternativo (MUDAR), teve suas sementes plantadas em Bangalore na Índia, em agosto de 1984. Naquela ocasião um núcleo de feministas de diversos países reuniu-se para trocar experiências com estratégias, propostas políticas, teorias e pesquisas sobre o desenvolvimento. Tiveram então oportunidade de questionar o impacto desse processo sobre o contingente dos pobres do Terceiro Mundo, especialmente sobre as mulheres e sobretudo à luz da crise econômica e política mundial. Puderam também expressar um sentimento de urgência quanto à necessidade de fomentar processos alternativos de desenvolvimento destacando principalmente as necessidades básicas de sobrevivência, da maioria dos pobres do mundo. O grupo reconheceu a universalidade e poder dos processos econômicos e políticos mundiais que estabelecem o contexto para as diversas experiências nacio-

nais e regionais e que muitas vezes impossibilitam qualquer estratégia ou ação alternativas. Muitas das fundadoras do DAWN/MUDAR, em função de sua experiência com as iniciativas populares a nível comunitário, reafirmaram sua resolução em buscar o entendimento dessas ações dentro de uma perspectiva mais ampla: vincular, por assim dizer, as atividades num plano inferior, mais limitado, à perspectiva de ação em um plano superior mais abrangente. O grupo foi também categórico ao demonstrar que o ângulo mais propício para uma compreensão dos processos de desenvolvimento situa-se na experiência vivida pelas mulheres pobres de todo o Terceiro Mundo, na luta para garantir a sua própria subsistência e de suas famílias. Suas aspirações e lutas por um futuro livre das múltiplas opressões de gênero, classe, raça e nações que poderão fundamentar novas perspectivas e estratégias tão necessárias para o mundo de hoje.

O grupo admitiu como importante ponto de partida o estabelecimento de uma "plataforma" que, harmônica e simultaneamente, articulasse tal perspectiva e também servisse para dar prosseguimento ao debate sobre estratégias alternativas de desenvolvimento. Devemos frisar que grande parte da pesquisa e análise em profundidade que permitirá ampliar nosso conhecimento sobre os processos de desenvolvimento, do ponto de observação das mulheres pobres do Terceiro Mundo, ainda está por ser feita. Este livro representa, portanto, apenas uma etapa preliminar em uma busca mais profunda de novas diretrizes de desenvolvimento. Sabemos que o caráter experimental da discussão e sugestões propostas no capítulo final refletem a natureza inabalável da pesquisa coletiva de alternativas. O que é apresentado aqui não é um projeto acabado, porém uma pequena etapa de um processo muito mais longo.

Este livro foi escrito mediante amplo debate e discussão com pesquisadoras, ativistas e formuladoras de linhas de ação política no ano anterior à Terceira Conferência das Nações Unidas que marcava a Década das Nações Unidas para o Desenvolvimento das Mulheres. Procuramos conscientemente adotar um processo aberto e flexível do princípio ao fim. Esta atitude mostrou ser uma maneira prática e fecunda de reunir experiências variadas, germinar novas possibilidades e efetivamente defender perspectivas e objetivos comuns. A insistência do grupo quanto à importância do processo vem de seu reconhecimento de que

a natureza de nossa idealização de um mundo melhor é poderosamente influenciada pelos métodos adotados para atingi-lo. Se formos capazes de desenvolver novos estilos de trabalho, novas formas de organização e práticas de cooperação, teremos contribuído então para a busca de alternativas genuínas. Para construir uma ordem social que seja justa, imparcial e que represente verdadeira afirmação de vida dos seres humanos, nossos métodos, com as diferenças, devem ser abertos e respeitosos para com as diferenças e devemos tentar romper as hierarquias, o poder e a desconfiança.

O grupo desejava sobretudo abrir o processo às mulheres oprimidas do Terceiro Mundo. O fato de que o projeto DAWN/MUDAR como um todo, tenha se iniciado no Terceiro Mundo e continue a se estabelecer naqueles países, tem reforçado seu apelo a um grande contingente de mulheres e estimulado sua participação. Ao mesmo tempo, o processo tem também utilizado a energia, o talento e os recursos de indivíduos atuantes, instituições afins e parte do movimento feminista de países mais industrializados. Atraiu também o interesse de muitas mulheres pobres e oprimidas destes países, que vêem na análise e objetivos do DAWN/MUDAR uma afirmação de suas próprias experiências e anseios por uma vida melhor.

Muitas pessoas e grupos têm, portanto, dedicado sem restrições seu tempo, experiência, conhecimento e criatividade para tais propósitos. Alimentaram a elaboração deste pequeno livro como um singular esforço coletivo. Muitas vezes, para surpresa daquelas envolvidas em sua evolução, mulheres e homens de diferentes ideologias, mas com semelhantes compromissos com os objetivos de transformação econômica e social, foram capazes de encontrar no DAWN/MUDAR pontos comuns de entendimento a respeito de questões tão amplas quanto o desenvolvimento e o significado do feminismo. Queremos salientar que o processo coletivo que gerou este livro e as atividades ora em prosseguimento do DAWN/MUDAR refletem o verdadeiro espírito e a potencialidade do movimento das mulheres — um espírito que respeita a diversidade, rompe com as hierarquias e a competitividade e fomenta o altruísmo e a reciprocidade.

O processo de propagação e envolvimento adquire diferentes matizes. Numerosas conferências e seminários foram realizados nos cinco continentes após o encontro de Bangalore, o que per-

mitiu que o maior número possível de pontos de vista e experiências fosse debatido e incorporado ao texto. Em Bangalore, o grupo fundador também planejou uma série de atividades afins para o Fórum Não-Governamental patrocinado pelas Nações Unidas e realizado em Nairóbi, no Quênia, em julho de 1985. Os painéis e oficinas do DAWN/MUDAR neste evento — sobre os efeitos do desenvolvimento voltado para o crescimento econômico, as crises econômica, política e cultural e as perspectivas e métodos alternativos do movimento das mulheres — proporcionaram verdadeiro palco permanente para o debate, discussão e elaboração dessas questões. Outras atividades sobre as mulheres e a mídia, além de diálogos sobre diversos aspectos do feminismo e sobre o socialismo foram realizados para ampliar a participação e interação femininas. Teatro, programas audiovisuais e canções animaram as discussões e aproximaram mais os elos entre fenômenos tão amplos quanto a crise do desenvolvimento mundial e a vida das mulheres. Ao término do Fórum, mais de duas mil mulheres haviam participado dos painéis e oficinas endossando os ideais e objetivos do DAWN/MUDAR. Subseqüentemente, importantes institutos de ensino e pesquisa, agências internacionais e organizações desenvolvimentistas incorporaram este livro em seus currículos e trabalhos de campo. Além disso, algumas organizações de mulheres tentaram reelaborá-lo e adaptá-lo para uso a nível popular.

Para considerar o futuro do projeto, as fundadoras do DAWN/MUDAR reuniram-se novamente no Brasil em fevereiro de 1986 para estabelecer uma estrutura que desse apoio ao prosseguimento das atividades do grupo e ampliasse a participação com a mesma espontaneidade de idéias e ação. Criar uma determinada estrutura é, ao mesmo tempo, conservar a flexibilidade do processo não tem sido tarefa fácil. O grupo escolheu uma comissão de monitoria de sete membros composta por uma coordenadora geral e demais coordenadoras de grupos de trabalho nas áreas de pesquisa, publicações, advocacia, treinamento, relações internacionais e comunicações. Estes grupos de trabalho são de caráter inter-regional; durante os próximos dois anos realizarão múltiplas tarefas focalizadas em dois tópicos: as crises de alimentos, energia e da dívida externa em relação às mulheres e os movimentos de mulheres e visões do futuro no Terceiro Mundo. Ficou estabelecido que o DAWN/MUDAR não é, no

presente momento, uma organização associativa composta de membros, porém dá prosseguimento a suas atividades através de processos consultivos semelhantes aos empregados na elaboração do livro. Os membros originais conservarão seu papel consultivo sob a forma de um Comitê Fundador. A comissão de monitoria e as coordenadoras dos grupos de trabalho são oriundas de países do Terceiro Mundo. Embora o foco central das atividades do DAWN/MUDAR seja o Terceiro Mundo, esperamos que indivíduos e movimentos populares dos países do hemisfério Norte possam utilizar e desenvolver perspectivas para o projeto dentro de seu próprio contexto e compartilhar suas intuições para enriquecer o processo encadeado.

A Fundação e Instituto de Recursos Sociais (ISST), uma organização de pesquisa e ação sobre direitos civis, sem fins lucrativos, sediada em Nova Delhi, na Índia, deu início ao projeto e hospedou o Secretariado do DAWN/MUDAR até 1986, quando foi transferido para o Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ), importante escola de pós-graduação brasileira voltada para a pesquisa em ciências sociais. As instituições que deram apoio durante a primeira fase do projeto foram a Unidade das Mulheres e o Desenvolvimento da Universidade das Índias Ocidentais (WAND), a Associação das Mulheres Africanas para Pesquisa e Desenvolvimento (AAWORD), o Instituto Christian Michelsen (CMI), o Centro de Desenvolvimento Asiático e do Pacífico (APDC), o Fórum das Mulheres Asiáticas e do Pacífico (PAWF), a Rede de Ação e Pesquisa das Mulheres Asiáticas (AWRAN), o IUPERJ e o Colégio do México participaram entusiasticamente. Além disso, os seguintes grupos e instituições estimularam e fomentaram as atividades do DAWN/MUDAR: o Instituto de Ensino e Pesquisa das Nações Unidas para o Progresso das Mulheres (INSTRAW — Santo Domingo), o Conselho Indiano de Pesquisa em Ciências Sociais, o Conselho Internacional para Ciências Antropológicas e Etnológicas, a Associação Indiana de Estudos das Mulheres, o Grupo das Economistas Interessadas em Problemas das Mulheres (Índia), o Centro para Estudos de Desenvolvimento das Mulheres (Nova Delhi) a Tri-buna Internacional das Mulheres (Nova Iorque), a ISIS Internacional (Roma e Santiago), o Centro Internacional para Pesquisa sobre as Mulheres (Washington), o Instituto de Estudos das Mulheres Mediterrâneas (Atenas), a Fundação Carlos Chagas

(São Paulo), o Centro das Mulheres Peruanas Flora Tristán (Lima), a Federação das Mulheres Cubanas (Havana), o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (Brasil), o Conselho Estadual dos Direitos da Mulher (São Paulo), a Associação de Estudos das Mulheres Arabes (Beirute), o Serviço de Consulta sobre as Mulheres e o Desenvolvimento Ltda. (Nairóbi), o Instituto de Estudos Sociais (The Hague) e o Kali para as Mulheres (Nova Delhi).

A primeira fase das atividades do DAWN/MUDAR foi financiada por diversas organizações: Fundação Ford, Agência Norueguesa para o Desenvolvimento Internacional (NORAD), Agência Sueca para Cooperação em Pesquisas com Países em Desenvolvimento (SAREC), Agência Finlandesa Internacional de Desenvolvimento (FINIDA) e o Secretariado do Fórum das Organizações Não-Governamentais. O Conselho das Populações (*Population Council*) cedeu suas dependências e forneceu serviços de apoio para a redação do livro, que foi primeiramente publicado em inglês pelo Instituto Christian Michelsen de Bergen, Noruega, em 1985. Àquele texto acrescentamos este novo Prefácio e a Introdução. A tradução foi patrocinada pela Fundação Ford e pelo Governo da Holanda.

Não poderíamos deixar de agradecer sobretudo aquelas que deram valiosas contribuições pessoais durante os três primeiros encontros do Comitê Consultivo do DAWN/MUDAR. Existem muitas outras organizações e pessoas que acreditam nos objetivos deste projeto e que passaram a vê-los como seus próprios. São tão numerosas que só é possível agradecer-lhes dessa forma coletiva. Seus generosos dispêndios de tempo e energia contribuirão a sustentar esse processo e auxiliarão na concretização dos ideais propostos no livro.

Bangalore, Índia
Setembro de 1986

Introdução

O desenvolvimento, a crise social e econômica, a subordinação das mulheres e o feminismo são hoje questões cruciais que podem parecer, a princípio, muito abrangentes e diversas para serem incluídas num mesmo trabalho, coerente e unificado. Constituem, entretanto, temas cuja inter-relação é bem maior do que talvez possa sugerir qualquer discussão acadêmica, elementar. Neste pequeno livro começamos por esclarecer a natureza destas relações, explorando seu significado para aquelas pessoas envolvidas na ação política e prática. Esperamos que este molde analítico sirva de catalisador para novas discussões, mudanças políticas e pesquisas com o desígnio de melhorar fundamentalmente a condição das mulheres e, portanto, de sua família, comunidade e sociedade.

Nosso conhecimento sobre experiências de mulheres com o processo de desenvolvimento — como pesquisadoras, ativistas e formuladoras de linhas de ação política — conduziu-nos a uma certa gama de elementos comuns, a despeito de diferentes pontos de partida. A Década das Nações Unidas para o Desenvolvimento das Mulheres (1975-1985) tornou possível muitas destas experiências, mobilizando todo um corpo de entidades ligadas ao desenvolvimento — agências das Nações Unidas, governos federais e organizações privadas — no sentido de desenvolver projetos e programas com a finalidade de melhorar a posição econômica e social das mulheres. Implícito em muitos desses programas encontrava-se o pressuposto de que o principal problema das mulheres do Terceiro Mundo era sua insuficiente participação num processo de crescimento e desenvolvimento tido, por outro lado, como favorável, promissor. Aumentar sua participação e também a parcela que lhes era devida dos recursos, da terra, dos empregos e da renda, relativamente aos homens, eram elementos vistos não só como necessários mas suficientes

para a conquista de uma melhoria dramática em sua condição de vida.

Um exame crítico do grande volume de dados empíricos acumulados durante a Década das Nações Unidas, além de nossa própria experiência como pesquisadoras e ativistas, levamos hoje a questionar estas premissas.¹ Estes estudos mostram que em lugar de uma transição para melhores condições, houve um agravamento considerável da situação sócio-econômica da grande maioria das mulheres do Terceiro Mundo durante a Década. Com raras exceções, seu acesso relativo aos recursos econômicos, à renda e ao emprego foi reduzido, sua carga de trabalho aumentou e houve declínio em sua condição relativa, e mesmo absoluta, de saúde, de nutrição e de educação. O limitado êxito da linha política integradora decorreu em parte das dificuldades em se vencer certos preconceitos e atitudes culturais concernentes à participação das mulheres na vida econômica e social. Contudo, um fator igualmente importante, mas quase sempre omitido, foi a natureza do processo de desenvolvimento ao qual as mulheres deviam ser integradas.

No Capítulo 1, examinaremos em maior profundidade porque e como a estratégia adotada para se conseguir um crescimento econômico global e aumentar a produtividade no setor agrícola e industrial mostrou-se hostil às mulheres. Nosso argumento é o de que surgiram conflitos fundamentais entre o bem-estar sócio-econômico das mulheres e certos planos e processos de desenvolvimento mais amplos. Conflitos desta natureza ocorrem pelo fato da relação geral com os homens ser opressiva às mulheres e também devido a que muitos processos econômicos a longo prazo são perniciosos — ou, quando muito, indiferentes — aos interesses e necessidades dos pobres em geral. Examinaremos com maior detalhe de que forma o destaque dado à propriedade privada e à comercialização impossibilita, com frequência, o acesso das mulheres aos recursos. Veremos também como a pouca ênfase dada às necessidades básicas em relação às estruturas de produção dominantes dificulta a atua-

¹ Vide *Development Dialogue* (1982), edição especial, "Another Development with Women", para os anais de um simpósio dedicado a esse tema. Jain, D. (1983) e Beneria e Sen (1981).

ção das mulheres como principais provedoras daquelas necessidades.

Durante a última década, o agravamento do problema se deu em virtude de uma série de crises interdependentes de empobrecimento maciço e crescente, carência relativa e absoluta de alimentos, desorganização financeira e monetária, degradação do meio ambiente e grande crescimento demográfico. A grande maioria da população mundial encontra dificuldade cada vez maior em atender até mesmo as necessidades mais elementares e em sobreviver no seu dia a dia. Ao invés de canalizar os recursos disponíveis em programas com a finalidade de eliminar a pobreza e a pesada carga de todas as formas de subordinação, inclusive a de gênero, as organizações nacionais e internacionais costumam reagir a estas pressões através de crescente militarização, repressão interna e agressão externa. No círculo das agências e órgãos doadores há um crescente sentimento de desesperança, ou até de descaço, em relação aos pobres do Terceiro Mundo. A esta atitude soma-se a mudança para o bilateralismo em relação aos auxílios e empréstimos e os cortes na contribuição a instituições multilaterais por algumas das nações mais ricas, mais poderosas e mais militarizadas. Conseqüentemente, os países do Terceiro Mundo vêem-se, cada vez mais, obrigados a depender da mobilização de seus recursos internos para com- pensar a violenta redução na disponibilidade de recursos externos.

Estes problemas da economia mundial criam hoje sérios transtornos para todo o conjunto da teoria do desenvolvimento econômico. Modelos de desenvolvimento deste tipo tomaram forma durante os esforços de reconstrução do sul e sudeste europeu no período de reformas após a II Guerra Mundial. Tornaram-se particularmente fecundos durante as décadas seguintes fornecendo um verdadeiro molde analítico para os esforços feitos pelos novos Estados independentes do Terceiro Mundo no sentido de acelerar o passo de seu crescimento, construir sua infra-estrutura social e melhorar a padrão de vida de seu povo. Importantes escolas de pensamento, com características regionais, desenvolvem hoje modelos apropriados às condições específicas das economias e culturas do Terceiro Mundo. Estaria fora dos limites deste livro uma discussão sobre as novas tendências e mudanças sofridas pela *análise de desenvolvimento*.

Contudo, no tocante ao impacto dos processos de desenvolvimento sobre o bem-estar da maioria das pessoas, os anos 70 testemunharam um desvio global da teoria do desenvolvimento em relação à crença inicial de que o rápido crescimento econômico se converteria automaticamente, mediante uma "filtração de benefícios", em melhoria dos padrões de vida dos setores mais pobres da população. (Por certo, nem todos os modelos de desenvolvimento partiam dessa premissa; referimo-nos aqui à principal corrente da teoria anglo-americana.) Em vista da considerável evidência de que o crescimento econômico era "filtrado" ao ponto de atingir as camadas mais pobres da população da forma esperada, as agências internacionais de desenvolvimento passaram a aceitar a necessidade de atender diretamente aos anseios básicos da maioria dos povos do Terceiro Mundo. Porém, muito embora esse reconhecimento estratégico começasse a surgir, as incertezas e oscilações econômicas bruscas, além da recessão inflacionária da década passada, começaram a estremecer os alicerces da análise do desenvolvimento e da teoria macroeconômica em geral. Agências como o Banco Mundial passaram a responder desvalorizando esta linha de pensamento e defendendo modelos de ajuste estrutural.

Como veremos no Capítulo 2, a implementação desses programas teve efeitos devastadores sobre os pobres do Terceiro Mundo. Não propomos neste livro um modelo analítico abrangente e alternativo ao do ajuste estrutural, porém, queremos argumentar que, ao iniciarmos nosso estudo a partir da perspectiva das mulheres pobres do Terceiro Mundo, estamos dando uma reorientação necessária à análise do desenvolvimento. Essa maneira de ver salienta certas dimensões críticas do uso e abuso dos recursos — uma questão central em qualquer teoria econômica. Focaliza uma vez mais a atenção nos problemas inter-relacionados da pobreza e das desigualdades sociais, fornecendo o reconhecimento de setores esquecidos da população, aqueles que costumam ser relegados à condição de socialmente marginalizados, os mais miseráveis. E, talvez mais importante ainda, põe em relevo de que forma a mobilização das mulheres será capaz de criar novas possibilidades que permitam a travessia para além dos atuais dilemas econômicos.

Conforme será mostrado no Capítulo 3, a contribuição das mulheres — como trabalhadoras e condutoras da prosperidade

humana — é um elemento crítico para que as famílias, as comunidades e as nações possam enfrentar a atual crise de sobrevivência. Embora os recursos para melhorar as oportunidades econômicas das mulheres mais pobres encontrem-se à mão, as mulheres começam a se mobilizar, individual e coletivamente, de forma criativa. Somente através do estímulo e construção pautados em seus esforços e em setores vitais como os de produção de alimentos, comércio e negócios se conseguirá a necessária transformação a longo prazo para uma estratégia de desenvolvimento nacional mais auto-suficiente. Assim, ao mesmo tempo em que aquelas de média e baixa renda talvez se vejam diante de desafios mais graves e imediatos, é possível que as soluções que dêem a seus problemas tão críticos permitam o surgimento de diretrizes políticas mais apropriadas que venham a atender às necessidades de sobrevivência e subsistência.

Como parte desse processo de mobilização, precisamos reafirmar e esclarecer nosso entendimento do feminismo. Durante os últimos vinte anos, o movimento das mulheres discutiu as relações entre a erradicação da subordinação aos homens — subordinação de gênero — e das demais formas de opressão social e econômica, a nível de nações, classes e origens étnicas. Defendemos firmemente neste debate o ponto de vista de que o feminismo não pode exibir rigidez monolítica em seus temas, objetivos e estratégias por constituir a expressão política das preocupações e interesses de mulheres de diferentes regiões, classes, nacionalidades e origens étnicas. Embora a subordinação de gênero tenha elementos universais, o feminismo não pode basear-se num conceito rígido de universalidade que negue uma ampla variabilidade na experiência vivencial das mulheres. Há e deve obrigatoriamente haver diversidade no movimento de forma a responder às diferentes necessidades e preocupações das diferentes mulheres, com diretrizes estabelecidas por elas próprias e a elas destinadas. Esta diversidade se ergue sobre uma oposição comum à opressão e hierarquia de gênero, constituindo apenas o primeiro estágio na articulação e ação em torno de uma agenda política.

Esta heterogeneidade dá ao feminismo o seu dinamismo e transforma-o, possivelmente, no desafio mais contundente e de maior força ao *status quo*. Permite que a luta contra a subordinação seja travada em qualquer arena — a nível das relações

nos lares até as relações entre as nações — exigindo radicais mudanças nas formações culturais, econômicas e políticas.²

Para muitas de nós, os problemas de nacionalidade, classe e raça encontram-se indissociavelmente relacionados à nossa opressão específica enquanto mulheres. Definir o feminismo incluindo a luta contra todas as formas de opressão não só é legítimo como necessário. Em muitas ocasiões, a igualdade entre os sexos há de vir acompanhada de mudanças nestas outras frentes. Porém, a subordinação das mulheres não pode ser negligenciada durante a luta contra outras formas de opressão ou transferida a um futuro distante quando então já estivesse no esquecimento.

Muitas mulheres do Terceiro Mundo³ têm profunda consciência da necessidade deste esclarecimento e auto-afirmação. Durante toda a década sofreram acusações de dois lados: algumas consideravam-nas como não sendo verdadeiramente “feministas” em virtude de sua relutância em separar a luta contra a subordinação da mulher das demais lutas contra outras formas de opressão; outras, acusavam-nas de dividir as lutas de classe ou as lutas nacionais e, às vezes, de seguir sem qualquer crítica o movimento de libertação das mulheres surgido no exterior. É por este motivo que afirmamos de forma categórica que o feminismo empenha-se no desenvolvimento mais amplo e mais profundo da sociedade e na libertação dos seres humanos de todos os sistemas de dominação. Uma visão globalizante desta natureza já havia sido articulada anteriormente, sobretudo nas sessões sobre estratégia em Bangkok, em 1979, e em Stony Point, Nova Iorque, em 1980.⁴ Este livro, estruturado sobre estas iniciativas pioneiras, aprofunda nossa análise e reafirma nossa tentativa de

2 Para perspectivas semelhantes sobre o feminismo vide AAWORD, Newsletter, *Feminism in Africa*, vol. II/III (1985), publicado pela Associação das Mulheres Africanas para a Pesquisa e Desenvolvimento; e *Bringing the Global Home, Feminism in the '80s* — Book III por Charlotte Bunch.

3 Por enquanto devemos deixar bem claro que empregamos o termo “Terceiro Mundo” como auto-afirmação positiva fundamentada em nossas lutas contra as múltiplas opressões de governo, classe, nação e etnia.

4 Vide o “Report of the International Workshop on Feminist Ideology and Structures in the First Half of the Decade for Women”, Bangkok, Tailândia, junho de 1979, e o “Report of the International Feminist Workshop” realizado em Stony Point, Nova Iorque, abril de 1980.

mudança. Ao nos referirmos a esta proposta como uma “perspectiva terceiro mundista” queremos incluir todas as mulheres dos grupos e setores de oprimidas e marginalizadas do movimento das mulheres do Norte, e todas aquelas envolvidas nas atividades do movimento, que assumiram o compromisso de trabalhar por sua plena realização.

Neste contexto, acreditamos que seja a partir da perspectiva das mais oprimidas — daquelas que sofrem em decorrência de sua classe social, sua raça e nacionalidade — que talvez possamos compreender de maneira mais nítida a natureza das relações e elos na corrente das opressões e explorar as formas de ação que deveriam ser adotadas doravante. Essa perspectiva torna bem evidente que às mulheres não interessa em absoluto um processo de desenvolvimento que, além de não levar em conta seus anseios, reduz ao extremo os benefícios que deveriam chegar aos pobres. Não achamos que seja possível atingir um melhor e duradouro nível econômico e social para as mulheres numa situação de crescente desigualdade relativa, se não de pobreza absoluta, tanto para mulheres quanto para homens.^{4a} A igualdade para as mulheres mostra-se inatingível dentro dos processos econômicos, políticos e culturais vigentes em que os recursos, o poder e o controle permanecem no círculo de pequenos grupos de indivíduos. Contudo, tampouco será possível o desenvolvimento sem maior igualdade entre homens e mulheres, com participação mais ativa destas.

Nossa visão do feminismo é centrada num processo de desenvolvimento social e econômico destinado às necessidades dos seres humanos através de um mais amplo controle e acesso ao poder político e econômico. A essência deste livro surgiu da experiência de mulheres que procuraram, tanto em termos práticos quanto analíticos, apreender as implicações dessa maneira de ver. Nosso objetivo não foi o de expandir ou apresentar novos dados ou resultados de pesquisa, mas sim o de situar o diversi-

4a Temos o exemplo norte-americano onde as conquistas feitas pelo movimento feminista em prol da igualdade na década de 70 deixou o núcleo da desigualdade econômica intacto; de fato, muitas destas conquistas se perderam na derrocada econômica e política da década de 80, muito embora tenham ocorrido importantes modificações no grau de conscientização.

ficado conjunto de estudos de casos isolados, projetos e tentativas de organização num contexto mais amplo e unificado. Esperamos dessa forma, através do processo coletivo que esse livro representa, caminhar na direção de um modelo que permita reformular a estrutura da teoria e ação desenvolvimentistas reordenando e unindo seus elementos integrantes dos quais salientamos a melhoria dos padrões de vida, a administração e utilização dos recursos de forma socialmente responsável, a eliminação da subordinação e da desigualdade sócio-econômica entre os sexos, com uma reestruturação organizacional que permita promover tais mudanças.

O Capítulo 1 mostra como a experiência das mulheres com o crescimento econômico, a comercialização e a expansão de mercado é determinada pela hegemonia de classe e gênero, traçando seu percurso através dos períodos colonial e pós-colonial. No Capítulo 2 relacionamos a história progressa das diretrizes políticas e estratégicas de desenvolvimento às crises atuais do sistema capitalista — na produção e distribuição de alimentos, na disponibilidade de água e combustível, no endividamento internacional, na militarização e no crescente conservadorismo em oposição ao papel da mulher em constante transformação. O Capítulo 2 também define a importância da mulher na atuação dos efeitos destas crises mediante seu papel em assegurar a reprodução de sua família e comunidade. Ao redigirmos este capítulo, ficou evidente a carência de publicações que lançassem alguma luz sobre os efeitos setoriais específicos das crises de alimento, energia e de endividamento externo e que examinassem suas inter-relações. Só recentemente estão sendo feitos esforços no sentido de colher evidências, documentar o impacto segundo classes e sexo e analisar os resultados dentro de um modelo abrangente. A pesquisa nesta área constitui questão preponderante nas atividades em andamento do DAWN/MUDAR.

Finalmente, o Capítulo 3 procura ampliar o diálogo sobre a estratégia e os métodos que as mulheres necessitam para vencer estas crises e caminhar na direção de uma sociedade em que homens e mulheres tenham igual participação com justiça e dignidade. Conforme observamos anteriormente, a análise feita neste capítulo é provisória, necessitando de elaboração através de uma discussão continuada dentro do movimento das mulheres. Contudo, o capítulo sugere algumas alterações e estratégias

políticas a curto e longo prazo consoante a visão feminista de uma sociedade melhor. Pelo fato de a organização das mulheres ser elemento crítico para o êxito destas estratégias, o capítulo também avalia os pontos fortes e fracos dos diferentes tipos de organização, sugerindo algumas modificações necessárias para torná-las mais eficazes na formulação e consecução de uma nova agenda política.

Este livro é endereçado sobretudo às mulheres. De fato, as ações por elas realizadas, individualmente e através de organizações, foram os eventos mais interessantes e promissores da última década. Uniram-se em organizações, ligas e movimentos. Enfrentaram problemas de renda e emprego e modificaram o modo pelo qual a sociedade, os governos, as instituições internacionais, os homens e elas próprias avaliam seu próprio trabalho. Lutaram para trazer diante da consciência pública a questão fundamental da sobrevivência humana e do direito à vida com dignidade, lutaram pela organização contra a repressão militar e a militarização e também pela mobilização em diversas outras frentes de ação. As mulheres, portanto, foram as catalisadoras por trás de muitas linhas de ação de governos, agências e outras entidades durante os últimos dez anos.

É importante para nós, do movimento de mulheres, compreender e reconhecer nossa própria força e nossas conquistas. Em 1986, a tendência e o clima ideológicos são mais sombrios em relação à perspectiva de paz e de genuíno desenvolvimento humano e econômico em comparação ao que se antevia no início da década de 70. É com facilidade que manifesta-se o pessimismo em relação às melhorias concretas na situação econômica e social das mulheres, que parecem ter sido tão insignificantes quanto os recursos que as agências e governos realmente lhes destinaram. Olhemos porém para nossas experiências com outros olhos. Hoje sabemos, em virtude de nossa própria pesquisa, que a subordinação da mulher tem longo percurso na História e encontra-se profundamente enraizada nos processos econômicos, políticos e culturais. O que realmente fizemos nos últimos anos foi plantar e fomentar um movimento social de mulheres com uma rede mundial de porte que jamais existiu e dar início à transformação do fenômeno da subordinação, rompendo, nesse processo, também com outras formas de opressão. As mulheres estão plenamente cientes das dificuldades que tiveram em lutar

no seio de suas famílias, dentro das organizações políticas e nas comunidades para conseguir a autonomia pessoal que estivesse e impulsionasse modificações sócio-econômicas mais amplas. A princípio, com precário conhecimento ou preparação para desafiar em sua totalidade a opressão masculina (entrelaçada com a subordinação de classe, nacional e étnica), adquirimos a habilidade, a auto-confiança e a capacidade de nos organizarmos para lutar pelas mudanças.

Embora este livro se dedique sobretudo a este contínuo processo de fortalecimento e mobilização das mulheres, muitos dos temas, além de análise e da estratégia propostas, também se destinam aos governos e agências. Aprendemos, porém, através de nossa experiência na década passada, que a vontade e a seriedade da ação política por parte daqueles que detêm o poder, depende da organização com que as mulheres exigem e promovem as mudanças. Precisamos, portanto, reafirmar nossa reivindicação de remodelamento das principais questões sociais e econômicas de nosso tempo. A fim de que possamos definir o papel que iremos desempenhar nos anos vindouros, os êxitos, os fracassos e as possibilidades de nossas organizações devem ser avaliados. Isto fazemos com o reconhecimento de que poucos movimentos sociais contemporâneos tiveram a potencialidade de mobilização de massas, a visão ampla, a coragem de experimentar novos métodos de ação, o respeito pela diversidade e o desafio tão decisivo como tem o movimento das mulheres. É o momento de reafirmarmos estes pontos com clareza, rigor e paixão.

Setembro, 1986

I GÊNERO E CLASSE NO PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO

Da Perspectiva das Mulheres Pobres

Os debates sobre o desenvolvimento durante as últimas três décadas foram conduzidos a partir do ponto de vista de protagonistas diversos. As posições contrárias e conflitantes que dominaram questões cruciais como a do crescimento econômico *versus* desenvolvimento centrado no indivíduo, crescimento com prioridade para as exportações *versus* aumento da produção voltada para o mercado interno, os problemas do capital internacional, o verdadeiro papel e funcionamento das empresas multinacionais e a oportuna ou não modernização tecnológica refletem, todas elas, interesses e preocupações de diversos agentes nos processos de transformação econômica e social. Entre estes protagonistas encontram-se, habitualmente: interesses nacionais ou regionais diversos e, algumas vezes, conflitantes, empresas nacionais ou transnacionais, diferentes grupos de camponeses e camponesas, trabalhadores e trabalhadoras na agricultura e na indústria e grupos de pessoas sem terra e sem emprego. Foi somente durante a última década que novas protagonistas passaram a ser reconhecidas — as mulheres, oriundas dos segmentos mais pobres e oprimidos de todas as sociedades.

A perspectiva das mulheres pobres e oprimidas nos dá uma visão única e penetrante que nos permite examinar os efeitos dos programas e estratégias de desenvolvimento. Este ponto de partida é fecundo ou proveitoso por um grande número de razões. *Em primeiro lugar*, se entre os objetos do desenvolvimento estão a melhoria dos padrões de vida, a erradicação da pobreza, o acesso ao trabalho digno e a redução das desigualdades sociais, então é bastante natural iniciarmos com as mulheres. Constituem a maioria das pessoas pobres, desempregadas e

menos favorecidas econômica e socialmente em quase todas as sociedades. Além disso, são elas as que padecem da sobrecarga adicional imposta pelas hierarquias com hegemonia masculina e concomitante subordinação de gênero.

Em segundo lugar, o trabalho das mulheres, sempre mal remunerado e desvalorizado, é vital para a sobrevivência e contínua reprodução dos seres humanos em todas as sociedades. Na produção e processamento de alimentos, na responsabilidade pelos combustíveis, água, sistemas de saúde, ensino e educação, saneamento e todo um leque de necessidades consideradas básicas, predomina o trabalho das mulheres. Por isso, se quisermos entender o impacto das estratégias de desenvolvimento sobre estas mesmas necessidades, o ponto de vista das mulheres como principais produtoras e trabalhadoras transforma-se em óbvio ponto de partida.

Em terceiro lugar, em muitas sociedades o trabalho das mulheres no comércio, nos serviços e nas indústrias tradicionais tornou-se generalizado. Por fim, hoje se reconhece que são as mulheres, muitas vezes, que predominam entre as pessoas que trabalham na maioria das indústrias com tecnologia avançada como, por exemplo, em eletrônica e também na produção de artigos de exportação. O impacto do desenvolvimento sobre a tecnologia, o emprego, a renda e as condições de trabalho nestes setores é de interesse não só para as mulheres que neles trabalham como também para as economias que dependem dos empregos, dos lucros do comércio exterior e das rendas geradas dessa forma.

O ponto de vista das mulheres pobres permite-nos assim não só avaliar o grau de benefício ou prejuízo trazido pela estratégia de desenvolvimento para os setores mais pobres e mais oprimidos das comunidades, como também determinar o seu impacto sobre toda uma gama de setores e atividades cruciais para o desenvolvimento sócio-econômico e prosperidade dos seres humanos. Antes, porém, de desenvolvermos o assunto dentro desta perspectiva, é oportuno fazermos algumas advertências. Embora nos centremos sobre as mulheres pobres como pontos de partida para compreensão do desenvolvimento, nossa visão, nossa estratégia e métodos destinam-se a todas as mulheres. Esperamos que essa análise possa contribuir para o debate continuado a respeito dos elementos comuns e diversos na opressão

das mulheres de diferentes nações, classes ou grupos étnicos. A união das companheiras não é um princípio abstrato; é um objetivo concreto que deve ser alcançado através de um processo de debate e ação.

Outro aspecto a ser considerado é que, embora a maioria de nossos exemplos tenha sido tirada do impacto do desenvolvimento no Terceiro Mundo, acreditamos que muitas das questões levantadas — inclusive o próprio significado do desenvolvimento — sejam igualmente relevantes para os países mais industrializados. Talvez em decorrência de o movimento feminista ocidental (sobretudo nos Estados Unidos) ter adquirido força no final da década de 60 e início da de 70, período em que a criação de empregos, os serviços sociais e a renda (pelo menos da maioria branca) encontravam-se em relativo isolamento dos choques que ocorriam na economia mundial, conquistar a igualdade com os homens consistia, na maioria das vezes, o principal objetivo do movimento. Porém, já naquele mesmo período, vozes dissonantes de mulheres pobres oriundas de grupos racial ou nacionalmente oprimidos podiam ser ouvidas defendendo suas reivindicações prioritárias — alimentação, moradia, empregos, serviços e a eliminação do racismo. A igualdade com os homens que também sofriam o desemprego, baixos salários, péssimas condições de trabalho e o racismo no interior das estruturas sócio-econômicas existentes não lhes parecia meta adequada ou justa. Muitas mulheres brancas de classe média também sustentavam este ponto de vista, não só nos Estados Unidos como em diversos países da Europa. Mas foi só com o surgimento da crise de desemprego e do setor de serviços sociais, em meados da década de 70, que a principal corrente de pensamento do movimento das mulheres brancas despertou para a questão da “feminização da pobreza”. Hoje existe um número significativo de publicações a respeito e também sobre as consequências das novas tecnologias emergentes, sobre o que discorreremos posteriormente.

Uma terceira e importante advertência é que não incluímos a experiência dos países socialistas. Embora tal experiência reflita uma estratégia de desenvolvimento bastante diversa e algumas publicações descrevam certas vivências particulares de mulheres sob o regime socialista, limitações de tempo e espaço nos impedem de descrevê-las aqui. Esperamos que nossa análise,

conseqüentemente mais profunda e voltada exclusivamente para os processos de desenvolvimento em países do Terceiro Mundo não-socialistas, permita-nos compreender melhor os problemas concretos enfrentados pelas sociedades em transição para o socialismo, assim como suas perspectivas e potencialidades alternativas. Uma leitura atenta da experiência histórica das sociedades socialistas revela que tais sociedades são capazes de atender de forma mais plena as necessidades básicas da vida humana, com uma tendência a conduzir as mulheres para formas de produção não tradicionais. Entretanto, as estruturas de subordinação das mulheres dentro das famílias, na consciência social e nas lideranças políticas mostraram-se extraordinariamente inflexíveis. Por isso, uma tentativa consciente de romper com estas estruturas torna-se essencial e a organização das mulheres tem muitas vezes desempenhado um papel crítico neste sentido. É importante que avaliemos estas experiências dentro de seu meio social, econômico e histórico, e não em função de alguma modalidade ideal e teórica de socialismo. Esta avaliação pode ser fundamentada nas realidades concretas mediante a participação de mulheres dos países socialistas. Esperamos que na fase seguinte do nosso trabalho possamos dar início a esta discussão.

A experiência das mulheres com os processos de crescimento econômico, comercialização e expansão do mercado é determinada pela sua subordinação ao sexo oposto e por seu vínculo de classe, sendo este o tema central deste capítulo. As estruturas econômicas e políticas vigentes costumam mostrar-se extremamente injustas no que diz respeito a nações, classes, sexos e grupos étnicos. Estas estruturas são, muitas vezes, o legado histórico da dominação colonial. Parece-nos, entretanto, que os processos e as diretrizes estratégicas de desenvolvimento muitas vezes exacerbaram estas desigualdades e, em alguns casos, até agravaram os níveis de pobreza absoluta. Os interesses das nações e classes dominantes, tanto a nível nacional quanto internacional, encontram-se embutidos nestas estruturas, revelando portanto, muitas vezes, um desejo velado de sua persistência. Por isso, enormes setores da população do Terceiro Mundo vem mergulhando progressivamente num mar de incerteza e vulnerabilidade concernentes a sua própria sobrevivência.

Para as mulheres, esta vulnerabilidade ainda é agravada pelos sistemas de dominação masculina que, por um lado, negam ou

limitam seu acesso aos recursos econômicos e à participação política e, por outro, impõem uma divisão do trabalho por sexo, alocando-as em tarefas mais onerosas, que exigem trabalho mais intenso e mal remunerado, dentro e fora de casa, além de lhes premiar com jornadas de trabalho mais longas. Assim, quando os programas de desenvolvimento produzem efeitos negativos, são sentidos de forma mais acentuada pelas mulheres.

A tradicional subordinação de gênero tem limitado caracteristicamente o acesso e controle por parte das mulheres sobre certos recursos produtivos como terra e trabalho, divisão das tarefas por sexo (em que o trabalho das mulheres é quase sempre de inferior *status* ou importância social) e limitação de sua mobilidade física. Por certo, o tipo de subordinação varia consideravelmente de região para região, com os períodos históricos e em função das classes sociais. Um volume considerável de pesquisas conduzidas antes e durante a década passada destinava-se precisamente a estudar estas variações, dispondo-se hoje de um grande número de análises ricas em detalhes setoriais, regionais e nacionais. Por exemplo: embora a subordinação das mulheres ocorra tanto nas classes mais abastadas quanto na classe trabalhadora, a natureza dessa subordinação difere consideravelmente. Para as mulheres pobres adquire a forma de trabalho mais prolongado e mais intenso, enquanto que para as mais ricas manifesta-se no controle de sua mobilidade física e de sua sexualidade.

A subordinação aos valores masculinos encontra-se profundamente enraizada na consciência de homens e mulheres e costuma ser vista como corolário natural de suas diferenças biológicas. É reforçada por crenças religiosas, práticas culturais e sistemas educacionais (tradicionais e modernos) que atribuem às mulheres menor poder e *status*. Isso manifesta-se de forma variada. A divisão do trabalho por sexo não é apenas vista como naturalmente determinada: o "trabalho de mulher", quando realizado pelo homem, o rebaixa aos olhos de seus companheiros. Costuma ser visto como prerrogativa masculina ser pessoalmente servido pelas mulheres dentro de casa. Como bem se sabe, a esfera da política e da religião, com raras exceções, tem sido dominada e controlada pelos homens. Muito embora existam rituais e práticas religiosas femininas, são em geral consideradas

à margem das principais correntes religiosas, ainda que aí também existam exceções.

A ameaça de violência sexual para restringir a mobilidade física das mulheres e punir as que rompessem certas normas sociais era praticada em muitas sociedades. Estupro e outras formas de abuso sexual não constituem atos isolados; muitas vezes têm recebido a sanção social. E mesmo quando isso não ocorre, a vítima costuma ser repreendida pela ação do agressor. Formas de mutilação têm sido tradicionalmente praticadas no sentido de garantir o controle masculino sobre a sexualidade feminina, às vezes como parte do sistema de monopólio masculino sobre a propriedade e a herança. Que as mutilações ficam a cargo muitas vezes de mulheres mais velhas não nos faz esquecer, entretanto, que é a estrutura subjacente de domínio dos valores masculinos sobre a vida das mulheres que sanciona e, de fato, reforça, práticas desta natureza. O resultante trauma psicológico que desenvolve-se em mulheres e meninas manifesta-se em sua própria crença de que aquelas que não sofrem as mutilações devem ser consideradas obscenas e impuras.⁵

O controle das mulheres mediante violência sexual por razões de propriedade e herança é apenas um aspecto. Em muitas sociedades os espaços públicos são fisicamente dominados por homens, sendo extremamente difícil para as mulheres se movimentarem, trabalharem e até mesmo ganharem o seu sustento. (As mulheres, contudo, desafiam esta norma social.) Estes elementos atuam contra as mulheres de todas as classes, embora não, talvez, de forma idêntica. O controle sexual sobre as mulheres cria mais uma barreira à sua capacidade de realizar trabalho assalariado, conseguir produtos de mercado ou ter acesso aos serviços necessários. Os homens muitas vezes esquecem-se de quanto o medo da agressão sexual manipula e ameaça a vida das mulheres.⁶

Como sabemos, as mulheres têm sido ridicularizadas no mundo masculino sendo alvo de piadas, provérbios e mitos ao longo de toda a História. Embora tenham algumas vezes respondido com tolerância, os mitos predominantes costumam ser um

⁵ Vide El Saadawi (1980).

⁶ Vide Sen em RRPE (1984).

instituto aos seus corpos, sua capacidade mental e seu comportamento social. A educação moderna e a mídia muitas vezes perpetuam estereótipos desta espécie. Só com o crescimento do movimento feminista é que tais preconceitos poderão ser desafiados de forma coerente. Dessa forma, a subordinação cultural das mulheres tem reforçado a hegemonia masculina sobre os recursos e o poder e as divisões de trabalho têm cultuado os privilégios masculinos.

Embora os sistemas tradicionais de subordinação tenham sido consideravelmente transformados, em virtude do crescimento econômico, da comercialização e da expansão de mercado, a subordinação mesma persiste, se bem que, em alguns casos, forças mais impessoais no mercado de trabalho substituíam o controle direto sobre as mulheres o qual ocorre ainda nos grupos domésticos rurais de natureza patriarcal.⁷ Devemos compreender o impacto desses processos sobre o acesso relativo das mulheres aos recursos, à renda e ao emprego, além da divisão de trabalho por sexo. Os efeitos combinados refletem-se então na saúde e estado nutricional das mulheres, no seu acesso à educação, em sua capacidade de controlar a reprodução biológica e, talvez o que seja mais importante, em sua autonomia. A conclusão quase que uniforme da pesquisa da Década é a de que, com raras exceções, piorou o acesso relativo das mulheres aos recursos econômicos, rendas e empregos, aumentou sua carga de trabalho e sua condição de saúde, nutrição e educação, tanto em termos relativos quanto absolutos, deteriorou-se.⁸ Uma compreensão mais profunda das causas deve ser buscada inicialmente naqueles processos de desenvolvimento mais amplos, que atingem as mulheres pobres.

A Herança Colonial

Não obstante as variações nas estruturas econômicas, instituições políticas e meios culturais e a despeito das consideráveis

⁷ Vide Beneria (1982) e um grande número de documentos para discussão (*working papers*) e publicações do Programa de Emprego Rural da OIT e também do Instituto de Estudos do Desenvolvimento, Sussex.

⁸ Vide os documentos A/CONF.94/1-30 da Conferência Mundial da Década das Nações Unidas para as Mulheres, 1980 e A/CONF.116/PC/21 da mesma, 1985, e também Sivard (1985).

diferenças nas taxas de acumulação e crescimento econômico sobretudo nos últimos 15 ou 20 anos, a maioria dos países do Terceiro Mundo exhibe uma divergência extraordinariamente pequena nos padrões e conseqüências do desenvolvimento. Quando muito um reduzido espectro de padrões e processos pode ser identificado e em torno do qual situam-se a maior parte desses países. Desse espectro citamos:

- localização estrutural desfavorável na economia internacional;
- vulnerabilidade aos ciclos e flutuações do comércio, preços e fluxos de capital a nível internacional;
- profundas desigualdades internas na propriedade da terra e no controle sobre os recursos, acesso à renda e a emprego;
- não atendimento às necessidades básicas como alimentação suficiente, saúde, habitação, água, energia, saneamento e educação para contingentes significativos da população.

Como é reconhecido hoje por especialistas e analistas, tais problemas são em parte o legado do sistema colonial de transferência do excedente para fora do Terceiro Mundo. Mas sua persistência, mesmo durante a terceira Década de Desenvolvimento das Nações Unidas, revela poderosas estruturas subjacentes que não foram modificadas de forma significativa. Embora nem todo país do Terceiro Mundo sofra dos problemas apontados acima, todos experimentam pelo menos um ou mais deles.

Os aspectos estruturais resultantes da situação dos países do Terceiro Mundo na economia internacional têm sido assunto de extensa literatura e debate.⁹ Para resumir, não só durante a era colonial, mas também durante o período pós-colonial, as relações econômicas entre os países em desenvolvimento e os países desenvolvidos mostraram tendência contrária aos interesses dos primeiros aumentando sua vulnerabilidade aos eventos e pressões externas. Conforme hoje já se admite, as estruturas econômicas e políticas do período colonial converteram os territórios subor-

⁹ Os artigos que emanam das análises latino-americanas dentro da tradição estruturalista e de dependência e os elaborados pela UNCTAD oferecem os melhores exemplos.

dinados em fonte de matéria-prima barata, de alimentos, de mão-de-obra e de mercado para os fabricantes e comerciantes dos países colonizadores. O sistema operava não apenas drenando os recursos e riquezas para fora das colônias; criava enclaves de exportação para a agricultura, mineração e outros setores primários e transformava as comunidades auto-suficientes mediante a comercialização forçada e a introdução da propriedade privada na terra. O controle colonial suprimiu o potencial manufatureiro das colônias e destruiu a produção artesanal tradicional através da importação de manufaturas.¹⁰

As características desse processo variavam de país para país, assim como o grau do conseqüente empobrecimento da população, da exacerbação das desigualdades quanto ao acesso à terra, aos recursos e ao poder, e do crescimento de poderosas classes e grupos internos cujos interesses ligavam-se à manutenção de uma economia aberta. Que enormes setores da população ficaram severamente empobrecidos e que as sementes da degradação do ambiente, da pressão demográfica e do uso indevido da terra foram ambos plantados durante o período colonial são fatos perfeitamente conhecidos. Tais fatos, contudo, merecem ser reafirmados pois neles reside a gênese da atual crise de sobrevivência que aflige as populações do Terceiro Mundo e as mulheres em particular.

Por exemplo, em certas regiões do sul e leste africano a maior parte da terra ficou nas mãos de colonos, enquanto que a população nativa era obrigada a se deslocar para pequenas extensões de terra de má qualidade, incapaz de suportar práticas agrícolas intensivas exigidas pela resultante densidade populacional. Na América Latina e no Caribe a dizimação das populações nativas foi seguida pela divisão de terra em grandes extensões territoriais servidas por trabalho escravo ou por pequenos arrendatários muitas vezes em sistema de servidão agrícola fundada no endividamento.

Enclaves de exportação envolvendo plantações produtoras de lucrativas safras de café, cana-de-açúcar, tabaco, algodão, chá e juta floresceram na maioria das regiões do Terceiro Mundo, junto com minas de cobre, bauxita e outras matérias-primas. Em algumas regiões do sul e sudeste asiático, embora a maior parte

¹⁰ Vide Baran (1959) para uma descrição hoje clássica deste argumento.

da terra ficasse em mãos de pessoas da própria região, foram criados sistemas de propriedade privada com a finalidade de facilitar a cobrança de impostos territoriais e outras taxas pela autoridade colonial. O cultivo forçado de mercadorias agrícolas de exportação como o índigo e o algodão foi extensamente documentada.¹¹

A era colonial, dessa forma, fundamentou a singular situação dos países do Terceiro Mundo na economia mundial. Produtos primários de exportação tornaram-se os fatores de crescimento mais importantes para a maioria dos países, complementados por um fraco setor industrial. O afastamento da terra de grandes segmentos da população ou sua impossibilidade de acesso a ela sob condições de exploração externa, a degradação das florestas e do solo, as resultantes pressões sobre os recursos e o rápido crescimento das favelas urbanas, são todos fenômenos que testemunham o empobrecimento experimentado pela maioria dos povos do Terceiro Mundo durante o período colonial.

A experiência da mulher no período colonial encontra-se hoje documentada, embora um número considerável de pesquisas ainda tenha que ser realizado.¹² O aumento da pobreza das mulheres durante o período colonial já havia sido observado por Ester Boserup, tendo esta pesquisadora salientado que as autoridades coloniais costumavam desfavorecer as mulheres no direito à terra, à tecnologia e ao emprego.¹³ Entretanto, a ideologia patriarcal dos colonialistas era só em parte responsável pelo agravamento da posição econômica das mulheres. A desigualdade inerente e o caráter gerador de pobreza dos processos políticos e econômicos foram fatores igualmente importantes. Muito embora um grande número de homens e mulheres sofressem em decorrência do empobrecimento criado por tais processos, a maior parcela desse sofrimento cabia em geral às mulheres. Com o surgimento, por exemplo, do sistema de propriedade privada em relação à terra, as mulheres, mais do que os homens, perdiam os direitos tradicionais de utilização das terras. Era o

¹¹ Vide Chaudhuri (1982) e Palmer e Parsons (1977) para alguns exemplos.

¹² Vide Etienne e Leacock (1980) e Beneria e Sen (1981).

¹³ Boserup (1970) discute o impacto do colonialismo no Capítulo 3.

trabalho das mulheres que costumava não ser remunerado, além de não ser devidamente especificado nos sistemas de servidão agrícola. Com o declínio das manufaturas tradicionais, as mais atingidas muitas vezes eram as mulheres, com diminuição de seus empregos e renda, como ocorreu no setor de processamento de alimentos, por exemplo. As mulheres amiúde eram deixadas com poucos recursos para alimentar e cuidar dos filhos, dos velhos e dos enfermos, enquanto os homens migravam ou eram recrutados pela colônia para trabalhos forçados. Nas regiões onde imperou a escravidão, o racismo veio a se somar como uma terceira forma de opressão àquelas de gênero e classe.¹⁴ Não nos esqueçamos que o racismo era quase sempre um traço inerente aos administradores coloniais, mesmo na ausência de escravidão. O efeito do racismo colonial sobre a hierarquia de gênero tem sido muito pouco estudado fora das regiões onde prevaleceu a escravidão.

Desigualdade de Recursos e a Política Econômica "Aberta"

Na seção precedente, vimos duas amplas formas de efeitos do domínio colonial sobre os países do Terceiro Mundo. Por um lado, criou-se o sistema de propriedade privada, a produção comercial e a política de exportação, além da produção mecânica na agricultura, na indústria, nos serviços e no comércio. Por outro lado, e como consequência, grandes setores da população ficaram sem recursos, renda ou emprego adequados ou estáveis. Em particular, ocorreu uma progressiva marginalização das necessidades básicas, como alimentação, saúde e moradia, por exemplo, em relação às diretrizes principais das estruturas de produção. Estas duas tendências tiveram consequências muito específicas sobre as mulheres. A propriedade privada e a comercialização reduziram muitas vezes o acesso que tinham aos recursos, mais até que no caso dos homens. A marginalização

¹⁴ Vide Gonzalez (1984). As conexões entre subordinação de gênero, racismo, opressão étnica e de castas no Terceiro Mundo precisam ser estudadas em maior profundidade. Há uma falta considerável de pesquisas nesta área.

das necessidades básicas para uma vida decente veio diminuir o papel das mulheres como principais responsáveis pelo atendimento destas mesmas necessidades. Retomaremos estas tendências em nossa análise da era pós-colonial.

Dado o fato que o período colonial criou e acentuou desigualdades não só entre as nações, como também entre classes e os grupos de gênero (e também castas, comunidades étnicas, raças etc.) dentro das nações, seria necessária uma considerável reformulação das estruturas políticas e econômicas após a independência para promover modificações significativas. De fato ocorreram importantes desvios estruturais que geraram "explorações" industriais e acelerado crescimento econômico em alguns países, sobretudo entre meados das décadas de 60 e 70, além de um maior afastamento entre os próprios países do Terceiro Mundo.¹⁵ Contudo, para a maioria dessas nações tem havido pouco realinhamento estrutural. Com algumas exceções entre os novos países industriais, a maioria das nações do Terceiro Mundo conservou muitas das características dominantes da era colonial. Persistem os enclaves de exportação de produtos primários; a continuada concentração nos produtos de exportação tradicionais tem sido justificada com base nas vantagens dos custos comparados.¹⁶ Tem havido pouco crescimento substancial do setor manufatureiro exceto nos novos países industriais e em algumas outras grandes nações como a Índia.¹⁷

O dualismo na agricultura adquiriu novas formas. A combinação colonial de um agricultura dinâmica voltada para as exportações e uma produção de subsistência estagnada transformou-se numa outra: de um lado, uma próspera agricultura comercial e de outro um semiproletariado marginalizado que nem se sustenta em sua própria terra e nem tampouco encontra o substitutivo do emprego adequado. Este é o caso das Filipinas, por exemplo, onde o cultivo de frutas sob os auspícios multi-

nacionais se deu às expensas da produção de alimentos.¹⁸ Mesmo num país como o México, incluído entre os novos países industriais, enquanto morangos são produzidos para exportação no noroeste, fazendas comunitárias pobres mal conseguem gerar uma subsistência adequada.¹⁹ Na América Central, a criação de gado e a alocação das terras mais férteis para cultivos em grande escala de algodão, café e cana-de-açúcar, entre outros, privaram as comunidades campesinas de terra.²⁰

Tanto no setor agrícola como no industrial, e também em atividades terciárias como as de turismo e comércio, o controle efetivo sobre as decisões pertinentes à produção, alocação e distribuição encontra-se, muitas vezes, nas mãos de corporações multinacionais que subordinam os interesses nacionais às suas próprias diretrizes estratégicas globais, voltadas para seu próprio crescimento e lucro.²¹ Nos países do Terceiro Mundo, as multinacionais não só conseguem condições generosas para sua produção em zonas francas de comércio, como fogem à responsabilidade pelos riscos que criam e que ameaçam o ambiente e a saúde dos indivíduos.²² Além disso, a criação de empregos é lenta, pois as pressões oriundas da competição internacional tendem a ditar a utilização de métodos de produção com alta intensidade de capital.

A partir de uma perspectiva política ou de ação é importante compreender as estratégias de desenvolvimento e os processos

¹⁸ Vide Burbach e Flynn (1980) para detalhes sobre o desvio do cultivo de abacaxis do Havai para as Filipinas em resposta à crescente organização entre os trabalhadores agrícolas no Havai.

¹⁹ Vide Arizpe e Aranda (1981).

²⁰ Williams (publicação em breve) dá um relato fascinante da agitação rural na América Central em decorrência da apropriação de grandes áreas para cultivos de exportação e criação de gado.

²¹ Vide Barnett e Muller (1974) e Girvan, Bernal e Hughes (1980) para a história da tentativa jamaicana de aumentar sua receita com a bauxita empregada pelas multinacionais de alumínio.

²² Hoje já se sabe que as corporações multinacionais mudam seus sítios de produção para países do Terceiro Mundo não só em busca de mão-de-obra barata, matérias-primas ou de mercado, mas também para fugir às rígidas exigências contra poluição ou de segurança ocupacional. Vide *Multinational Monitor*, diversas edições. O caso da Union Carbide em Bhopal (Índia) ou das indústrias químicas que criaram problemas de poluição maciça em Porto Rico nos termos da chamada "Operação Bootstrap" são apenas dois casos entre muitos outros.

¹⁵ Vide Ballance, Ansari e Singer (1982).

¹⁶ Tanto o Banco Mundial quanto o FMI defendem os méritos de uma estratégia voltada para as exportações que proporcionaria aumentos nas exportações não-tradicionais e tradicionais junto com a dotação de fatores (de produção) de um país.

¹⁷ Vide Ballance, Ansari e Singer (1982) para detalhes.

econômicos subjacentes que criaram ou acentuaram as características estruturais esboçadas acima. No centro destes processos encontra-se a engrenagem da estratégia de desenvolvimento que permite satisfazer as exigências de uma economia aberta ao fluxo do capital privado externo e à expansão do setor de comércio exterior. Todo o peso da análise econômica ortodoxa foi empregado com o propósito de explicar que o livre comércio e o livre fluxo de capital permitem uma alocação ótima de escassos recursos para o mútuo benefício de todos os países.²³ De fato, a industrialização voltada para a exportação é a primeira da lista considerada capaz de permitir maior eficiência de produção em decorrência das pressões da competição internacional.

Sem ignorar os problemas e as fraquezas da experiência dos países no que tange à industrialização substitutiva de importações, é importante criticar ou dar crédito sempre que seja oportuno. Embora a estratégia de desenvolvimento voltada para o mercado interno seja habitualmente criticada, por necessitar de excessivo controle burocrático e gastos empresarial-administrativos elevados, além do problema da má distribuição e da corrupção,²⁴ deve ser reconhecido que a maioria dos países que sofrem desses problemas jamais tentou implementar qualquer estratégia que fosse internamente orientada. Em segundo lugar, embora um grande número de países tenha adotado o estímulo às exportações durante muitos anos, poucos foram os que obtiveram resultados sistemáticos. Um bom número dos novos países industriais experimentou surtos de crescimento econômico, quase sempre, porém, acompanhados de agravamento ou, quando muito, de nenhuma modificação, das desigualdades na distribuição da renda e também do dualismo e desarticulação estrutural e regional.²⁵ O Brasil é um caso em pauta, onde a explosão econômica

²³ Esta é a perspectiva que o Banco Mundial defende em seus artigos e tenta incluir em seus projetos. Para detalhes a respeito desta posição por países, vide a série das nações, *Foreign Trade Regimes and Economic Development*, publicada pelo Bureau Nacional de Pesquisa Econômica, (National Bureau of Economic Research), Nova Iorque.

²⁴ Vide Bhagwati e Desai (1970) para uma crítica deste teor sobre o programa de substituição de importações da Índia.

²⁵ A expressão "voltada para o mercado interno" engloba as estratégias que destacam a produção baseada fundamentalmente em capital nacional e outros recursos estritamente nacionais destinados para este

de 1967-73 veio acompanhada de um profundo agravamento de suas desigualdades sócio-econômicas.²⁶ Além disso, conforme mostraram o final dos anos 70 e início dos 80, o crescimento econômico nestes países, baseado no fluxo do capital privado internacional, deixou de ser sustentável em decorrência da crise da balança de pagamentos e das pressões para o pagamento da dívida externa.²⁷ Em terceiro lugar, aqueles países do Leste Asiático (Coreia do Sul, Formosa) que obtiveram particular êxito em seu crescimento econômico, geração de empregos e aumento real da renda para grandes setores da população (embora sob regime político repressor) haviam efetuado *prévia* e bem sucedida *reforma agrária* como ingrediente-chave não só para gerar a renda e demanda necessárias ao crescente mercado *interno* para a indústria como para reduzir as desigualdades na distribuição da renda.²⁸

Parece duvidoso, portanto, que a ingênua devoção tanto à promoção das exportações quanto ao *laissez-faire* venha a modificar de forma significativa a estrutura econômica dos países do Terceiro Mundo. O debate econômico chileno sob a política monetarista e "de oferta" após 1973 foi amplamente documentado.²⁹ Em vez disso, o que se necessita são modificações estruturais diretas através de uma contínua e profunda reforma agrária com menor desigualdade na distribuição das riquezas e da renda. Essa atitude permitiria liberar a potencialidade produtiva da agricultura paralelamente às necessidades do consumo interno, além de criar a renda e a demanda capazes de sustentar

mercado. O termo desarticulação significa que diferentes ramos da produção não se encontram em perfeita harmonia no interior da economia doméstica, podendo estar, contudo, mais intimamente vinculados à economia internacional.

²⁶ Vide Fishlow (1972 e 1980) para um exame do impacto do surto de crescimento econômico no Brasil sobre a distribuição da renda.

²⁷ Vide U. N. Cepal (1982) e Traverso e Iglesias (1983) para uma discussão dos complexos problemas estruturais subjacentes à crise econômica latino-americana.

²⁸ Vide Lee (1979) para uma análise sobre a reforma agrária coreana e de Janvry (1981).

²⁹ Dore e Weeks (1982) forneceram considerável evidência a este respeito.

o mercado interno para os bens manufaturados.³⁰ Nosso argumento não é, portanto, contra a expansão das exportações em si. *Acreditamos, entretanto, que o estímulo às exportações em condições de extrema desigualdade na distribuição de renda e de terras não criará os elos necessários voltados para a produção interna e provavelmente agravará as desigualdades existentes.*

Mesmo nas regiões africanas abaixo do Saara, onde as desigualdades na distribuição das terras não são tão graves quanto na América Latina, o desvio de recursos para as colheitas de exportação reduziu a disponibilidade de terras para a produção de alimentos, aumentou a pressão sobre os frágeis eco-sistemas agrícolas e contribuiu para o lento crescimento na produção de alimentos.³¹ Embora as declarações em favor da "auto-suficiência" na produção de alimentos, tecnologia etc. sejam feitas repetidas vezes,³² poucos governos foram capazes de efetiva e frontalmente contra-atacar as pressões internas daqueles grupos que esperam lucrar com a abertura econômica e as pressões externas das organizações de auxílio bilaterais, das instituições multilaterais ou das corporações transnacionais.³³ Durante a última década, mais e mais países têm adotado a estratégia econômica voltada para os mercados internacionais. De fato, sob a pressão da recessão mundial e queda do comércio, as nações do Terceiro Mundo encontram-se sob uma pressão mais forte no sentido de abrir suas economias para o capital externo e desviar recursos para as exportações.³⁴

³⁰ Isto não é necessariamente um argumento para as propriedades fundiárias coletivas ou do Estado; a recente experiência de muitos países levanta questões sobre as exigências organizacionais e administrativas da propriedade agrária ou fundiária coletiva.

³¹ Vide Palmer e Parsons (1977) para exemplos no Centro e no Sul africanos.

³² Em 1974, uma comissão intergovernamental declarou conjuntamente que a auto-suficiência em alimentos era necessidade primordial no Sahel. Vide também as declarações do *World Food Programme*.

³³ Tanto o FMI quanto o Banco Mundial apoiaram explicitamente programas de ajuste estrutural onde a "abertura" da economia era condição para receber fundos.

³⁴ Por exemplo, nas negociações comerciais do GATT, o governo norte-americano pressionou para que os "serviços" (fluxos de capital de lucro, juros, royalties etc.) se tornassem um tema importante nas negociações, enquanto que os países do Terceiro Mundo preocupavam-se com as crescentes barreiras protecionistas contra suas exportações.

Voltemo-nos agora para os efeitos setoriais desta orientação da estrutura de produção a partir da perspectiva das mulheres pobres, das trabalhadoras. Nas áreas rurais, o acesso das mulheres à terra, ao trabalho, à tecnologia, ao crédito e a outros estímulos ao cultivo parece ter sido reduzido na maioria das regiões do Terceiro Mundo.³⁵ As reformas realizadas na distribuição das terras, muitas vezes, *reduziram* o controle das mulheres sobre a terra ao ignorar direitos de uso tradicionais, dando títulos de propriedade somente aos homens chefes de família.³⁶ As mulheres sem terra dos lares mais humildes são as que com mais frequência predominam como trabalhadoras sazonais, ocasionais e temporárias, com salários mais baixos do que os dos homens nas mesmas condições.³⁷ Ao ocorrer a mecanização agrícola, houve agravamento ou, quando muito, nenhuma modificação, da situação econômica absoluta e relativa das mulheres.³⁸ A mecanização das tecnologias de processamento de alimentos reduz, muitas vezes de forma drástica, a oportunidade de emprego e a renda das mulheres.³⁹ Em alguns casos, não se consegue sustentar nem a premissa geral de que mulheres e homens serão atingidos da mesma forma pelos processos de comercialização. Em algumas partes do oeste africano, a introdução de cultivos comerciais melhorou a situação econômica de alguns homens, tendo agravado porém as condições de trabalho e a renda de mulheres da mesma família.⁴⁰ A carga de trabalho das mulheres em tarefas como apanhar lenha e carregar água mostrou, de fato, tendência a aumentar com o "processo de desenvolvimento" em muitos casos, com a privatização de terras incultas e comunais e com a exploração das matas para propósitos comerciais.⁴¹

No setor industrial apresenta-se quadro mais complexo, pelo fato de que o emprego das mulheres do Terceiro Mundo em

³⁵ Vide Agarwal (1981) para uma revisão da literatura.

³⁶ Vide Tadesse (1982), Deere (1984) e Palmer (a ser publicado) para os casos da Etiópia e da América Latina.

³⁷ Vide Sen (1985a) para detalhes.

³⁸ Vide Stoler (1977) para o exemplo de cultivo de arroz em Java.

³⁹ Mukhopadhyay (1983) discute o declínio da renda das mulheres oriunda da debulha manual do arroz em Bengala no século XX.

⁴⁰ Muntimba (1982) e Bukh (1979) mostram estudos de caso do Zâmbia e Ghana. Vide também Okeyo (1980).

⁴¹ Vide Cecelski (1984) para o impacto da crise energética rural sobre as mulheres.

certas indústrias e ocupações voltadas para a exportação, de fato, tem aumentado.⁴² Estas indústrias de crescimento são tipicamente do setor de eletrônica, de semicondutores, brinquedos e artigos de esporte, de tecidos e roupas, de calçados, meias e malhas, perucas, equipamentos ópticos e bicicletas.⁴³ Entretanto, dentro destas indústrias, as mulheres tendem à segregação numa faixa relativamente estreita de ocupações por elas dominadas. Os salários nestas indústrias (muitas vezes localizadas em zonas de comércio livre e sob os auspícios de empresas transnacionais) variam amplamente entre os diversos países, o que explica a constante mudança de localização das empresas de um lugar para outro. Além disso, o emprego nestas indústrias costuma ser por breves períodos, com alta rotatividade, deixando as mulheres com pouca escolha além da de se empregar em oficinas de trabalho extenuante a salários de fome ou no famigerado "setor informal", quando perdem o emprego.⁴⁴ Deve também ser salientado que, em comparação ao tamanho absoluto da população ou força de trabalho feminina, nos países em desenvolvimento, o recente aumento na disponibilidade de emprego industrial para as mulheres foi pequeno.⁴⁵

É por certo verdadeiro que algumas mulheres de famílias miseráveis encontram-se às vezes com uma necessidade tão premente de ganhar dinheiro que aceitam o primeiro emprego que aparece. De fato, o emprego na fábrica em empresas de exportação pode muitas vezes ser melhor alternativa do que outras ofertas de trabalho ao alcance das mulheres, mesmo que seja por curto espaço de tempo. As tentativas de melhorar os salários e as condições de trabalho neste setor criam um sério dilema. Pelo fato de as corporações multinacionais localizarem-se nestes países sobretudo devido à disponibilidade de mão-de-obra feminina barata, qualquer tentativa de reivindicação de melhores salários, condições de trabalho, estabilidade no emprego e pers-

⁴² Vide Heyzer (1982) e Elson e Pearson (1981) para uma análise do sudeste asiático.

⁴³ Banerjee (1984) discute isso em profundidade.

⁴⁴ Phongpaichit (1982) mostra como o setor "informal" no que diz respeito à mulher, varia desde o emprego em oficinas de trabalho extenuante que exploram os empregados com salários de fome (*sweatshop occupations*) até em bordéis.

⁴⁵ Banerjee (1984), pág. 17.

pectivas de promoção, induz muitas vezes à fuga do capital. Este problema merece um tratamento muito mais profundo do que tem recebido até hoje.

Tema relacionado a esse é o de que devemos ampliar nossa capacidade de previsão do impacto das novas tecnologias emergentes sobre as mulheres, tanto nos países industrializados quanto no Terceiro Mundo. Esta é uma importante área para uma combinação de esforços de pesquisa e ação por parte das mulheres destas diferentes regiões. O desvio das mulheres trabalhadoras de sua ocupação tradicional para áreas onde irá adquirir novas habilidades técnicas é um modo de reduzir sua vulnerabilidade às transformações tecnológicas, sociais e industriais. O trabalho em escritório, em que uma revolução tecnológica vem ocorrendo através do uso de computadores, microeletrônica e processadores de texto, é um exemplo importante, onde, dada a hierarquia de gênero existente, as mulheres são em geral confinadas à condição de operadoras com baixos salários e más condições de trabalho.

Lugares mais comuns de emprego da mão-de-obra das mulheres estão nas atividades produtoras mais simples tradicionais, no "setor informal", nas atividades de exportação e em certas indústrias modernas como as fábricas de tecido e as indústrias agroprocessadoras. Muitas vezes as mulheres trabalham em atividades familiares sem pagamento nos sistemas de produção domiciliar, sob condições de extrema exploração e excessivo trabalho.⁴⁶ Como empregadas do setor de exportação em pequena escala, experimentam com frequência um tipo de controle no trabalho de natureza quase feudal nas suas exigências de subsistência e dependência. Embora venha crescendo o emprego das mulheres no setor de exportação (nas zonas de comércio livre, em pequenas lojas e no referido sistema domiciliar), seu trabalho em atividades produtoras mais simples tem declinado, visto que tais atividades encontram-se em extinção. Além disso, o seu emprego em fábricas que produzem para o mercado interno tende à estagnação na maioria dos países.⁴⁷ No trabalho

⁴⁶ Miles (1980) discute a passamanaria para exportação num sistema de produção domiciliar.

⁴⁷ Vide Banerjee (1984) e a U.N. Economic Commission for Africa (1984).

industrial, as mulheres continuam sendo o grupo de mais baixa renda, menos organizado e o registro de atividades sindicais a respeito continua sendo lastimável.

Independentemente do que dissemos, as mulheres são vistas em grande número nos pequenos negócios, no comércio e nos serviços de um modo geral.⁴⁸ Embora em alguns casos a sua presença nestes setores date do período colonial ou mesmo pré-colonial, significa hoje, muitas vezes, uma resposta às pressões econômicas e à sua falta de acesso a empregos na agricultura ou na indústria. Tem havido considerável discussão a respeito do significado preciso e do que representa em termos econômicos o já referido "setor informal".⁴⁹ Em particular, a expressão tem sido usada para cobrir um amplo leque de atividades geradoras de renda, cujas características comuns são a má remuneração, a insegurança no emprego e as más condições de trabalho. Num país do Terceiro Mundo, este setor pode incluir atividades produtivas simples (artesanais) em declínio, produção doméstica, comércio e varejo em pequena escala, pequena produção de alimentos e outros serviços prestados aos próprios trabalhadores urbanos, além do serviço doméstico.

Evidentemente, os fatores que afetam a expansão ou redução da oferta de emprego neste setor podem ser bastante diversos. Embora haja quem argumente que estas atividades, sobretudo nos serviços urbanos, podem funcionar como reservatório de um excedente de trabalhadoras que gradualmente irão sendo absorvidas pelos empregos "formais", poucas destas ocupações admitem movimentos desta natureza. Além disso, sempre que esse processo de absorção é possível prevalece considerável especificidade de gênero.⁵⁰ As mulheres têm muito menor chance de saírem das ocupações "informais", em parte por situarem-se na extremidade inferior do próprio espectro "informal" e, por isso, não conseguirem acumular as qualificações técnicas, as con-

⁴⁸ As avaliações da Década das Nações Unidas mostram que, quando muito, a participação das mulheres neste setor aumentou em decorrência da desaceleração do crescimento econômico e do comércio mundial durante os últimos 10 anos. Vide U.N. Economic Commission for Africa (1984b) e U.N. Economic Commission for Latin America and the Caribbean (1984).

⁴⁹ Vide Heyzer (1981) para análise das questões conceituais.

⁵⁰ Vide U.N. Economic Commission for Africa (1984b).

dições, ou mesmo o dinheiro necessário para progredirem neste sentido; em parte, também, pela existência de barreiras quase intransponíveis, erguidas pela ideologia sexista, ao seu ingresso em ocupações mais condizentes.

Contudo, alguns dos esforços mais bem sucedidos de organização floresceram entre mulheres pobres autônomas. Exemplos de revigoramento coletivo como a Associação das Trabalhadoras Autônomas, SEWA (Ahmedabad), o Fórum das Mulheres Trabalhadoras (Madras), a Rose Hall (São Vicente) e muitas outras entidades são o testemunho de que, com algum esforço, as mulheres humildes são capazes de aprender a se organizar coletivamente com excelente resultado.⁵¹ Esse exemplo fala contra o mito prevalente nos sindicatos e círculos burocráticos que diz que as mulheres são de índole mais conservadora quanto a sua consciência como grupo social e por isso têm mais dificuldade em se organizar. São os membros masculinos da família e do sindicato que tendem a ser mais conservadores e preocupados com seus próprios privilégios quando levanta-se a questão da participação das mulheres nas organizações coletivas.⁵²

As mulheres não só compõem o maior contingente de emprego em atividades "informais" do que em atividades formais, como também tais atividades referem-se a uma grande proporção da totalidade de empregos femininos.⁵³ É importante reconhecer (e não só da perspectiva das mulheres) que tal forma de emprego não pode ser considerada de maneira alguma como marginal, justamente por ser responsável por uma parcela significativa da totalidade de empregos.⁵⁴ O setor também não representa um

⁵¹ Vide Ahmad (1984) e a série da OIT, "Identification of Successful Projects for Improving the Employment Conditions for Rural Women" (1984) e também Ellis em *Planning for Women in Rural Development* (1984), págs. 84-92.

⁵² Depoimentos de ativistas e organizadoras confirmam essa questão. Vide Jain, S. (1984) para um caso bem documentado.

⁵³ Por exemplo, estimou-se que 80% das mulheres em Gana e mais de 60% na Nigéria e Benin são comerciantes tanto em pequena escala quanto a nível de grandes empreendimentos comerciais. Vide UNECA (1984b), pág. 18.

⁵⁴ As estimativas de emprego neste setor tendem a errar para menos devido à presença do trabalho familiar não remunerado (muitas vezes feminino) que pode não ser computado.

conjunto de atividades residuais ou em declínio. Muitas destas atividades — sobretudo nos serviços urbanos e no comércio — constituem parte importante e mesmo vital da atividade econômica global. Elevar a capacidade produtiva desse setor e melhorar suas condições de trabalho, promoverá uma melhoria dos padrões de vida do contingente humano aí situado, como também do grande número de trabalhadores e trabalhadoras urbanos e das pessoas de baixa renda que consomem os bens e serviços assim produzidos.

Estratégia para o Atendimento das Necessidades Básicas

O reconhecimento da enorme brecha entre as necessidades básicas e seu atendimento e também o fracasso do modelo econômico em beneficiar o contingente mais pobre da população, fizeram com que ocorresse, em meados da década de 70, uma mudança significativa na orientação que vinha sendo dada à estratégia multilateral de desenvolvimento, voltando-se esta para as "necessidades humanas básicas". Esta mudança foi uma resposta a certas estimativas como aquela feita pela Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação (FAO) em seu *Quarto Levantamento Mundial sobre Alimentos* (1977) que mostrava que nos países em desenvolvimento o número de pessoas que consumiam alimentos em nível inferior ao da "ingestão calórica mínima" havia aumentado de 400 milhões para 450 milhões entre os anos de 1969-71 e 1972-74. Embora o período compreendido entre 1972 e 1973 tenha sido climaticamente ruim em muitas partes do globo, possivelmente exagerando a tendência de crescimento da subnutrição, os valores absolutos apresentados são aterradores. Embora haja considerável desacordo quanto à validade dos diversos indicadores de desnutrição,⁵⁵ o fenômeno da desnutrição generalizada é um fato e seus efeitos são particularmente graves sobre lactentes, crianças em crescimento, sobre gestantes e mulheres no período de amamentação.⁵⁶

⁵⁵ Vide Poleman (1981) para um resumo do debate sobre a medida do estado nutricional.

⁵⁶ Vide Mellor e Johnston (1984) e UNICEF (1984).

A linha estratégica voltada para o atendimento das "necessidades básicas", conforme anunciada pelos seus defensores multilaterais⁵⁷ insistia na importância do financiamento e subvenção de projetos destinados à melhoria dos setores de saúde, alimentação, água, saneamento, habitação e educação. Os empréstimos do Banco Mundial para "lotes e serviços" urbanos, silvicultura social e melhoria da produtividade de pequenos agricultores tinham por finalidade enfrentar a questão da pobreza generalizada direta ou indiretamente. Merece menção o fato de que este enfoque, defendido passionalmente pelo Banco durante a presidência de McNamara, representava o repúdio à teoria econômica da "filtração" de benefícios aos pobres. Contudo, a metodologia adotada para as novas linhas de crédito pouco se afastou da linha, já firmada pelo Banco, de apoio à integração e expansão de mercado e à comercialização. Assim, os programas destinados à pequena agricultura visavam aumentar a produtividade ampliando o uso de incentivos e créditos adquiridos e inserindo-a mais nos mercados.⁵⁸ Os programas de "lotes e serviços" aumentaram os valores dos aluguéis nas favelas urbanas e bairros pobres periféricos. Além disso, criaram o sistema de propriedade privada, reduzindo dessa forma o acesso das pessoas mais pobres à moradia que já não tinham mais condições de custear. O caso mais famoso é o do projeto Tondo, na região metropolitana de Manila.⁵⁹ Os programas de silvicultura social na Índia sofreram violentas críticas, pois muito deles levaram à seletiva substituição da produção local de gêneros de primeira necessidade pela de eucaliptos, voltada para uso industrial.⁶⁰ Passam a ser questionadas, portanto, as implicações de um enfoque que

⁵⁷ Há alguma diferença entre o enfoque das necessidades básicas adotado pela OIT e o adotado pelo Banco Mundial. O primeiro costuma insistir na importância da participação das pessoas na formulação e implementação do projeto, enquanto que o outro muitas vezes parece destacar mais a viabilidade financeira do projeto e a "privatização" das operações. Vide OIT (1976) e McNamara (1975).

⁵⁸ Vide Williams, G. (1981), Stryker (1979), Feder (1977), de Alcantara (1976) e Mason e Asher (1973).

⁵⁹ Vide Burgess (1978) e Payer (1982).

⁶⁰ Vide Guha (1983), Shiva et al (1981) e Shiva e Bandopadhy (1983) para discussões sobre o desmatamento e silvicultura "social" (como oportunidade de empregar mão-de-obra ociosa. (N. do T.)

não leva em conta os efeitos da comercialização num contexto de desigualdade estrutural.

À parte da insistência na comercialização, um segundo e crucial aspecto dos novos programas de combate à pobreza é seu peculiar silêncio a respeito de modificações estruturais diretamente voltadas para uma diminuição das desigualdades existentes quanto à propriedade da terra e outros recursos. É perfeitamente conhecido que em muitos países do Terceiro Mundo seu planejamento econômico não passa, muitas vezes, de uma coletânea de projetos de auxílio bilateral e multilateral supervisionados pelas agências doadoras. Estas agências, portanto, exercem considerável influência sobre a política econômica atual, como é o caso do Fundo Monetário Internacional (FMI) através de seu controle sobre as finanças e a balança de pagamentos. De fato, na década de 80, o Banco Mundial e o FMI passam a atuar conjuntamente na coordenação das diretrizes políticas voltadas para o ajuste estrutural a curto e a longo prazo. Embora esta manobra seja exercida principalmente para promover a "abertura" necessária para o fluxo do capital privado e a expansão das exportações e, também, para desencorajar os controles governamentais sobre as corporações multinacionais,⁶¹ quase nunca foi efetuada para promover reduções das desigualdades no controle sobre o capital.

Um terceiro aspecto desses programas é seu continuado uso de um método de enfoque autoritário no tocante à identificação, planejamento e implementação dos projetos.⁶² Essa linha de ação por certo não é nova, nem os governos nacionais menos isentos de culpa do que as instituições multilaterais neste sentido.⁶³ De fato, a história recente dos processos de "desenvolvimento" está repleta de lutas de pobres contra diretrizes políticas que reduzem seu acesso aos recursos, destroem e poluem o meio ambiente e hipotecam seus empregos e alimentos para atender

⁶¹ Vide *Development Dialogue*, 1980:2 sobre "The International Monetary System and the New International Order."

⁶² Conforme explicado na nota 57, os programas da OIT são um tanto fora da regra.

⁶³ Jain, L. C. (1984) tem uma discussão elaborada sobre a mudança feita pelo governo indiano para os "programas de desenvolvimento integrados" com grande burocracia administrativa.

às exigências de pagamento da dívida externa.⁶⁴ Programas destinados especificamente para a melhoria da qualidade de vida das pessoas mais pobres deveriam ser receptivos às suas reivindicações.

Tem havido considerável discussão nos círculos envolvidos em processos de desenvolvimento a respeito da necessidade de uma linha para os projetos "centrada nas pessoas".⁶⁵ Este enfoque deveria ser dado não só aos projetos, mas às diretrizes políticas globais de desenvolvimento dentro das quais os projetos são estruturados. Neste sentido, duas questões adquirem importância. Em primeiro lugar, as diretrizes políticas globais (monetária, fiscal, agrícola, industrial, previdenciária, de emprego etc.) deveriam ser *diretamente* orientadas para o atendimento das necessidades básicas das pessoas. O planejamento para a criação de empregos, alimentação, saúde, alfabetização etc., não deveria ser relegado a um plano secundário como ocorre com frequência, nem a política macroeconômica ser implementada de forma a ir contra o atendimento dessas mesmas necessidades. Reconhecemos, por certo, que em alguns momentos pode uma sociedade ver-se obrigada a privar-se do consumo, temporariamente, em favor de investimentos para consumo futuro. O preço, porém, dessa política recai de hábito, com toda a intensidade e injustamente, sobre os povos e nações mais pobres.

A segunda questão crucial diz respeito aos vínculos entre o povo, os burocratas e os intermediários (organizações privadas, por exemplo) na escolha, planejamento e implementação do projeto. Um problema típico a este nível é que poderosas classes e grupos locais tendem a controlar as decisões e orientá-las para seus próprios interesses. A substituição da participação dos grupos locais pela tomada de decisão e implementação burocráticas dificilmente melhora o quadro. De fato, os burocratas e os

⁶⁴ Agitação e rebelião na América Central foram atribuídas à alienação prolongada da terra em decorrência dos cultivos comerciais (Williams, a ser publicado). Num curto período de tempo, quase em todos os países em que o FMI impôs algum programa de "ajuste estrutural" para reduzir a demanda interna através do corte das rendas reais (via subsídio para itens de consumo de massa como pão, transporte coletivo, assistência médica etc.) tem havido violentas manifestações, sobretudo nas regiões urbanas. O Sudão constituiu o exemplo mais recente.

⁶⁵ Vide Helzner (1984) para uma discussão recente.

funcionários públicos de baixo escalão muitas vezes se posicionam ao lado dos ricos e poderosos das comunidades locais. Um sistema autoritário de implementação onde decisões cruciais são tomadas por burocratas, elimina inclusive a possibilidade de qualquer manifestação em defesa dos pobres e que talvez existisse na comunidade.

A experiência ensinou-nos que a ausência de participação comunitária em favor de uma linha mais burocrática, além de ser antidemocrática e injusta, é altamente ineficiente. A experiência na Índia com os programas de combate à pobreza (que hoje representam quase um sexto dos gastos públicos) geridos por burocratas de forma autoritária, demonstra sua má coordenação e habitual insensibilidade aos anseios dos mais pobres. Além disso, não empregam adequadamente os recursos locais, visto que muitas vezes a comunidade não tem nenhuma responsabilidade pela sua formulação. São também vistos como programas onde impera a corrupção, havendo desvios consideráveis dos recursos, originalmente destinados aos pobres, para as mãos dos poderosos. E mais: fomentam muito mais a dependência do que a auto-suficiência, além de grande descaso pelos mecanismos de governo.⁶⁶ Exemplos semelhantes também podem ser encontrados em muitos outros países.⁶⁷

Claro está que não é suficiente enfocar apenas uma ou outra destas duas questões. O destaque na implementação do projeto, sem consulta à parte beneficiária durante sua formulação, com toda a certeza deslocará o problema das necessidades básicas para a periferia da corrente principal de diretrizes políticas, planos e programas. Por outro lado, a ênfase na participação comunitária durante a fase de formulação sem participação semelhante durante a implementação fará surgir estruturas burocráticas que nunca atingem verdadeiramente, a um nível mais fundamental, a população beneficiária. Em suma, a participação comunitária e o enfoque de atendimento a suas necessidades bá-

⁶⁶ Vide Jain L. C. (1984).

⁶⁷ Há uma crescente suspeita, entre ativistas populares, que grande quantidade dos recursos que têm chegado em resposta à Década das Nações Unidas sobre Água e Saneamento estão sendo gastos sem planejamento adequado ou participação das comunidades locais e de que tem havido portanto considerável "derrame".

sicas devem se fazer presentes nos dois momentos: no de formulação do projeto e no de implementação.

A Experiência em Projetos de Desenvolvimento

As críticas aos projetos integrados destinados ao atendimento de necessidades básicas são mais contundentes quando se leva em conta o ponto de vista das mulheres pobres. A título de ilustração de uma situação bem típica, analisaremos a seguir, com algum detalhe, um importante projeto destinado ao combate dos problemas de alimentação, saúde, saneamento e emprego e no qual pretendia-se a integração, embora indireta, das mulheres da comunidade.

O Projeto do Rio Kano,⁶⁸ com vultosos investimentos em infra-estrutura, trouxe grandes mudanças para a comunidade envolvida: alterou a propriedade da terra, o padrão das safras, o emprego, o consumo, o meio ambiente, a disponibilidade de combustível (lenha) e de pequenos produtos. Outro importante efeito para a comunidade: afetou a saúde das pessoas. E mais: acentuou as desigualdades entre diversas camadas da população e ainda entre diferentes categorias de mulheres.

Tratava-se de um projeto de irrigação por fluxo determinado pela gravidade e que iria cobrir uns 120.000 acres do território haussá, ao norte da Nigéria. As três metas oficiais do projeto eram a de aumentar o suprimento local e nacional de alimentos; criar oportunidades de emprego e ainda melhorar o padrão de vida mediante a construção de pequenos hospitais, escolas e estradas, assegurando o abastecimento de água e o saneamento. Três grupos de mulheres foram afetadas: as muçulmanas das vilas, as muçulmanas das propriedades rurais dispersas e as não-muçulmanas.

O desenho do projeto baseava-se no registro de todos os proprietários de terra antes da irrigação, seguindo-se a realocação da terra aos mesmos após a instalação da infra-estrutura. Embora anteriormente muitos lotes fossem controlados pela comunidade,

⁶⁸ Vide Jackson (1985). A informação sobre este projeto é retirada do estudo de casos de Jackson e de suas revisões sobre as outras avaliações feitas sobre o Projeto do Rio Kano.

só os "proprietários mais antigos" (quase sempre homens) foram registrados. A distribuição entre a população foi bastante arbitrária e não se fez qualquer tentativa de reduzir as desigualdades durante a realocação. Quase um terço dos agricultores masculinos perderam toda a sua terra, o que se deu também numa mesma proporção com as agricultoras. Na realidade, as mulheres tiveram resultado mais infeliz, pois as que continuaram a ter acesso a terra receberam os piores lotes de seus maridos. Isto ocorreu sobretudo entre as não-muçulmanas.

O aumento da irrigação propiciou mais o desenvolvimento de safras de estação seca. Contudo, o aumento das safras foi desapontador pois a irrigação de superfície em larga escala agravou o problema de pragas e ervas daninhas, reduzindo assim a produtividade. Mais ainda: o custo dos investimentos elevou-se substancialmente, dificultando o plantio de novas safras. Importantes diferenças surgiram entre as propriedades maiores e melhor irrigadas e as demais. As safras de estação úmida receberam menor incentivo com resultante queda da produção. Conseqüentemente o padrão das safras deixou de ser o de produtos agrícolas tradicionais passando para o de trigo e tomates, mas com acentuada redução da diversidade de produtos. Justamente as plantações de sorgo e painço, que eram controladas pelas mulheres, foram as mais atingidas.

Os efeitos do projeto sobre a disponibilidade local de alimentos foram contraditórios. Por certo que as propriedades mais prósperas ampliaram o padrão de consumo. Além disso, em decorrência do fracasso do projeto com a pretendida transferência do trigo para as padarias urbanas, parte do aumento da produção foi parar nos mercados locais. As muçulmanas das vilas conseguiram tirar proveito da situação aumentando a produção de alimentos feitos com trigo para atender à demanda de trabalhadores e trabalhadoras migrantes na área do projeto. E dessa forma aumentaram sua renda. Este benefício não pôde ser estendido, contudo, às não-muçulmanas: passaram a ter maior volume de trabalho nas propriedades de seus maridos além de não disporem de tempo, recursos e demanda nas proximidades que lhes permitissem atividades por conta própria. Em conclusão, o efeito global sobre o consumo de alimentos da população como um todo foi negativo: tornou-se mais desigual, menos variado e também menos nutritivo.

Embora as oportunidades de emprego no local do projeto e nas grandes propriedades tenham aumentado no período, o fato deve ser analisado no contexto de crescente perda na posse da terra. As mulheres foram excluídas dos empregos formais na construção e administração do projeto. Nas propriedades, costumavam ser assalariadas sob a forma de trabalhadoras sazonais ou temporárias, embora os homens tivessem sempre maior chance de conseguir empregos permanentes quando estes existiam.

O projeto teve importantes efeitos sobre o meio ambiente. A destruição em larga escala das florestas reduziu a disponibilidade de combustível (lenha) e produtos silvestres para os pobres. Este fato inevitavelmente propiciou um aumento do trabalho das mulheres na coleta de lenha. A destruição das árvores reduziu a renda obtida na fabricação de cerveja e privou as mulheres mais velhas de algum rendimento obtido com a coleta de água e de lenha.

Embora se pretendesse melhorar o setor de saúde com a construção de pequenos hospitais, na realidade, foram construídos em pequeno número, mal localizados e neles só trabalhavam homens. A mortalidade infantil permaneceu elevada. E mais: houve um aumento dramático de doenças como meningite, cólera, tifo, pneumonia e sarampo, além de malária e doenças intestinais associadas à irrigação em larga escala e ao uso de fontes superficiais de água potável.

O projeto do Rio Kano é um clássico exemplo de que a comercialização baseada no direito desigual à terra e aos recursos pode ter efeito bastante pernicioso para a vida dos pobres, sobretudo para as mulheres dessa camada da população. No caso em pauta, perderam terra e fontes de renda. Ainda mais: sofreram com a redução na variedade de alimentos nutritivos e com o aumento dos trabalhos penosos. O fato de que algumas mulheres conseguiram aumentar a renda por disporem de mais recursos deve ser visto com cautela, pois ao mesmo tempo deu-se o agravamento da condição das demais. Além disso, o aumento da renda das muçulmanas acompanhou-se de um aumento paralelo de sua reclusão, embora na prática tenham conservado uma certa mobilidade. O plano contou com pouca participação da comunidade local e durante a implementação mostrou-se insensível às necessidades da população, sobretudo dos segmentos mais pobres. Isso pode ser observado durante a alocação da

Os projetos da Década tiveram resultados complexos. Muitos deles, pouco fizeram para modificar a distribuição das tarefas domésticas ou aumentar o direito das mulheres aos recursos. Uma boa parte promoveu o aumento do trabalho das crianças (sobretudo das filhas) que passaram a receber uma parcela adicional de carga de trabalho gerada pela participação da mãe no projeto. A renda da mulher oriunda de suas atividades no programa muitas vezes não sofreu alteração ou, quando muito, aumentou ligeiramente. Em alguns casos, porém, as mulheres contraíram dívidas. Contudo, muitos deles também deram às participantes renovada confiança e esperança de transformações em sua situação.

Uma proporção substancial da totalidade de projetos voltados para as mulheres carecia de financiamento e apoio administrativo suficientes. Os levantamentos feitos revelaram que sua administração, em todos os níveis, não estava totalmente comprometida com transformações na situação das mulheres ou mostrava-se insensível a tais mudanças. Um segundo elemento foi a falta de recursos financeiros para os projetos de mulheres também em todos os níveis. Um estudo sobre o financiamento feito pelas agências especializadas das Nações Unidas, por exemplo, estimou que em 1982 apenas 0,05% da totalidade de suas verbas para o setor agrícola destinaram-se a programas voltados para as mulheres das zonas rurais. Além disso, constatou que o aumento no custeamento entre 1974-82 foi inferior à metade daquele destinado a todos os demais subsectores agrícolas.⁷⁰ Um levantamento dos projetos de mulheres em outros setores, financiados por outras agências doadoras, revelou que receberam muito menos recursos e atenção do que projetos de desenvolvimento maiores.⁷¹

Muitas agências doadoras mostraram preocupação quanto ao nível de financiamento adequado à capacidade de absorção da agência implementadora. Por um lado, os projetos das mulheres pouco podem fazer com recursos limitados (embora muitos sobrevivam surpreendentemente bem). Isso explica em parte a

terra, seleção das culturas e provisão de serviços de saúde e saneamento. O enfoque autoritário não encontrou muita oposição: as vozes de protesto que ecoaram mais forte vieram das mulheres. Mas não foram suficientes.

Passaremos agora a uma análise mais abrangente sobre os projetos da Década que visaram precipuamente as mulheres. O ideal é que tivéssemos avaliado a literatura pertinente no contexto global das transformações sócio-econômicas na região onde tais projetos foram implantados e à luz dos processos maiores de desenvolvimento nacional. Teríamos também preferido examiná-los em termos de seus efeitos sobre a autonomia e poder das mulheres (neste caso incluiríamos aqueles projetos globais sem referência explícita às mulheres, os que foram-lhes destinados especificamente e aqueles com alguns elementos apenas de seu interesse). Embora alguns dos projetos mais recentes mostrem-se mais sensíveis às desigualdades de gênero, ao trabalho feminino e inclusive às questões de autonomia e poder, muito poucos dão atenção sistemática às mais pobres e às suas necessidades básicas.

O exame da literatura sobre projetos mostrou-se desapontador por várias razões.⁶⁹ As avaliações e revisões dos projetos são de difícil obtenção e de qualidade desigual. A metodologia varia consideravelmente de um estudo para outro e a maioria das avaliações são destituídas de um molde analítico mais amplo. Os primeiros projetos de desenvolvimento para as mulheres foram nas áreas de planejamento familiar, nutrição e saúde materno-infantil. Eram considerados como de bem-estar social ou como "componentes especiais" sendo muitas vezes os primeiros a serem eliminados em face das reduções orçamentárias. Mais recentemente a atenção voltou-se para o aumento da produtividade da mulher tanto na produção de alimentos quanto em jardinagem ou em atividades artesanais ou outras atividades de processamento em pequena escala.

⁶⁹ Entre as avaliações do Projeto escolhidas para esta revisão estão o UNIFEM — Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher (1984), Carloni (1983), Woodford-Berger (1983), McPhee (1982), Austin et al (1982), UNFPA (1985), Buvinic (1984), *Pathfinder Funds Documents* (1983), Hartfiel (1982), *Population Council and WAND* (1984) e *Women's Roles and Gender Development: Cases for Planner Series* (1985), entre outros.

⁷⁰ Vide Dey, J. (1984).

⁷¹ Os achados de um bom número de consultores às agências doadoras corrobora este ponto. Vide Carloni (1983), Hartfiel (1982), POCO/DIESA (1985).

marginalização desses projetos e também a falta de êxito na consecução de suas metas. Por outro lado, segundo as agências doadoras, excesso de financiamento pode ser tão prejudicial quanto a escassez. Se a organização recipiente for pequena ou gerida por mulheres com pouca experiência administrativa, poderá não ter capacidade organizacional para absorver a demanda adicional com a expansão das operações.⁷²

A maioria dos projetos carece de informações preliminares sobre a situação sócio-econômica das beneficiárias do programa e as necessidades em termos de mercado para lançamento de produtos, custos de investimento, disponibilidade de matérias-primas, oportunidades de emprego ao término dos programas de treinamento e a potencialidade produtiva de novas variedades de colheitas e sementes em condições reais de cultivo.⁷³ Um recente levantamento de final de Década feito pelo Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para as Mulheres (UNIFEM) demonstrou a presença, em certo grau, de um ou mais destes "obstáculos" na maioria dos projetos de mulheres na África, Ásia, América Latina e no Pacífico.⁷⁴ Além disso, os estudos preliminares não consideram de forma adequada os conceitos de gênero e classe, presentes nas atividades domésticas, nas propriedades rurais e na produção.

Mesmo quando são conduzidos tais estudos preliminares, não são muitas vezes incorporados à formulação inicial, ao desenho do projeto. O problema é sério, pois alguns documentos apresentados nesta fase permitem a liberação de fundos de financiamento. Correções durante o desenvolvimento do projeto de nada adiantarão se já não houver mais verba para incluir etapas de interesse das mulheres. Além disso, quando esse acréscimo é feito em projetos tradicionais como aqueles já descritos, costuma não ser suficiente para compensar os efeitos deletérios globais. (Contudo, há um pequeno número de casos em que o com-

⁷² Vide especialmente Hartfield (1982).

⁷³ Vide UNIFEM (1984), Carloni (1983), IPPF (1982) e McPhee (1982).

⁷⁴ Vide UNIFEM (1984). Embora a maioria dos projetos do Fundo tenha experimentado este tipo de dificuldade, o panorama não é inteiramente negativo. Um grande número de outros projetos mostrou maior êxito em termos de resultados e participação das mulheres locais e podia portanto servir como modelo para outras agências.

ponente feminino torna-se a única parte "bem sucedida" do projeto, por outro lado mal formulado e implementado.)⁷⁵ Apesar disso, o momento de introdução de elementos de interesse das mulheres não se constitui por si só na variável crucial. Problemas tão importantes quanto esse são a insuficiente percepção e sensibilidade dos planejadores, a inadequação do apoio financeiro e da coordenação administrativa, cronogramas irreais para consecução dos objetivos e a falta de participação das beneficiárias, as mulheres, na sua formulação e nas decisões pertinentes.

Algumas reavaliações recentes começaram a corrigir estes problemas.⁷⁶ Certas agências passaram a desenvolver modelos e instrumentos analíticos mais uniformes, capazes de auxiliar na monitoria e revisão dos projetos, levantar questões e temas necessários para a reeducação dos planejadores e garantir melhor orientação administrativa. Importante iniciativa nesta área foi a criação dos "bancos de informação" pelo Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para as Mulheres (UNIFEM) e por outras agências para planejadores e formuladores de diretrizes políticas. As listas de conferência ou aferição constituem-se noutro instrumento desta natureza, embora tenham limitações: utilizam muitas vezes uma terminologia com a qual as pessoas envolvidas no programa não estão familiarizadas, não apresentam uniformidade entre os diversos projetos e agências doadoras e a nível institucional são pouco utilizadas. Muitos destes problemas podem ser corrigidos com melhor treinamento dos responsáveis pelos projetos, mais apoio e maior responsabilidade por parte dos altos dirigentes das instituições e maior envolvimento da população-alvo nas diversas decisões e fases do ciclo do projeto.

Pelo que dissemos até aqui, torna-se evidente que ocorreram falhas elementares no método geral de enfoque da "integração das mulheres no desenvolvimento", durante a década passada. Tem-se considerado, muitas vezes de forma implícita, que as

⁷⁵ O estudo de casos realizado por Harris-Williams em *Planning for Women in Rural Development* (1984) ilustra um exemplo de projeto de desenvolvimento rural integrado na Jamaica, que teve resultados negativos para os fazendeiros da comunidade, mas teve também um componente feminino relativamente bem sucedido.

⁷⁶ Vide McPhee (1982), Carloni (1983) e Woodford-Berger (1983) para análise dos projetos com lista de conferência.

estratégias de desenvolvimento seguidas foram em geral benéficas para o contingente humano mais pobre; assim, o único problema das mulheres teria sido sua marginalização da corrente principal do processo. Este raciocínio esteve presente em grande parte dos debates, da literatura específica, da pesquisa e da ação durante a década. Mesmo o levantamento de projetos específicos para as mulheres examinaram sua eficácia em termos exclusivos de sua implementação e, muito raramente, de suas ligações com as estratégias ou processos globais de desenvolvimento. Contudo, deve ser destacado que, embora marginais em termos de recursos e abrangência, muitos dos projetos da década deram às mulheres a qualificação técnica, o treinamento, a experiência e um sentimento de poder difíceis de ser conseguidos de outra forma.

Programas Populacionais e Direitos sobre a Reprodução

O aumento da desigualdade relativa e do número de pessoas que vivem em condições de pobreza absoluta tem sido atribuído, de forma um tanto simplista, à rápida elevação das taxas de crescimento. Este enfoque não leva em conta que, muitas vezes, o aumento do grau de pobreza de determinada população encontra-se vinculado ao limitado acesso à terra arável, à perda dos direitos de pastagem para o gado, à privatização de terras públicas férteis ou desertas e dificuldade na obtenção de água e outros recursos devido a pressões e incentivos para as safras comerciais lucrativas. A discussão a respeito das causas do excedente populacional pode ser transportada a Malthus e Marx. Enquanto o primeiro sustentava que as populações humanas exibiam certa propensão a exceder a disponibilidade de recursos, Marx acreditava que as raízes do problema eram sociais. Argumentava, em particular, que na sociedade capitalista o contingente populacional não ultrapassa a disponibilidade de recursos naturais: isso ocorre a nível do emprego, pois o sistema exhibe tendências inerentes de recriar a escassez de emprego e o desemprego. Assim, somente pessoas com outros meios de sobrevivência que não o trabalho assalariado parecem compor o excedente.⁷⁷

⁷⁷ Vide a introdução de Meek (1971).

Os programas iniciais de controle populacional no Terceiro Mundo mostraram sempre a tendência de considerar que a pobreza poderia ser reduzida pela simples limitação da natalidade. Esse objetivo poderia ser atingido através de ampla disseminação da tecnologia e do conhecimento dos métodos contraceptivos. O reconhecimento de que muitos dos programas iniciais simplesmente não funcionaram, gerou um surto de pesquisas sobre os fatores subjacentes que regiam o comportamento referente à fecundidade. Algumas dessas pesquisas concluíram que a pobreza rural, o papel econômico das crianças e a preocupação com o auxílio previdenciário na velhice, além dos padrões de herança e propriedade, constituíam-se nas principais causas das altas taxas de natalidade.⁷⁸ Uma importante mudança de atitude em termos de política verificou-se na conferência sobre população em Bucareste, no ano de 1974. Foi reconhecida a necessidade de mudança: abandonar os programas de planejamento familiar pouco abrangentes, voltados unicamente para a questão tecnológica afim, e partir para uma estratégia que colocasse tais programas dentro de uma perspectiva mais ampla de melhoria das condições de saúde e educação. Passou-se também a argumentar que a pobreza e o analfabetismo femininos eram geradores de aumento da natalidade, embora as provas neste sentido fossem um tanto ambíguas.⁷⁹

No Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial (*World Development Report*) de 1984, o Banco Mundial identificava os seguintes incentivos-chave para conseguir-se o declínio da natalidade: reduzir a mortalidade infantil, educar os pais (sobretudo as mulheres), aumentar a renda, o emprego das mulheres e melhorar sua situação social e de direitos civis nas zonas rurais. Embora esse reconhecimento dos vínculos existentes entre a autonomia das mulheres no que diz respeito a sua própria vida e o controle da natalidade deva ser elogiado, as agências multilaterais e os governos nacionais continuam a tratar a mulher como mero instrumento nos programas de controle da natalidade. Há pouca compreensão, por exemplo, entre os formula-

⁷⁸ Vide Cain (1984), Caldwell (1983) e Nag (1977).

⁷⁹ Os dados que vinculam a fertilidade das mulheres com sua educação costumam ser apresentados sob a forma de correlações simples, sem verificar os efeitos cruzados de sua renda, posse da terra e autonomia.

dores de propostas políticas sobre as complexas respostas aos programas de planejamento familiar pelas próprias mulheres do Terceiro Mundo. Embora haja pouca dúvida a respeito da controlabilidade e não atendida necessidade de controle da natalidade entre as mulheres, os métodos hoje disponíveis são ainda bastante insatisfatórios. Muitas indústrias farmacêuticas internacionais consideram as mulheres do Terceiro Mundo como cobaias na pesquisa de novos métodos; produtos químicos como a Depo-Provera (que foi banida na maioria dos países industriais avançados, por ser prejudicial à saúde) têm sido amplamente distribuídos às mulheres do Terceiro Mundo, muitas vezes com o conhecimento e participação de agências internacionais.

Os aspectos negativos da tecnologia contraceptiva disponível são insuficientemente pesquisados pelas agências ou pelos governos federais, que muitas vezes, por conveniência, aceitam as informações pertinentes fornecidas pelas próprias indústrias produtoras. Nem tampouco é dado muito crédito ou importância aos problemas específicos experimentados pelo contingente de mulheres pobres a respeito. Um volume cada vez maior de evidências, descoberto por ativistas e pesquisadoras conscientes, demonstra que, nas condições de saneamento, saúde e nutrição das mulheres do Terceiro Mundo, muitos dos métodos contraceptivos promovidos podem ter graves efeitos adversos e, até mesmo, causar infertilidade. O problema com os dispositivos intra-uterinos, por exemplo, não é apenas o de alterar o padrão menstrual e portanto "poderem ser culturalmente inaceitáveis ou restringir as atividades das usuárias".⁸⁰ Muitas vezes o uso do DIU é instituído em zonas rurais sem condições de higiene ou de cuidados adequados subsequentes ao implante. O sangramento menstrual mais intenso impõe nova sobrecarga a uma mulher já desnutrida e que já sofre de anemia por falta de ferro na dieta. A necessidade de um retorno precoce ao árduo trabalho após a inserção, ao qual a maioria das mulheres da zona rural já estão acostumadas, agrava a situação. A esterilização feminina, sobretudo quando feita em campos de esterilização temporários, tem efeitos prejudiciais semelhantes.⁸¹

⁸⁰ Vide World Development Report (1984), pág. 132.

⁸¹ Vide Pettigrew (1984) para as experiências de mulheres pobres com a esterilização em Punjab. Vide também Shatrugna (sem data).

No contexto do desenvolvimento de técnicas mais invasivas (implante hormonal e DIU, por exemplo), a tendência no sentido de tornar o controle de natalidade mais "centrado nas mulheres" pode ter implicações negativas.⁸² Deixa os homens de fora destas implicações, colocando cada vez mais o ônus sobre as mulheres. Caso queira-se eliminar a própria ambivalência das mulheres em relação à tecnologia anticoncepcional (e isso é crucial em qualquer programa que exija esterilização forçada), as próprias tecnologias devem ser melhor adaptadas ao meio social e às condições de saúde onde vão ser empregadas.⁸³ As agências internacionais e os ministérios de saúde nacionais também precisam estabelecer padrões mais elevados de teste e liberação das técnicas anticoncepcionais.

Os governos não vêm as mulheres só como instrumentos para o controle da natalidade. Em algumas situações, estão interessados em promover nascimentos em certos setores da população e limitar em outros. Os programas do governo em Singapura, instituídos para aumentar a natalidade entre mulheres de melhor nível educacional e reduzi-la entre as demais, demonstram não apenas uma grande dose de ingenuidade como viés de classe. De modo semelhante, em alguns países europeus há uma expressão preocupação concernente às diferenças relativas de fecundidade das mulheres nativas em face a das imigrantes de suas antigas colônias.

O controle sobre a reprodução biológica é uma necessidade básica e um direito fundamental de todas as mulheres. Vinculado como está à saúde e à condição social das mulheres e a poderosas forças sociais — religião, Estado, inércia administrativa

⁸² Por exemplo, na Índia, as esterilizações femininas (seja no período pós-parto ou em campos de esterilização) transformaram-se em método predominante de controle de natalidade. Embora a vasectomia seja responsável por 89,5% de todas as esterilizações em 1966-67, tem havido um aumento constante nas tubectomias. Por volta de 1980-81, estas foram responsáveis por 78,6% de todas as esterilizações feitas naquele ano. Vide Shatrugna (sem data), pp. 53-54. Suspeita-se que a tendência em direção às técnicas sobre as mulheres represente uma fuga ao despertar da consciência masculina. Muitas das técnicas hoje sendo propostas para uso no Terceiro Mundo, por exemplo, métodos injetáveis, implantes hormonais etc., não sofreram testes de segurança adequados.

⁸³ A luta global para melhorar o índice de mortalidade infantil é boa analogia.

e lucro privado — é a partir da perspectiva das mulheres de baixa renda que este direito pode ser melhor compreendido e afirmado. As mulheres reconhecem na gravidez um fenômeno social, não estritamente pessoal. Nem negam as tendências observadas na população mundial cujo crescimento, com toda certeza, exercerá considerável pressão sobre os recursos e instituições quando chegarmos ao final do século. Seu corpo, porém, foi transformado em peão nos conflitos entre Estados, religiões, homens chefes de família e corporações privadas. Os programas que não levam em conta os interesses das mulheres têm pouca probabilidade de êxito. Mais importante ainda: entre as exigências para um desenvolvimento genuíno, voltado para o povo, está o reconhecimento desta necessidade e deste direito fundamental.

Neste sentido, assim como em relação à questão dos recursos, renda e trabalho, os problemas das mulheres de baixa renda do Terceiro Mundo encontram-se indissociavelmente ligados ao processo global de desenvolvimento. Por isso, as soluções devem ser endereçadas a este nível e de tal forma que reconheçam e reformulem as responsabilidades das mulheres na produção de bens e na "reprodução" de seres humanos. Somente dessa forma as sociedades serão capazes de enfrentar a calamitosa crise de reprodução (num sentido mais amplo) que ora aflige os pobres, homens e mulheres. É com a precípua finalidade de lineamento dessa crise e de descobrir novas perspectivas e estratégias que revigorem os contingentes mais pobres das populações que transportamo-nos para os capítulos seguintes.

Estabeleçamos, para começar, uma distinção entre os dois tipos de crise que nos afligem. A palavra "crise" vem sendo usada com tanta frequência que torna-se importante esclarecer o significado que lhe atribuímos ao empregá-la. Um sistema ou estrutura encontra-se em crise quando alcança um estágio no qual ou promove mudanças substantivas, ou entra em colapso. Soluções temporárias serão capazes de mitigar alguns de seus efeitos, porém, enquanto suas principais causas estruturais permanecerem intactas, persistirá a crise, exigindo solução, sem que o sistema retorne ao patamar da normalidade.

Neste sentido verifica-se que uma crise atinge não só o sistema econômico mundial como também as estruturas através das quais a maior parte da população mundial se reproduz. Por reprodução referimo-nos ao processo pelo qual os seres humanos atendem a suas necessidades básicas e sobrevivem em seu dia a dia. Como a maioria das pessoas faz parte de um sistema econômico mais amplo — regional, nacional ou internacional — sua própria reprodução não é independente do funcionamento equilibrado desse mesmo sistema.⁸⁴ Mas os dois elementos não são em absoluto congruentes. O sistema econômico poderá exibir vigor e dinamismo enquanto permanecem sem atendimento as

⁸⁴ Uma crise na economia mundial ou no comércio mundial pode às vezes melhorar a situação dos moradores locais conquanto ainda conservem acesso à terra ou outros recursos com os quais possam atender suas necessidades. Por exemplo, os grandes latifundiários poderão estar mais dispostos a ceder a terra para plantio de subsistência se houver queda no preço de mercado dos cultivos comerciais. Para aqueles, porém, que são empregados em tempo integral, a recessão econômica costuma significar maior miséria.

necessidades básicas dos indivíduos, sendo até agravadas.⁸⁵ Por outro lado, essas mesmas necessidades poderão ser supridas muito embora a taxa de crescimento e a renda *per capita* permaneçam baixas.⁸⁶ A reprodução dos seres humanos depende em grau considerável da política governamental para o setor agrário, para a geração de empregos e de sua política de investimentos diretos destinados ao atendimento das necessidades básicas e à eliminação da pobreza. Na ausência de diretrizes políticas explícitas que atendam às necessidades dos pobres, o crescimento econômico poderá melhorar as condições de reprodução humana unicamente se aumentar a oferta de empregos e a renda real da totalidade da população. Safras de exportação, por exemplo, em zonas previamente voltadas para a produção agrícola de subsistência poderão reduzir o acesso das pessoas à terra e a outros recursos, sem aumentar a oferta de empregos, ou mesmo que a aumente, poderá não ser numa proporção que compense a perda da terra. O Estado poderá intervir nestas circunstâncias para compensar o déficit através da criação de empregos ou do fornecimento de alimentos subsidiados. Porém, ao recair o ônus sobre o Estado, a reprodução das pessoas de baixa renda passará a depender das exigências dos dispêndios públicos.⁸⁷ Uma crise neste setor sob regime de pressão econômica ou política ou de ambas poderá gerar outra de reprodução básica. Foi isto que recentemente ocorreu em muitos países que cortaram os subsídios para o setor de alimentos ou também de outros itens de consumo de massa sob pressão do FMI, como condição prévia para obtenção de empréstimos para regularizar a balança de pagamentos.⁸⁸

⁸⁵ Vide Fishlow (1970) para o caso do Brasil.

⁸⁶ Sri Lanka tem sido geralmente considerado um exemplo de país que atingiu elevado nível de atendimento das necessidades básicas durante a década de 60 a despeito da baixa renda *per capita*. Assim também o estado de Kerala na Índia — veja o Centro Para Estudos do Desenvolvimento (Center for Development Studies) (1940). Outras sociedades, como a Nicarágua por exemplo, têm dado prioridade às necessidades básicas, mas se defrontam com pressões externas que forçam o desvio de recursos para a defesa.

⁸⁷ O Egito está entre um grande número de países que enfrentaram pressões dessa natureza após ter início a política de portas abertas.

⁸⁸ A Jamaica, o Egito, a República Dominicana, o Peru, o Brasil, o México estão entre alguns dos exemplos mais recentes.

Neste capítulo, revelaremos os elos entre a crise atual do sistema e a história pregressa das diretrizes políticas e das estratégias de desenvolvimento, as implicações da crise sobre a vida dos pobres e a importância de se reconhecer a potencialidade das mulheres para mitigar alguns destes efeitos mediante sua atuação como elementos humanos-chave no processo de reprodução.

A Crise de Alimentos, Água e Energia⁸⁹

Em nosso ponto de vista, embora modificações significativas tenham ocorrido no panorama das linhas de ação política — em parte devido ao impacto devastador da fome na Etiópia — certos aspectos cruciais dos problemas de disponibilidade de alimentos a longo prazo, não só em países ao sul do Saara africano como também em outras partes do Terceiro Mundo, ainda não foram suficientemente reconhecidos nas mais altas esferas políticas. Os aspectos negligenciados têm a ver com a posição crítica das mulheres na sociedade como produtoras, fornecedoras e administradoras de alimentos. Neste caso, negligenciar seu trabalho não só é pernicioso como impossibilita um enfoque integrado aos problemas inter-relacionados de alimentação, energia e água, os quais vem sendo cada vez mais reconhecidos como essenciais para o êxito das diretrizes políticas traçadas.

Por brevidade, não nos deteremos aqui nas diferenças e debates sobre as diretrizes políticas entre as diversas agências internacionais de desenvolvimento, institutos de auxílio e pesquisa e governos federais no transcurso das três décadas de Desenvolvimento das Nações Unidas. Vamos, isso sim, focalizar as tendências mais amplas das diretrizes políticas atuais e seus efeitos. Parece-nos que tem havido excessiva insistência na produção agregada de alimentos e no comércio de grãos a nível mundial e nacional, em detrimento da disponibilidade de terras e de recursos para a auto-suficiência em alimentos, local e regional. Tal insistência esconde, em parte, a real fragilidade das bases ecológicas, institucionais e sociais da disponibilidade e acesso aos alimentos, energia e água no Terceiro Mundo. Nesse mesmo

⁸⁹ Esta seção fundamenta-se sobretudo em Sen (1985b).

arcabouço político, houve negligência quase absoluta com os produtores locais de alimento durante a maior parte da década de 60, com as ligações entre a disponibilidade de alimentos, recursos energéticos rurais e água e com as mulheres como elementos humanos desses elos. Embora tal atitude pareça ter sido atenuada durante os anos 70, as mudanças políticas não conseguiram evitar crises como a de Sahej e da Etiópia.

Durante a maior parte da primeira e segunda Década das Nações Unidas, manifestaram-se duas correntes distintas na política de alimentos. Uma salientava que para o uso eficiente dos recursos econômicos mundiais seria necessária uma expansão da produção e comércio agrícola *globais* em função das vantagens de custo comparativo dessa produção.⁹⁰ Dado que alguns dos principais países do Norte — Estados Unidos, Canadá — e também a Austrália, já eram grandes produtores comerciais de grãos, enquanto que muitos países do Terceiro Mundo eram tradicionalmente especializados na produção de safras de exportação como café, açúcar, cacau, chá e frutas, os proponentes deste enfoque argumentavam que a produção e o comércio deveriam logicamente continuar dentro dessa linha. Dessa forma, a produção mundial de grãos permaneceu sob o domínio dos Estados Unidos, Canadá e Austrália enquanto que os agricultores do Terceiro Mundo eram encorajados a expandir a produção de safras de exportação de acordo com sua aparente (e histórica) vantagem de custos comparados. Supunha-se que o auxílio de alimentos retirado do excedente do estoque de grãos dos países do norte fosse propiciar maior disponibilidade de cereais para o Terceiro Mundo em períodos de seca, cheia ou em outros casos de graves descompassos da produção agrícola.

O segundo enfoque deixava de insistir na produção mundial de alimentos para destacar sua produção *nacional*. Isto se deu sobretudo naqueles países do Terceiro Mundo que já eram importantes produtores de trigo, arroz e milho. Anunciou-se uma “revolução verde” na década de 60, baseada na disseminação de pacotes de sementes de alto rendimento, fertilizantes, pesticidas e água. A nova tecnologia foi implementada através de

⁹⁰ “De 1961-65 a 1973-77, as importações líquidas de alimentos primários dos países em desenvolvimento aumentaram quase cinco vezes, de 5 para 23 milhões de toneladas por ano.” (Mellor, 1984, pág. 536).

uma rede mundial interligada de institutos de pesquisa. Recebeu o respaldo governamental sob a forma de facilidades de crédito, estudos de mercado e apoio aos preços e foi expandida de acordo com um enfoque de “edificação sobre os melhores”. Ou seja, focalizou-se a atenção naquelas regiões e agricultores de um determinado país mais capazes de, como produtores, ajudarem-se mutuamente. Via-se nesse enfoque a forma mais provável de se conseguir o máximo de retorno para os cofres governamentais.

Ambos os enfoques, de forma quase obsessiva, salientavam a produção e o comércio agrícolas através de incentivos. A diferença entre as duas linhas de ação residia no fato de uma defender a expansão da produção mundial de alimentos e o comércio internacional, enquanto a outra estimulava a produção nacional de alimentos e o comércio interno. Esta diferença foi significativa no que diz respeito à auto-suficiência nacional em termos de alimentação. Aqueles países que adotaram a primeira linha (muitos países da África e da América Latina) e expandiram as exportações ou a produção não-alimentícia para o mercado interno, encontraram-se cada vez mais dependentes, de forma desconfortável, do comércio e auxílio internacionais. Como os preços dos produtos agrícolas costumam ser instáveis nos mercados mundiais, a dependência externa muitas vezes significa dependência cada vez maior dos auxílios de alimentos ao ocorrer quedas bruscas nos preços dos produtos de exportação do país. O irônico disso tudo é que as condições climáticas favoráveis que permitem maior fornecimento mundial de um determinado produto de exportação e resultante redução de seu preço, podem também aumentar a necessidade de auxílio de alimentos em decorrência da pressão exercida sobre a balança de pagamentos. Por isso, o auxílio passa a ser necessário tanto em condições agroclimáticas adversas quanto favoráveis.

Em segundo lugar, a estrutura do mercado internacional de grãos, que é controlado por uns poucos “comerciantes de grãos”, faz com que mesmo a compra de cereais em tempos de escassez nacional torne-se muito difícil. Os grandes comerciantes de grãos, através de grupos de interesse e pressão têm conseguido impedir o estabelecimento de um estoque mundial regulador de grãos, de controle multilateral, que viesse reduzir sua margem de lucro oriunda da instabilidade de oferta e de preços no mer-

cado internacional de grãos.⁹¹ Assim, durante a grave estiagem de 1972-73 na Índia, a ausência de uma reserva de estoque multilateral pode ter contribuído para a morte de cerca de um milhão de pessoas, pois a Índia não podia igualar os preços oferecidos pela China e pela Rússia para aquisição de grãos norte-americanos.⁹² Em terceiro lugar, a excessiva dependência das importações de alimentos num país com grave déficit na balança de pagamentos e com uma enorme dívida externa torna sua disponibilidade de alimentos também vulnerável a estas pressões.

Os países que seguiram o caminho da "revolução verde" e expandiram sua produção de grãos foram capazes, no decorrer do tempo, de evitar alguns desses problemas. Pelo início da década de 80, por exemplo, a produção indiana de grãos e seu estoque de reserva tornaram-se suficientemente grandes, permitindo suportar com mais tranquilidade os anos de seca. Contudo, mesmo nestes países, os efeitos distributivos adversos da política de "edificação sobre os melhores" significaram que os aumentos na produção nacional total de alimentos nem sempre eram traduzidos em *acesso* aos mesmos entre as regiões, classes operárias ou grupos de baixa renda. Dessa forma, embora a capacidade de contornar os graves problemas da fome tenha melhorado indubitavelmente na Índia, a desnutrição a longo prazo entre os pobres não foi erradicada. Nem pode-se afirmar que a erradicação desse problema seja uma questão de tempo por haver aumentado a produção global. Um importante efeito distributivo da política da "revolução verde" foi a canalização relativa e absoluta de recursos para outros fins que não o de cultivos (milho, leguminosas, por exemplo) que constituem a dieta habitual dos grupos e regiões mais humildes. A estagnação da produção significa estagnação da renda real, que por sua vez significa que a subnutrição estrutural pode ser agravada mesmo com o aumento da capacidade nacional de contornar os efeitos da seca.⁹³

⁹¹ Vide Morgan (1980) para uma análise do comércio mundial de grãos. Não está claro se a criação da *IMP Cereal Import Facility* trouxe benefícios. Vide Adams (1983) para discussão.

⁹² Por exemplo, nos estados pobres de Orissa, Bihar e Karnataka na Índia, a produção de grãos estagnou durante a década de 70, mesmo com aumento da produção nacional de grãos. Vide: Government of India, *Bulletin on Food Statistics*, diversas edições.

Estas desigualdades distributivas foram particularmente perniciosas na América Latina e na Ásia. Em muitas partes da América Latina a coexistência tradicional de grandes extensões territoriais e minifúndios tem progressivamente cedido terreno a indústrias capitalistas de produtos agrícolas de exportação com trabalho assalariado através da perda da posse da terra pelos pequenos agricultores.⁹⁴ O resultado disso tem sido o êxodo rural com crescimento das favelas urbanas e o empobrecimento da zona rural com crescente dependência, por parte dos sem-terra, do trabalho migratório sazonal ou contratual nas grandes propriedades fundiárias voltadas para exportação. A reforma agrária é, por isso, uma fundamental exigência popular. Na Ásia, a presença do desemprego e do subemprego em larga escala entre os sem-terra tem tornado a criação de empregos uma necessidade premente, embora neste caso também a reforma agrária seja essencial.⁹⁵

Isso nos conduz à questão mais abrangente da política de alimentos em face às enormes desigualdades regionais e de posse da terra. No Brasil, que pretende ser o quarto produtor mundial de grãos, foram os pobres que suportaram os principais efeitos dos últimos seis anos de seca no nordeste do país. A existência de desigualdades extremas na distribuição das terras e no poder político-econômico da região tem significado que a maior parte das medidas e recursos destinados ao combate à seca costuma ir parar nas mãos dos grandes latifundiários.⁹⁶

A fome da região do Sahel, ao sul do Saara, no período de 1968-73 trouxe a tona alguns desses problemas. Em decorrência disso, pelo menos em parte, houve um crescente reconhecimento na comunidade responsável pelas linhas de ação política, durante a última década, de que as secas não constituem desastres meramente "naturais" para os quais medidas de combate a curto prazo constituem resposta adequada. Um número significativo delas, ao contrário, resulta de fatores estruturais mais prolonga-

⁹⁴ Vide de Alcantara (1976) para um exemplo mexicano.

⁹⁵ Dada a maior densidade populacional e maior número dos sem-terra no sul da Ásia, discute-se se a reforma agrária irá proporcionar terras viáveis para a população agrícola. Isso torna a criação de empregos na zona rural e urbana muito mais importante.

⁹⁶ Vide Wijkman e Timberlake (1984), págs. 47-48.

dos, determinados por padrões regionais de desenvolvimento e uso da terra. Como consequência deste reconhecimento, o *Club du Shael* e o Comitê Interestadual Permanente para Controle da Seca na Região (CILSS) concordaram em que a auto-suficiência no setor de alimentos devia ser a principal meta do desenvolvimento nacional e regional.⁹⁷ Da mesma forma, alguns esforços de pesquisa apoiados pela ONU e também por agências bilaterais estão hoje sendo realizados no sentido de averiguar o impacto das safras de exportação sobre a produção de gêneros agrícolas de subsistência. Seria interessante que tais esforços levassem em consideração os motivos para a persistência da crise no Sahel.

Dentre estes motivos encontram-se elementos críticos como a falta de diretrizes políticas *integradas* voltadas para a agricultura, para o uso de madeiras de construção e para a administração dos recursos hídricos. As crises de alimentos, de água e de energia que atingem a zona rural encontram-se interligadas mediante processos ecológicos e demográficos, eles próprios resultado de políticas de curto alcance e das estruturas de poder dominantes. Embora a seca seja a causa isolada mais importante da carência alimentar, não é determinada exclusivamente por falta de chuva. Pelo menos três tipos de seca podem ser identificados: a seca de precipitação, a seca de escoamento e a seca freática.⁹⁸ Mesmo nos anos de pluviosidade normal ou boa, a seca por escoamento ou baixos níveis freáticos pode ter efeito devastador.

Estes dois últimos tipos de seca muitas vezes resultam da destruição de florestas e erosão do solo causados pelo próprio desmatamento mal planejado e desequilibrado para fins industriais (fábricas de papel, de móveis etc.), para atender as necessidades energéticas rurais e urbanas com encurtamento, destruição ou desvio de rios ou cursos d'água perenes para usinas hidrelétricas e também em decorrência de uma agricultura ou

⁹⁷ De acordo com Wijkman e Timberlake (1984), apesar de uma resolução política desta natureza, menos de 40% dos 7,5 bilhões de dólares doados como auxílio entre 1975-80 chegaram às zonas rurais. Isto se deu em parte porque os camponeses careciam de força política e em parte porque a tecnologia para o cultivo de sorgo e painço em terras áridas ainda não está muito adiantada.

⁹⁸ Vide Wijkman e Timberlake (1984), pág. 35.

pecuária mal orientadas. Dois importantes aspectos agroclimáticos que caracterizam grande parte dos trópicos exacerbam estes problemas: a fina espessura e má qualidade da camada superficial do solo e a intensidade das chuvas sazonais. Estas tendem a arrastar consigo e a compactar o solo existente devido à ausência de vegetação e arborização adequadas. Graves secas hoje parecem ter se tornado endêmicas ao sul do Saara africano. Em 1984, de acordo com a FAO, grave carência de alimentos predominou na Etiópia, Sudão, Sahel e em países sul-africanos como o Zimbábwe, Moçambique, Angola, Botswana, Lesoto e Zâmbia.⁹⁹ Os processos subjacentes também operam fora da África.¹⁰⁰

Nem todos os problemas podem ser atribuídos à utilização industrial das florestas. A privatização das terras públicas e incultas reduz a disponibilidade da biomassa lenhêira (galhos, gravetos, sobras de colheitas) que é a forma dominante de energia doméstica, especialmente nas propriedades humildes da África. Isso conduz à violenta escassez energética rural agravada pelo rápido crescimento demográfico.¹⁰¹ Além disso, os pobres e os sem-terra não costumam ter acesso a produtos florestais como fonte de alimento e de renda.

⁹⁹ Apesar das experiências progressivas, o Zâmbia atualmente está solicitando às agências ajuda para construir 10 grandes represas para as regiões do sul produtoras de milho, o que deverá ser seguido pela construção de outras. Embora isso possa aumentar o cultivo de cereais o raízes em 5-6 vezes, também ameaça agredir extensamente a terra produtiva se as represas forem mal projetadas e administradas. Vide *The Hindu*, 11 de fevereiro, 1985, pág. 5.

¹⁰⁰ Por exemplo, Kerala no Sul da Índia — um estado tradicionalmente conhecido pelas suas terras férteis e suprimento abundante e perene de água proveniente de pequenos córregos e açudes que são reabastecidos pela chuva sazonal começou a experimentar grave estígio em nos anos de baixa pluviosidade. Hoje se reconhece que os efeitos da pouca chuva são consideravelmente agravados pela rápida e alarmante destruição das florestas em terrenos elevados para fins industriais. O desmatamento também está ocorrendo nas anteriormente víçosas encostas arborizadas das colinas ao pé das montanhas do Himalaia e nos países andinos (Bolívia, Equador, Peru e Venezuela), junto com os significativos perigos da desertificação do Chile, Argentina, México e Peru. Em muitas áreas, este desmatamento teve início no período colonial.

¹⁰¹ Vide Cecelski (1984).

Efeito correlato de todas essas pressões sobre os recursos energéticos e hídricos rurais é a crescente erosão do solo e o declínio na produção de alimentos e na produtividade agrícola. As três crises — de alimentos, água e energia — são portanto interdependentes e exigem soluções integradas e definitivas. A sua necessidade de solução só agora é que passa a receber reconhecimento sistemático. Por exemplo, com o financiamento da Autoridade Sueca Internacional para o Desenvolvimento (SIDA), a Cruz Vermelha Sueca e a *Earthscan* (um serviço internacional de informações sobre o desenvolvimento e o meio ambiente, sediado em Londres) colaboraram na feitura do relatório de Wijkman e Timberlake mencionado antes. Seu principal argumento é o de que os conhecidos “desastres naturais” são estruturalmente causados, em grande medida, pelos seres humanos. Embora seja uma situação profundamente deprimente quando percebemos o grau de extrema pobreza existente, permite, ao mesmo tempo, que se tenha esperança em soluções e opções políticas definitivas e que estas possam ser identificadas e implementadas.¹⁰²

O relatório criticou oportunamente, da perspectiva de um observador interno, as práticas e motivações das agências envolvidas nos combates aos desastres naturais. Uma das principais críticas foi a de que — com a proverbial delicadeza de um elefante — as agências muitas vezes destroem os mecanismos sociais de combate aos desastres, fomentam mais a dependência externa do que a auto-suficiência e tratam os pobres (aqueles mais gravemente atingidos pelo desastre) como vítimas sem esperança. O relatório argumenta veementemente a favor da necessidade, portanto, de se encontrar soluções definitivas, em conjunto com as comunidades locais, trazendo sua experiência e anseios para junto dos programas e linhas de ação política em níveis superiores de tomada de decisão.

Se puder ser apontada alguma falha nesse documento de extraordinária lucidez e sensibilidade, será a de não dar o passo final e crítico implícito em seu próprio argumento. Ou seja, já que as crises de alimentos, água e energia são interdependentes e a comunidade local deve ser o cerne dos esforços de desenvolvimento com a finalidade de solucioná-las, então

¹⁰² Wijkman e Timberlake, *op. cit.*, pág. 122.

deve ser dado reconhecimento explícito às mulheres (sobretudo às mais pobres e sem terra) como elementos humanos-chave no mecanismo de interdependência e como agentes ativos em todas as soluções. O que se denominou de crise generalizada de reprodução no atendimento das “necessidades básicas” tem as mulheres em seu centro, como principais provedoras dessas mesmas necessidades.

A importância das mulheres para a solução da crise generalizada de reprodução é de caráter multidimensional. Em primeiro lugar, um grande número de publicações técnicas mostra hoje que em muitas partes do Terceiro Mundo as mulheres são importantes, senão as principais, produtoras de gêneros alimentícios.¹⁰³ Em segundo lugar, mesmo nos lugares em que as mulheres não participam diretamente do cultivo da terra, são quase que universalmente responsáveis pelo processamento e cozimento dos alimentos. Em terceiro lugar, além de assegurarem o alimento, costumam também ser responsáveis pela coleta de água e lenha, muito embora o trabalho das crianças sejam muitas vezes bastante importante no último caso.¹⁰⁴ Quanto menos se dispõe de água e lenha na zona rural, mais tempo perdem as mulheres na sua coleta. A evidência oriunda de pesquisas nacionais por amostragem hoje também demonstra que há um contingente desproporcional de mulheres pobres executando estas tarefas.¹⁰⁵ Em quarto lugar, a crise reprodutiva se reflete nas mulheres que têm de fazer trocas ou compensações entre as diferentes necessidades básicas na utilização de recursos como seu tempo de trabalho, renda ou a terra sobre a qual têm algum controle. Quando as mulheres têm pouco lucro ou controle efetivo sobre o uso da terra (e isto porque há a tradicional hierarquia de gênero e viés nas diretrizes políticas de reforma agrária), o seu próprio tempo disponível para o trabalho e o das crianças (sobretudo das filhas) é o único recurso sobre o qual têm alguma forma de controle. Assim, as horas de trabalho das mulheres, como único mecanismo para tentar enfrentar a crise, aumentam consideravelmente. Em quinto lugar, o impacto destas pressões sobre sua condição nutricional e de saúde opera através da

¹⁰³ Vide Muntamba (1982) e Okeyo (1980).

¹⁰⁴ Vide Cecelski (1984).

¹⁰⁵ Vide Sen e Sen (1984).

desejar vender os direitos florestais aos empreiteiros; ou podem ser indiferentes a melhorias tecnológicas que venham a reduzir o trabalho no cozimento dos alimentos ou na utilização da lenha e da água. Alguns homens podem também temer o aumento do poder das mulheres através de sua organização e tomadas de decisão coletivas. A ativação das organizações de mulheres é um elemento-chave para que se tenha o desenvolvimento potencial de *todo* o contingente pobre, sendo este um argumento decisivo para se despertar a consciência dos pobres e dos sem-terra.

Os governos e agências internacionais continuam também, displicentemente, a ignorar a crescente evidência de que as mulheres, como principais provedoras das necessidades básicas, são elementos cruciais para o entendimento e solução da crise de reprodução rural no Terceiro Mundo. Já é tempo de se mudar de atitude. Em recente oficina sobre o papel das mulheres na auto-suficiência em alimentos, um grupo de trabalho sobre política macroeconômica concluiu que entre as importantes exigências regionais estão: para a África, a criação de vínculos entre a política de alimentos e o acesso das mulheres produtoras à terra, crédito, tecnologia e mercado com maior destaque para os cultivos mistos e de grãos tradicionais; para a Ásia, garantir que a tecnologia de processamento de alimentos não continue a desalojar as mulheres de sua tradicional função e que sejam auxiliadas no estabelecimento de cooperativas de beneficiamento de arroz, por exemplo; para a América Latina, que as mulheres recebam o mesmo tratamento que os homens na questão da reforma agrária e nas estratégias de cooperativismo agrícola.¹¹¹

O Balanço de Pagamentos e o Endividamento Externo

Embora exista uma crise nos países do Terceiro Mundo sob a forma de uma dívida externa e um déficit no balanço de pagamentos inadmissíveis, estes problemas não passam de

¹¹¹ O relatório ORSTOM sobre estas recomendações e outras será brevemente publicado.

mudança para alimentos menos nutritivos porém menos trabalhosos, ou seja, do inhame e do painço para a mandioca e dos grãos integrais para os processados e comprados.¹⁰⁶ Isso afeta sobretudo o estado nutricional das crianças em crescimento. Em *sexto lugar*, as mulheres como administradoras da distribuição de alimentos dentro de casa costumam comer depois dos homens e, às vezes, depois das crianças, consumindo assim quantidades menores e menos nutritivas. As filhas são também discriminadas muitas vezes em favor dos filhos na distribuição de alimentos.¹⁰⁷ Em conjunto com o aumento na carga de trabalho, isso leva a um declínio absoluto e relativo da saúde e condição nutricional das mulheres.¹⁰⁸

É evidente que as mulheres, como principais trabalhadoras na provisão das necessidades básicas, ocupam posição central entre os elementos que nos permitem compreender as ligações na crise de reprodução. E conclui-se que devem ser agentes-chave em qualquer solução dada à crise. De fato, com ou sem reconhecimento internacional ou governamental, as mulheres já vêm se organizando. Na Índia, por exemplo, há uma crescente organização das mulheres contra os empreiteiros florestais no sentido de evitar o desmatamento.¹⁰⁹ Os sistemas tradicionais de auxílio mútuo comunitário e familiar, por exemplo, o *harambee* no Quênia, são revitalizados pela busca de soluções coletivas para os problemas hídrico-energéticos. Os grupos de mulheres existentes costumam ser locais e participativos, além de muito flexíveis na sua capacidade de reorientar-se de um projeto para outro, conforme necessário.¹¹⁰

Uma importante barreira ao funcionamento eficaz desses grupos é que os interesses dos homens e mulheres pobres nem sempre são coincidentes, em decorrência da vigente divisão sexual do trabalho e dos recursos. Os homens, por exemplo, podem estar mais interessados nas colheitas comerciais do que nas de subsistência, no caso de controlarem a renda; podem

¹⁰⁶ Vide Bukh (1979).

¹⁰⁷ Vide Batliwala (1982).

¹⁰⁸ Vide Carloni (1981).

¹⁰⁹ Vide Jain, S. (1984) para uma discussão do movimento Chipko na Índia.

¹¹⁰ Wisner (1984) analisa as forças desses grupos.

sintomas de uma crise mais abrangente: aquela que se instalou no sistema financeiro e monetário mundial após a Segunda Guerra e nos correspondentes mecanismos de comércio e fluxo de capital internacionais. No sistema de Bretton Woods, apesar das intenções de pelo menos alguns de seus fundadores, o êxito do ajuste ao desequilíbrio nos pagamentos internacionais recaiu inteiramente sobre os países deficitários. Dada a fragilidade estrutural que a era colonial impôs aos países do Terceiro Mundo, seu papel tem sido o de perenes "reajustadores". A Comissão Econômica para a América Latina das Nações Unidas (CEPAL) tem manifestado amplamente a necessidade de uma estratégia de substituição das importações voltada para o mercado interno para reduzir as pressões sobre o balanço de pagamentos e dar ao crescimento econômico um impulso interno.¹¹³ Ao mesmo tempo mostrou-se favorável à reforma agrária como mecanismo para aumentar a produtividade agrícola, reduzir a desigualdade na distribuição de renda e expandir o mercado interno para as mercadorias industriais. Os complexos resultados das reformas agrárias realizadas durante as décadas de 50, 60 e 70 estão documentados.¹¹⁴ Do lado da substituição das importações viu-se, em meados da década de 60 o princípio de uma crescente desilusão e inclusive inversão das políticas anteriores. Argumentava-se que o período "fácil" de substituição dos bens de consumo teria de dar lugar à mais "difícil" fase tecnológica e de grande intensidade de capital na produção de bens.

Mais importante ainda: a fase de substituição das importações parecia não ter melhorado, como a princípio se desejava, a posição da balança de pagamentos dos países latino-americanos. Embora a responsabilidade desse problema fosse atribuída à crescente necessidade de importação de bens de capital e produtos intermediários para a industrialização doméstica, deu-se pouca atenção a um outro fator contribuinte: a criação de barreiras protetoras contra as importações fez com que as

empresas multinacionais começassem a se estabelecer e a expandir sua produção industrial nestes mesmos países. O grau em que o crescimento das importações industriais pode ser atribuído diretamente à produção transnacional, o grau em que as faturas de importação foram inflacionadas pelos "preços de transferência"¹¹⁵ e o grau em que as tentativas de desenvolver a indústria nacional foram enfraquecidas pelo controle e comercialização transnacionais da tecnologia não são plenamente conhecidos. Certamente ocorreram os três fenômenos. Porém, mesmo independentemente do desequilíbrio no comércio, a perda de divisas devido à repatriação dos lucros e a outras formas de pagamento foi considerável no final dos anos 60. Assim, as estratégias de desenvolvimento voltadas para o controle do comércio enquanto, por um lado, permitiam o movimento relativamente livre de capital nem sequer conseguiam, por outro, controlar o próprio comércio e melhorar o balanço de pagamentos.

No final dos anos 60, início dos 70, a promoção de exportações transformava-se novamente na prioridade dominante. Após 1973, a reciclagem dos petrodólares pelos bancos comerciais, através de empréstimos a países do Terceiro Mundo, é bem conhecida. Enquanto os bancos mostravam-se ávidos por encontrar caminhos lucrativos para tais recursos, os empréstimos eram habitualmente alocados de acordo com prioridades negociadas entre os governos, os prestamistas e os prestatários privados (muitas vezes com garantia do governo). Raramente se levava em consideração as necessidades ou interesses do povo. Assim, como ocorria com outras formulações de diretrizes políticas, de desenvolvimento, nem as prioridades de investimento, nem os mecanismos eram democraticamente determinados. Os empréstimos eram muitas vezes gastos em militarização, em projetos de infra-estrutura com longos períodos de gestação e às vezes em serviços sociais. Havia também um certo derrame desses recursos para contas em bancos estrangeiros.

Com o desaquecimento da economia e comércio mundiais, as pressões de ajuste sobre os países latino-americanos com enormes

¹¹² Block (1977) faz análise profícua dos interesses opostos que ocorreram na formação do Sistema de Bretton Woods.

¹¹³ Vide Traverso e Iglesias (1983) e diversos temas da Revista da CEPAL.

¹¹⁴ de Janvry e Ground (1978) dissecam a experiência com a reforma agrária na América Latina sob os auspícios da Aliança para o Progresso.

¹¹⁵ O preço de transferência se dá quando uma subsidiária de uma corporação multinacional vende para outra subsidiária da mesma corporação a preços artificialmente altos ou baixos para maior lucro financeiro. Para uma análise de como esta transferência se processa dentro de uma mesma corporação, vide Caves (1982) e Quirin (1979).

dívidas externas foram intensificadas.¹¹⁶ O rápido crescimento da dívida e a impossibilidade de pagamento se devem, em parte, à atual recessão mundial e o resultante declínio das exportações provenientes de países do Terceiro Mundo, um problema agravado pelo protecionismo nos países industrializados. Mas o crescimento da dívida também se deve ao efeito de taxas de juros internacionais variáveis, que são afetadas pela política norte-americana de administração de seu próprio déficit interno e de sua balança comercial, através de elevadas taxas de juros e grande influxo de capital. A conseqüente instabilidade do sistema monetário e financeiro internacional não só dificulta o cumprimento dos acordos de pagamento da dívida a curto prazo, como torna quase impossível o planejamento a longo prazo. É neste contexto que os pacotes de ajuste estrutural, que são sincronicamente negociados pelo FMI e pelo Banco Mundial, devem ser compreendidos.

Os pacotes de ajuste estrutural têm, acima de tudo, muito pouca probabilidade de produzirem o aumento necessário das exportações em face do protecionismo crescente nos países adiantados. Em segundo lugar, se os programas de promoção das exportações tiverem êxito, sobretudo na agricultura, serão capazes de reduzir a disponibilidade de alimentos para o contingente populacional mais pobre. Em terceiro lugar, isso terá um impacto nocivo sobre as condições de subsistência em decorrência dos cortes nas importações de bens de consumo, nos subsídios internos para itens como alimento e energia e nos gastos com saúde e educação. De fato, as agências internacionais e a comunidade dos negócios têm plena ciência de que a fase "difícil" da administração da dívida está por vir e que haverá considerável tumulto civil e político ocasionado pelos programas de ajuste estrutural.

Além disso, embora haja considerável pressão sobre os países do Terceiro Mundo no sentido de efetuarem os "ajustes estruturais", existe uma abertura pequena porém preciosa nas agências multilaterais e nos governos dos países desenvolvidos para o ajuste estrutural do sistema como um todo.¹¹⁷ E a menos

¹¹⁶ Consultar Traverso e Iglesias (1983).

¹¹⁷ Vide *World Development* (1980) numa edição especial sobre estabilização econômica.

que os ajustes sejam feitos em ambos os países, nos deficitários e naqueles com excedente,¹¹⁸ e que as nações mais poderosas deixem de viver acima de seus próprios recursos, a crise do sistema não será resolvida.

Conforme já mencionamos, as raízes da crise na balança de pagamentos do Terceiro Mundo datam de antes de 1973 e da expansão da dívida. As raízes estruturais encontram-se na abertura ao capital privado e nas grandes perdas de divisas daí resultantes.¹¹⁹ A fragilidade da balança de pagamentos foi portanto erigida sobre o sistema de produção e comercialização durante a fase de substituição das importações e daí em diante.¹²⁰ A projeção da dívida não fez mais que intensificar e precipitar a crise.

Está igualmente claro que as necessidades básicas da maioria da população serão agora uma das últimas prioridades dos governos e agências multilaterais. Embora seja demasiadamente cedo para uma avaliação sistemática dos efeitos dos "ajustes estruturais" na década de 80, palpites fundamentados no impacto negativo dos cortes nos setores de alimentação, saneamento, transporte e educação, além dos problemas de morbidade, mortalidade e sobrevida das crianças, parecem não estar muito fora da realidade.¹²¹ Os cortes orçamentários serão também sentidos diretamente nos empregos no setor de serviços públicos. Considerando como bom indicador a experiência do Chile após

¹¹⁸ Vide Dell em *World Development* (1980), e Dell e Lawrence (1980), entre outros. É interessante que o caso de divisão de responsabilidades seja violentamente defendido pelos Estados Unidos e Europa Ocidental contra os excedentes comerciais japoneses.

¹¹⁹ Vide Thorp e Whitehead (1977) para um bom número de estudos de caso.

¹²⁰ A Índia com a sua industrialização fortemente voltada para o mercado interno oferece um contra-exemplo. Até o final da década de 70, a política indiana voltada para o investimento privado direto e para os empréstimos comerciais foi bastante conservadora de forma que o serviço da dívida como porcentagem das exportações de bens e serviços em 1981 foi de apenas 7,1% (*World Development Report*, 1984). Há chance desta probabilidade aumentar devido a maiores empréstimos comerciais além de um grande empréstimo tomado do Extended Fund Facility do FMI em 1981.

¹²¹ Vide Dore e Weeks (1982) para a evidência sobre o Chile após 1973. Vide também Cline e Wintraub (1981) e Dell e Lawrence (1980).

lho.¹²⁴ Embora as mulheres pobres tenham sempre procurado trabalho assalariado, as pressões criadas pelos programas de estabilização sobre as rendas e o consumo fazem com que maior número de mulheres (velhas e jovens) saiam em busca de emprego. Uma opção é o trabalho como empregada doméstica, embora o empobrecimento das classes médias possa reduzir a oferta desse tipo de ocupação. Dessa forma, as oportunidades de emprego para as mulheres podem aumentar em decorrência dos programas de "ajuste estrutural", mas isso só por força das circunstâncias e sobretudo sob as condições negativas do famigerado setor "informal".

Os efeitos específicos de medidas como a restrição das importações (adotada como parte dos pacotes de ajuste estrutural) na faixa de atividades englobadas pelo setor, são de difícil previsão. Por um lado o bloqueio ou redução do afluxo de bens de consumo importados e outras manufaturas poderá aumentar a demanda de bens equivalentes produzidos no país. Contudo, certas ocupações que dependem de matéria-prima ou de mercadorias importadas (certos setores do comércio) poderão ser prejudicadas por essa política. A redução do poder aquisitivo do povo, como consequência dos programas de ajuste estrutural, se traduzirá em reduzida demanda de muitas mercadorias, podendo haver, contudo, uma procura de produtos mais baratos produzidos pelo setor "informal".

Um segundo e importante impacto dos programas apoiados pelo FMI sobre as mulheres se dará através dos cortes nos gastos com serviços públicos. Estes ocorrerão ao mesmo tempo em que aumentar sua procura, devido ao crescente desemprego e pobreza. A política fiscal de austeridade fará com que setores como os de educação, saúde, habitação, alimentos subsidiados e transporte sofram reduções, sejam eliminados ou só conseguidos a preços muito mais elevados. A consequência para as mulheres será tripla. Em primeiro lugar, como principal membro da família responsável pelos afazeres ligados à cozinha, limpeza e cuidados com a saúde dos filhos, sua carga de trabalho deverá aumentar. O efeito da redução nos gastos públicos com a saúde, por exemplo, junto com a desnutrição, recairá sobre elas que serão obrigadas a providenciar atendimento de saúde com re-

¹²⁴ Vide Prates (1981).

1973, a ulterior abertura da economia a um livre movimento de capital e mercadorias, além do aumento nos preços dos produtos importados, produzirá um efeito recessivo na medida em que empresas de pequeno e médio porte saiam do mercado.¹²² O desemprego em larga escala combinado às reduções nos serviços sociais causaram um rápido e grave empobrecimento do Chile, enquanto a fuga de capital agravou a pressão sobre o balanço de pagamentos.

Os programas de "ajuste estrutural" podem ter uma série de efeitos para as mulheres. Os efeitos dos programas de estabilização sobre as oportunidades de emprego será provavelmente contraditório. Seu emprego nas pequenas e médias empresas voltadas para o mercado interno poderá declinar na medida em que tais empresas saiam do mercado. Por outro lado, se as indústrias de exportação sofrerem expansão sob estímulo do governo, é provável que haja aumento da oferta de emprego para as mulheres por predominarem como mão-de-obra no setor. Como bem se sabe, embora os salários e as condições de trabalho possam às vezes ser um tanto melhores nas grandes indústrias em zonas de comércio livre, o trabalho é temporário com acelerada rotatividade e severa disciplina. Muitas mulheres nas unidades de exportação trabalham em condições precárias com baixos salários e grande instabilidade no emprego.¹²³

Em resposta à crise do endividamento, as agências internacionais recomendaram a alguns países aumentar sua receita cambial através de maior expansão da agricultura de exportação. Conseqüentemente a oportunidade de emprego para as mulheres tem crescido no setor. Esta forma de emprego, nas atividades comerciais agrícolas desta natureza, tem forte semelhança ao emprego para as mulheres em fábricas, em termos de condições de trabalho e vulnerabilidade à variação sazonal. Um exemplo é a produção comercial de frutas e legumes de inverno no México.

A oferta de emprego para as mulheres tende também a se expandir nos serviços, no comércio e nos trabalhos avulsos a domicílio. Constituem estas as conhecidas atividades "informais" que crescem juntamente com a maior participação feminina no traba-

¹²² Vide U. N. Secretariat (1981).

¹²³ Consultar Banerjee (1984).

cursos caseiros. Haverá aumento do tempo perdido em filas, já que a burocracia terá se intensificado junto com uma redução na disponibilidade de serviços. Mais tempo será perdido em fontes públicas de água, em hospitais etc. *Em segundo lugar*, pelo fato de as mulheres serem responsáveis, de um modo geral, pelo atendimento das necessidades básicas de suas próprias famílias, seu acesso a serviços como os de saúde e educação será reduzido. Pode ser dito o mesmo em relação às suas necessidades nutricionais. *Em terceiro lugar*, o índice de abandono das escolas pelas meninas deverá aumentar por se verem obrigadas a substituir as mães em tarefas domésticas, em trabalhos avulsos a domicílio ou em oficinas de trabalhos extenuantes, a salários de fome, a fim de completar a renda familiar.¹²⁵

Conforme mencionamos anteriormente, as provas destes efeitos ainda estão sendo pesquisadas e reunidas.¹²⁶ Contudo já existem indícios consideráveis a respeito do impacto dos cortes nos serviços públicos sobre as mulheres em países adiantados, sobretudo nos Estados Unidos. Embora a situação na Europa não seja comparável à norte-americana em vários aspectos, sobretudo quanto ao atual nível de desemprego e estagnação da demanda interna, e também quanto ao relativo isolamento do estado de bem-estar social e da política de garantia de emprego e de renda, há um bom número de tendências paralelas. Limitaremos, porém, nossa análise aos Estados Unidos por aí encontrarmos a ilustração mais evidente do impacto negativo da política do governo sobre as mulheres e sobre o contingente mais pobre da população.

Não importa como se aquilate a pobreza: o número de pobres norte-americanos cresceu em mais de 9 milhões em apenas quatro anos, com a maior concentração entre as minorias e mulheres brancas de baixa renda. Isso representa o maior aumento observado desde que o governo começou a reunir dados quantitativos referentes à pobreza em 1960. As famílias chefiadas por mulheres compõem o maior contingente atingido pela

¹²⁵ Vide U.N. Secretariat (1981) para os exemplos do Chile e do Sri Lanka.

¹²⁶ O encontro preparatório da América Latina para o Forum da NGO (a ser realizado junto com a Década das Nações Unidas para a Condição da Mulher em Nairobi, julho de 1985).

política fiscal e monetária do governo. Bem mais de um terço de todas estas famílias estão abaixo da linha demarcatória de pobreza e mais da metade de todas as famílias negras e hispânicas chefiadas por mulheres vive na pobreza.

Mesmo antes do início da administração Reagan em 1980, os programas de combate à pobreza apresentavam diversas lacunas. Embora o ponto de vista popular norte-americano seja o de que durante os últimos 10 ou 15 anos a totalidade do contingente pobre tenha recebido aumentos substanciais de benefícios, a realidade é que tais aumentos durante este período foram destinados aos idosos e a um pequeno número de famílias brancas chefiadas por homens. Alguns benefícios em importantes programas não funcionaram por não terem sido ajustados à inflação e os critérios de elegibilidade mudaram de tal forma que muitos necessitados foram excluídos. Durante este período, o poder aquisitivo de famílias pobres chefiadas por mulheres declinou e muitas deixaram de ter acesso aos serviços subsidiados.

Hoje, os programas voltados para as famílias e indivíduos de baixa renda compreendem menos de um décimo do orçamento federal. E mais: sob o governo Reagan, estes programas receberam os mais profundos cortes. Reduções significativas foram feitas no programa de assistência pública para as famílias de mães solteiras, sobretudo nos programas de atendimento médico para famílias de baixa renda e idosos, moradia para os de baixa renda, emprego e treinamento em serviços públicos e nos benefícios de seguro-desemprego. Contrariamente às declarações dessa administração, estes cortes não representam reduções reais nos gastos globais do governo federal, mas sim um desvio de verbas do setor doméstico para o militar. Os gastos militares aumentaram em 40% de 1980 a 1985, aumento maior do que a totalidade das reduções nos gastos domésticos desde 1980.¹²⁷

¹²⁷ O acentuado aumento nos gastos militares também contribuiu, junto com os cortes tributários, para o aumento recorde no déficit orçamentário federal (maior que o total dos déficits dos últimos 20 anos). O déficit nacional é agora tão grande que o pagamento dos juros sobre o mesmo ultrapassou 100 bilhões de dólares por ano — que é maior que o custo combinado de todos os programas de baixa renda em todo o orçamento federal. Vide Adams (1983) e *Center on Budget and Policy Priorities* (1984).

Embora a maioria dos beneficiários dos programas de assistência pública seja branca, estes programas atendem às minorias em grande número. Assim, embora cerca de 12% da totalidade da população norte-americana seja negra, mais de 40% recebe auxílio público sob a forma de transferência de renda, *tickets* de refeição, assistência médica etc. Nos últimos quatro anos, as famílias negras sofreram reduções nos benefícios até três vezes maiores que as reduções para famílias brancas.¹²⁸ Os de origem hispânica foram atingidos pela política orçamentária de forma semelhante e a pobreza tem crescido mais rapidamente entre eles do que em qualquer outro segmento da população.

Estes cortes orçamentários vieram acompanhados de um importante realinhamento do sistema de impostos favorecendo os contribuintes de alta renda e as grandes corporações. Os benefícios sobre os impostos que deveriam favorecer as famílias de baixa renda foram devorados pela inflação (que coloca as famílias em faixas de imposto de renda mais elevado) e pela elevação dos impostos da previdência social. Até 1981, o Congresso norte-americano havia cortado impostos para contrabalançar alguns dos efeitos da inflação sobre a carga tributária do contingente pobre, mas abandonou esta linha política em 1981. As famílias de operários de média e baixa renda sempre pagaram a maior parcela do imposto de renda, que hoje porém é bem maior que aquela paga pelas grandes corporações. Na década de 50 e 60, o imposto de renda das empresas contribuiu em 25% para a totalidade da receita fiscal. Em 1983, os impostos das empresas só contribuíram em 6% para tal.¹²⁹

Essa política era justificada como um meio de se romper o ciclo da inflação e da recessão e para produzir um surto de crescimento econômico de longa duração. Contudo, muitos analistas acreditam que as fragilidades estruturais centrais da economia norte-americana, que produziram a recessão, também impedirão uma expansão econômica duradoura. Qualquer recuperação da economia deve ser visto à luz dos pontos críticos da recessão a partir dos quais essa teve seu início. Muitos indi-

cadores econômicos não retomaram sua posição anterior a 1981. Embora a utilização da capacidade se elevasse inicialmente, ainda se encontra bem abaixo de seu nível normal. O desemprego, em 1982, atingiu o ponto culminante num período de 40 anos e embora o índice atual tenha retornado aos níveis de 1981, o número de desempregados por tempo prolongado permanece elevado.¹³⁰ O déficit comercial norte-americano atingiu proporções enormes devido, em parte, ao declínio prolongado na competitividade das manufaturas norte-americanas e a fatores mais recentes como a sobrevalorização do dólar e as altas taxas de juros (frutos da limitada política monetária da administração federal). Pela primeira vez desde o *New Deal*, os Estados Unidos transformaram-se em nação devedora.

O crescimento econômico que ocorreu foi devido fundamentalmente à expansão das indústrias de serviços. A prolongada mudança de rumo em direção a uma economia do setor de serviços resultou em maior distribuição relativa dos trabalhos com baixos salários, em relação ao que ocorria numa economia dominada por um setor manufatureiro fortemente sindicalizado. A legislação tributária federal, ao favorecer a substituição de trabalhadores por máquinas, também reforçou modificações tecnológicas que tanto promoveram como rebaixaram um amplo leque de empregados de nível médio, o que resultou naquilo denominado por alguns de "nível médio em extinção". Hoje, há inclusive uma maior polarização dos empregos de baixos e altos salários, e portanto maior desigualdade na distribuição de renda entre os trabalhadores. O efeito desse fenômeno sobre as mulheres foi complexo. Sua oferta de emprego aumentou devido à expansão de serviços como no comércio a varejo e seguros e em decorrência do crescimento de fábricas não sindicalizadas, das oficinas de trabalho extenuante, das indústrias caseiras caracterizando a reorganização das indústrias manufatureiras mais antigas. Contudo, os empregos das mulheres situam-se, quase em sua totalidade, na faixa dos de menor salário e *status*. Além disso, tem havido crescente documentação da

¹³⁰ O nível de desemprego entre negros e hispânicos não declinou tanto quanto o nível de desemprego entre os brancos e permaneceu mais elevado do que era antes da recessão iniciar.

¹²⁸ Vide *Center on Budget and Policy Priorities* (1984), Sparr (1984), Palmer e Sawhill (1984).

¹²⁹ *Ibid.*

progressiva importância das atividades do "setor informal" para as mulheres das zonas urbana e rural.¹³¹

Se os cortes e tendências foram tão hostis às mulheres num país adiantado, haverão de ser muito piores para as mulheres pobres do Terceiro Mundo que começam de um nível muito inferior no que tange ao preenchimento das necessidades básicas. Entretanto, as mulheres, individual e coletivamente, vêm descobrindo mecanismos para lidar com estes problemas.¹³² Não devemos esquecer que elas não são responsáveis pela crise do sistema mundial e nem se pode esperar que a resolvam. Sua resolução exige a ação conjunta através de negociações multilaterais entre os países. Porém, as soluções que vêm sendo dadas (os programas de ajuste estrutural, por exemplo) vêm criando uma importante crise de reprodução, sobretudo nos países endividados do Terceiro Mundo. Como as mulheres são responsáveis pelo suprimento das necessidades básicas a nível doméstico, são atingidas tanto como produtoras quanto como consumidoras dos meios para atendê-las. Não pretendemos enaltecer o papel das mulheres como donas de casa ou no "setor informal". Sobre tudo no contexto de crise de administração da dívida pública, as mulheres pobres devem concentrar-se na harmonização de suas vozes para lutar por uma ordem econômica nacional e internacional estruturalmente mais condizente. Isso tem excepcional importância, dado que a suposta escassez de recursos não impediu os vertiginosos gastos militares não só em países adiantados quanto naqueles do Terceiro Mundo.

Militarização e Violência

Segundo recente pesquisa das Nações Unidas,¹³³ os conflitos armados desde 1945 já levaram cerca de 21 milhões de vidas. A

¹³¹ Vide Noyelle (1985), Applebaum (1985) e Sassen-Koob (1985) para análises das transformações estruturais a longo prazo na economia norte-americana. Consultar Mattera (1985) para uma avaliação do aumento no "setor informal" nos Estados Unidos.

¹³² Alguns exemplos da América Latina incluem a Casa da Mulher em São Paulo, Brasil, Flora Tristán e Peru Mujer em Lima, Peru e a Casa de la Mujer na Colômbia.

¹³³ Vide United Nations A/36/356 (1982) e A/37/386 (1983) e Sivard (1983), pág. 19.

maioria destas ocorreu no Terceiro Mundo; e quando pode-se fazer uma distinção significativa, constatou-se que 3 em cada 5 casos eram de civis. As crianças, as mulheres, os velhos e os doentes predominam nas estatísticas de mortalidade entre os civis e entre os refugiados oriundos desses conflitos armados.¹³⁴

Esse aumento assustador na violência mundial tem múltiplos aspectos: (1) a crescente potencialidade de conflito armado entre as nações, como consequência dos crescentes gastos militares; (2) o maior crescimento de uma estrutura industrial voltada para a produção e comércio de armamentos; (3) um crescente número de governos militares, cuja maioria tem sua razão de ser na supressão de conflitos internos (isso deve ser visto no contexto particular da resistência popular generalizada aos programas apoiados pelo FMI de "ajuste estrutural" mediante austeridade doméstica); e (4) o florescimento do cultivo da violência contra as mulheres, onde predominam o machismo e a brutalidade; o reverso disso está no menosprezo pelas mulheres expresso através de noções reacionárias quanto a seu devido lugar na sociedade.

Os gastos militares¹³⁵ tornaram-se a caixa de Pandora do século XX. Desde meados da década de 30, o volume de atividades militares aumentou cerca de treze vezes. Segundo recente relatório do Departamento para Assuntos de Desarmamento das Nações Unidas,¹³⁶ as maiores potências militares constituem o principal agente da corrida armamentista, devido a seu virtual monopólio do desenvolvimento de tecnologia bélica avançada, de sua maciça participação na produção e exportação mundial de armamentos e o caráter global de seus interesses políticos e militares. Os seis países com maior orçamento militar¹³⁷ são res-

¹³⁴ Em 1983, o número de refugiados foi estimado em 8 milhões, embora muitos acreditassem fosse este valor uma subestimação do total. Vide Sivard (1983), pág. 19.

¹³⁵ As estimativas dos gastos militares por Sivard excluiu os benefícios dos veteranos, juros em dívida de guerra, defesa civil, despesas com a formação de estoque de material industrial estratégico, despesa com o serviço nacional de informação e contra-informação e a isenção tributária para as propriedades militares.

¹³⁶ U.N. (1983), *op. cit.*, pág. 8.

¹³⁷ Os seis países com maior orçamento militar são os Estados Unidos, a Rússia, a China, a França, a Grã-Bretanha e a Alemanha Ocidental.

ponsáveis por três quartos do comércio armamentista mundial, por praticamente toda a pesquisa e desenvolvimento bélico e por quase toda a exportação de armas e equipamento bélico. Todos os desenvolvimentos significativos no setor tiveram origem nos países desenvolvidos e foram disseminados aos países em desenvolvimento com maior ou menor defasagem; nos últimos anos essa defasagem diminuiu para muitos tipos de armamentos convencionais. Dos seis países com maior orçamento militar, os Estados Unidos e a Rússia são responsáveis pela maior parcela dos gastos bélicos mundiais totais e do comércio armamentista internacional.

Desde 1960 o desenvolvimento de tropas, o crescimento das despesas militares e o investimento em tecnologia bélica avançada através da importação de armas foram feitos num passo muito mais acelerado no Terceiro Mundo que nos países industrializados. Dois terços do comércio armamentista são hoje conduzidos entre os países desenvolvidos e os em desenvolvimento¹³⁸ e nestes quase sempre as forças armadas são treinadas

Deve ser observado que existem diferenças significativas dentro desse grupo. Nem todos são líderes no processo de inovação de armamentos ou em sua produção e exportação; o gasto militar (sobretudo *per capita*) difere amplamente dentro do grupo e nem todos têm capacidade militar que lhes assegure uma importância militar-estratégica mundial. Além desses países, a Organização das Nações Unidas verificou que outras nações, como Israel, emergiram como grandes exportadoras de armas, sobretudo para os regimes opressores e militares do Terceiro Mundo. Por volta de 1980, por exemplo, a África do Sul tornou-se o maior cliente do armamento exportado por Israel. Só a África do Sul importou mais armas que todos os demais estados africanos combinados durante toda a década de 1950 e 1960.

¹³⁸ Vide U.N. (1983), *op. cit.*, todo um conjunto de considerações políticas e estratégicas acompanham muitas vezes as transações com armamentos. Os termos reais das negociações de transferência raramente vêm a público, porém, de acordo com as Nações Unidas, incluem condições muito favoráveis de pagamento, períodos de entrega, fornecimento de peças sobressalentes e equipamento de apoio, acordos para co-licenciamento, co-produção e facilidades de treinamento para sua manipulação. Os programas de assistência militar, os cursos de treinamento de militares, as provisões para as bases militares, facilidades navais e postos de escuta, além de entendimentos tácitos e explícitos de apoio político e militar em situações de agitação interna, são arranjos que sabidamente ocorrem com as importações de armas.

pelas grandes potências. Os treze países da OPEC, isoladamente, foram responsáveis por mais de 40% da importação de dispositivos bélicos dos países em desenvolvimento entre 1975 e 1980. Estas aquisições, somadas as da Coreia do Sul e Formosa, incluíram armas tão sofisticadas quanto as do arsenal da OTAN-Pacto de Varsóvia.¹³⁹ Nos quatro anos transcorridos de 1978 (ano da primeira Sessão Especial sobre Desarmamento das Nações Unidas) a 1982 (ano da segunda), os gastos bélicos mundiais excederam os 1,6 trilhões de dólares.¹⁴⁰ Estima-se que aproximadamente um quinto de sua totalidade seja destinado às crescentes reservas acumuladas de armas nucleares.

Nos países industrializados muito tem se debatido a respeito dos efeitos econômicos da militarização, especificamente sobre a taxa de inflação, o emprego, a produtividade e o crescimento econômico.¹⁴¹ De acordo com pesquisas feitas por Sivard e outros, os gastos bélicos geram pressões inflacionárias específicas e que lhe são peculiares através de contratos ao custo com honorários, desperdício em grande escala e rápida obsolescência dos equipamentos. Para ter prioridade sobre as escassas matérias-primas, a mão-de-obra especializada e o talento administrativo e científico, os investidores militares operam com menos restrições aos preços que os investidores civis, sobretudo nos Estados Unidos. Poucas economias seriam capazes de impedir que essa demanda privilegiada não se refletisse em outros setores da economia.¹⁴²

Nos países do Terceiro Mundo que dependem da importação de armas, as tendências inflacionárias operam mais indiretamente, exercendo pressão sobre a balança de pagamentos e daí sobre a taxa cambial. Entre os vinte países em desenvolvimento com maior dívida externa, as importações de armas no período 1976-80 foram equivalentes a 20% do aumento da dívida no mesmo período; em quatro desses países o valor dessas importações correspondeu a 40% ou mais do aumento da dívida. Pelo

¹³⁹ *World Military and Social Expenditures*, de Sivard, 1981, 1982, 1983, fornecem os dados citados nesta seção.

¹⁴⁰ Vide U. N. (1983), *op. cit.*, pág. 7.

¹⁴¹ Vide os estudos de Adams (1982), Melman (1983), Hartung (1984), Anderson (1982), DeGrasse (1983) e Leonief e Duchin (1983)

¹⁴² Vide Sivard (1982), pág. 98 e o relatório de 1983 do *U.S. Congressional Budget Office*.

menos 6 países que tiveram de renegociar sua dívida após 1981 gastaram 1 bilhão de dólares cada com importação de armas nos 5 anos precedentes.¹⁴³ Uma recente pesquisa da Corporação Rand¹⁴⁴ demonstrou que as transferências de armas desempenharam papel significativo no crescimento da dívida do Terceiro Mundo. Durante a década de 70, os países em desenvolvimento aumentaram os gastos bélicos com rapidez três vezes maior que os países industrializados. Pelo ano de 1980, os países do Terceiro Mundo reuniam mais de dois terços das forças armadas mundiais e sua importação de equipamentos bélicos era da ordem de 20 bilhões de dólares. Embora a renda *per capita* ainda estivesse situada em média abaixo dos 670 dólares em 1979, os países em desenvolvimento não participantes da OPEC gastaram 64 bilhões de dólares com dispositivos bélicos importados entre 1970 e 1979. O valor de suas importações de armas foi equivalente à metade de todo o auxílio econômico externo recebido.¹⁴⁵ Os gastos bélicos contribuíram consideravelmente para a crise da balança de pagamentos, para as pressões de desvalorização e a consequente pressão ascendente sobre os preços das mercadorias importadas e daí sobre os preços internos em geral.

Em alguns países adiantados há quem afirme que os investimentos bélicos acarretam um alto custo de oportunidades em termos de perda de empregos civis. Se a questão é gastar dinheiro, seriam gerados muito mais empregos através de empreendimentos públicos como construções, transporte, saúde e educação.¹⁴⁶ O setor de educação, em particular, é capaz de propiciar maior qualificação de mão-de-obra para a força de trabalho. Numa época em que 10% desta nos países da Europa Ocidental e mais de 7% nos Estados Unidos está desempregada, parece necessária uma reavaliação mais profunda das prioridades. Nos países do Terceiro Mundo que importam armas, tais gastos têm potencial desprezível de gerar empregos, numa época em que estimativas grosseiras situam a proporção da força de trabalho

¹⁴³ Vide Sivard (1983), pág. 24.

¹⁴⁴ Vide Kitchenman (1983) ou a lista de conferência da *Rand Corporation* (julho de 1984) para um resumo de sua pesquisa.

¹⁴⁵ Vide Sivard (1982), pág. 9 e (1983) pág. 16.

¹⁴⁶ Vide Anderson (1982) e Sivard (1981).

desempregada ou subempregada em aproximadamente 50%.¹⁴⁷ Também foram estabelecidas correlações entre os elevados gastos bélicos e o lento crescimento da produtividade, mas tais conclusões são mais questionáveis.¹⁴⁸

Em decorrência da grande compra de armas nos países produtores, a indústria bélica multinacional é uma das mais prósperas e poderosas do mundo. Só em 1982, a promoção agressiva dos governos nos mercados externos ajudou o setor a conseguir vendas anuais estimadas em 150 bilhões de dólares. Isso situa-se, em volume, logo abaixo das rendas anuais das 14 maiores economias mundiais.¹⁴⁹ Uma crescente parcela da produção bélica consiste em armas para exportação, na tentativa de recuperar pelo menos uma parte dos elevados custos de pesquisa, desenvolvimento, teste e avaliação. Este equipamento — armas com uma sofisticação tecnológica cada vez maior — acarreta diversos riscos. Quanto mais sofisticada a arma, menos comprovada e confiável sua eficiência. O equipamento fica mais dispendioso, em termos de desenvolvimento e teste, e sujeito às incertezas de produção capazes de exigir maior e mais prolongado financiamento de forma inesperada e incontrolável. Por fim, quando as armas entram em uso, geram enormes e contínuos custos de operação e manutenção. Quando um país do Terceiro Mundo, com nível inferior de infra-estrutura científica ou de poderio técnico, adquire equipamento desta natureza, além de desviar recursos que poderiam ser destinados para fins de maior interesse para a nação, torna-se dependente em termos de manutenção e operação.

O desvio de recursos para fins militares ocorre com a utilização de minérios e terra. A corrida armamentista diminuiu as reservas de minérios dos países em desenvolvimento, fato que poderá privar as gerações futuras de seu uso ou então tornam

¹⁴⁷ Vide Sivard (1982), pág. 19.

¹⁴⁸ DeGrasse (1982) verificou que em 17 países desenvolvidos sobre os quais se dispõe de dados históricos constata-se uma correlação negativa entre o crescimento nos investimentos e a produtividade manufatureira, de um lado, e a parcela do PNB com gastos militares, de outro. Sivard (1981), pág. 19, faz a mesma constatação em 10 países desenvolvidos. Contudo esta simples correlação pode não ser absolutamente verdadeira.

¹⁴⁹ Vide Sivard (1982), pág. 7.

mento, destinavam 4,5% de seu PNB para o setor bélico e 0,3% para o auxílio externo.¹⁵¹ Por volta dos anos 80, com o crescente bilateralismo e ameaça de cortes nas contribuições feitas à Associação Internacional para o Desenvolvimento (uma janela de crédito concessionário do Banco Mundial por onde são feitos empréstimos em condições mais favoráveis aos países mais pobres), a parcela de auxílio destinada aos países menos desenvolvidos diminuiu significativamente.¹⁵²

Numa pesquisa de Leontief e Duchin¹⁵³ é adotado um modelo de insumo-produto para aferir os efeitos de diferentes níveis de gastos bélicos mundiais até o ano 2000. Gastos elevados, segundo a pesquisa, causarão menor produção total além de menor consumo individual na maioria das regiões do mundo. Uma redução nos investimentos no setor bélico pelos países adiantados, com aumento do auxílio aos países mais pobres, não diminuirá a distância entre países ricos e pobres a menos que se promovam alterações estruturais a nível econômico e social; mesmo assim, poderia haver alguma melhoria do padrão de vida dos países mais pobres. Embora não olhemos sem restrições para este argumento em vista do tipo de "desenvolvimento" que os auxílios costumam fomentar, existe uma *potencialidade* apreciável na diversificação produtiva dos atuais investimentos no setor bélico. Há, de fato, uma irracionalidade inerente numa tal situação em que mísseis nucleares são capazes de ir da Europa Ocidental até Moscou em 6 minutos, enquanto que as mulheres africanas das zonas rurais se vêem obrigadas a caminhar muitas horas por dia para conseguir um pouco d'água para suas famílias.

De certa forma, o rápido aumento nos investimentos bélicos durante as duas últimas décadas não causa tanta surpresa dado o grande número de países do Terceiro Mundo que adotaram o regime militar durante o mesmo período. Embora seja compreensível que alguns países que tiveram de passar por guerras de libertação nacionais a fim de derrubar os regimes coloniais ou os ditadores neo-coloniais (Nicarágua, Angola, Moçambique,

tais matérias-primas muito mais dispendiosas. A maioria dos países desenvolvidos são completamente dependentes de um pequeno número de países em desenvolvimento em relação a certos minérios essenciais para sustentar ou acelerar a produção bélica. O grau de dependência desses países varia na proporção de suas reservas nacionais e de uma tecnologia que permita a substituição, reciclagem e estocagem de matérias-primas. Mas entre a demanda de minérios de exportação e a oferta de armas de importação existe profunda relação. Em muitos casos, os compradores de dispositivos bélicos entre os países em desenvolvimento são também os fornecedores de importantes minérios estratégicos para os países desenvolvidos. Além disso, a crescente necessidade de terra para fins militares costuma ter suas conseqüências. A medida que os países aumentam suas forças armadas e a fabricação de equipamento bélico moderno, ocorre um concomitante aumento na proporção de terras desviadas para este propósito. Na medida em que são destruídas lavouras, pastagens, florestas e redes terrestres de transporte, maior sobrecarga recai sobre a população pobre desses países.

Não se pode deixar de frisar o quanto são desviados recursos de seus fins mais produtivos. Nos anos 70, por exemplo, o Peru gastou em defesa cerca de 20% de seu orçamento federal (o que significa 4% de seu PNB), quantia equivalente a 160 milhões de dólares ao ano. Desse total, 60% foi destinado a salários de militares etc., enquanto que 40% foi gasto na importação de armas.¹⁵⁰ Segundo as estimativas de Sivard, os países do Terceiro Mundo gastaram juntos, em 1980, 117 bilhões de dólares com o setor bélico, 105 bilhões de dólares com educação e 41 bilhões de dólares com saúde. No mesmo ano seus gastos públicos *per capita* foram: setor militar, 34 bilhões de dólares; educação, 31 bilhões de dólares; saúde, 12 bilhões de dólares — embora apenas 44% da população tenha tido acesso à água de boa qualidade. Esse desvio de recursos mais para fins destrutivos que produtivos ocorre tanto a nível nacional quanto internacional.

Em 1982, os países desenvolvidos gastaram 17 vezes mais com o setor bélico do que com auxílio econômico externo. Em outras palavras, no início da Terceira Década de Desenvolvi-

151 Vide Sivard (1981), pág. 16.

152 Helleiner (1984) discute a crescente negligência para com os países mais pobres na divisão dos auxílios e liquidez financeira.

153 Vide Leontief e Duchin (1983).

150 Vide *Dollars and Sense*, No. 98, jul/ago 1984, pág. 14.

Vietnam, por exemplo) possam a princípio necessitar da consolidação do poder antes de conchamar eleições livres, a maioria das juntas militares do Terceiro Mundo não chegou ao poder com apoio de lutas populares.¹⁵⁴ De fato, muitas dessas juntas militares tomaram o poder através de golpes de Estado, com a simultânea repressão dos movimentos de massa e das aspirações dos pobres por uma vida melhor (o caso do Chile em 1973, por exemplo). Os excessivos investimentos no setor militar destes países propiciam as mordomias dos líderes políticos, tais como transporte aéreo exclusivo, guardas de honra e um orçamento que, disfarçadamente, proporciona-lhes suntuosidade e luxo. As ações em nome da "segurança nacional" tem perimetro ilimitado; a ideologia dominante estabelece uma justificativa racional para abusos de sigilo e violações de direitos humanos.

De fato, há motivos de sobra para se crer que parcela significativa do crescimento dos gastos militares nos países do Terceiro Mundo foi destinada à repressão e violências internas, sob a alegação de "defesa nacional". O aumento das violações de direitos humanos, da tortura e das escolas de treinamento devotedas à subjugação do contingente civil através de violência física e psicológica tem sido amplamente documentado.¹⁵⁵ O que é insuficientemente reconhecido é a ligação entre a agitação interna e as desigualdades, pobreza e extrema exploração nutidas pelos processos de desenvolvimento e estratégias voltadas contra a população mais carente. Não há exemplo contemporâneo mais marcante do que a crise política e econômica da América Central. Já se sabe perfeitamente que a extrema pobreza e as violentas desigualdades fomentaram os movimentos de guerrilha na região. Poucos percebem, contudo, que a pobreza e a desigualdade são elas próprias o resultado de uma rápida expansão da agricultura e pecuária voltadas para a exportação com a consequente alienação de grandes contingentes da população campesina da terra.¹⁵⁶ Esse processo foi acelerado durante as duas últimas décadas.

¹⁵⁴ A classificação de Sivadard dos governos militares inclui tanto aqueles que resultam de golpes militares quanto os que resultam de lutas populares.

¹⁵⁵ A Anistia Internacional é a principal fonte de informações nesta área.

¹⁵⁶ Vide Williams (publicação em breve).

A agitação, embora contida, se mantém viva entre as populações tribais ou campesinas que perderam a posse da terra em diversas regiões do Terceiro Mundo. Um novo impasse surge quando se trata de minorias étnicas ou populações nativas, como os Maia na Guatemala. Ponto culminante desta situação é atingido com as agitações urbanas ocasionadas pelos programas de estabilização e ajuste estrutural. Parece, portanto, tratar-se de um ciclo vicioso. A existência de vieses nas estratégias de desenvolvimento, que se voltam, por isso, contra os pobres, criam as condições geradoras da oposição popular, que por sua vez alimenta a violência e a repressão por aqueles que estão no poder. As forças militares e paramilitares intervêm neste estágio e nessa operação aumentam sua parcela do orçamento interno e dos auxílios externos. Isso estrangula ainda mais os investimentos sociais e aumenta o descontentamento. Poderosas forças externas, como as empresas transnacionais, estão muitas vezes envolvidas no apoio à repressão interna.¹⁵⁸

A militarização atinge pelo menos uma parte do Terceiro Mundo de forma mais direta e perigosa. Durante mais de 40 anos, um grande número de países do Pacífico Sul desempenhou um papel crítico na estratégia militar mundial norte-americana. O persistente estado colonial de muitos destes territórios facilitou seu uso e abuso como base de testes para mísseis nucleares pelas potências ocidentais. Ilhas inteiras foram contaminadas e tornadas inabitáveis, populações foram desalojadas e houve um aumento na incidência de câncer, deformidades congênitas e outras doenças. Devido a seus interesses estratégico-militares na região, as grandes potências do Ocidente frustraram as lutas de independência destas ilhas, economicamente dependentes, pela ameaça de cortar todo o auxílio às mesmas. Os protestos populares da região são tanto contra o domínio e a exploração coloniais, que perpetuam a militarização, quanto contra os próprios testes nucleares.

Os efeitos da militarização sobre as mulheres operam não só diretamente como também através de modificações das normas

¹⁵⁷ Os esquadrões da morte de extrema direita encontram-se sabidamente ligados a forças militares e paramilitares e, muitas vezes, incluem membros destas.

¹⁵⁸ Existem partes suspeitas de envolvimento da ITT no golpe chileno de 1973.

culturais. Já discutimos os efeitos dos cortes fiscais sobre as mulheres. Com tanto mais razão tais efeitos seriam válidos quando os cortes fossem ocasionados pelos gastos militares. Além disso, o emprego da força para resolver os conflitos internacionais e nacionais gerou um grande contingente de refugiados, dos quais muitos são mulheres, crianças, velhos e enfermos. Os refugiados surgem também em decorrência da destruição de safras e alimentos. As mulheres não são poupadas durante a repressão aos movimentos dissidentes internos pelos governos militares. Abuso sexual e estupro constituem métodos convencionais de aterrorizar as prisioneiras, as refugiadas e as populações civis femininas nas zonas atingidas. Os governos militares muitas vezes endossam uma ideologia sexista que considera apenas a casa como o devido lugar das mulheres e fomenta, através da mídia moderna, a noção de que constituem seres frágeis, corruptores e corruptíveis. Ao mesmo tempo, a violência contra as mulheres é progressivamente mostrada através de filmes, vídeos, tevê e revistas.

Embora o militarismo em alguns aspectos represente o último estágio das culturas de domínio masculino e com profundos vieses de classe, também revela a resistência mais corajosa e tenaz por parte das mulheres. A luta das mulheres contra a violência militar organizada vem crescendo: dos pequenos grupos de mães que protestam contra os "desaparecidos" na Argentina, El Salvador, Guatemala e Chile perante uma superioridade aterradora, às que protestam contra o seqüestro de jovens pelas forças armadas no nordeste da Índia; do movimento de mulheres pela paz na Europa ao engajamento das mulheres no movimento de resistência do "parlamento das ruas" nas Filipinas. Devemos nos lembrar, contudo, que para as mulheres pobres do Terceiro Mundo, a paz e a luta contra a violência não podem ser divorciadas da luta pelo atendimento das necessidades básicas, pela justiça econômica, pela libertação nacional e por um desenvolvimento voltado para estes objetivos. *A paz não pode ser, tanto quanto a igualdade, considerada à parte do desenvolvimento, pois as condições que fomentam a violência, a guerra e as desigualdades são elas próprias, muitas vezes, conseqüência de estratégias desenvolvimentistas prejudiciais ou irrelevantes para os pobres e para as mulheres.*

Uma Crise de Cultura

A militarização mundial crescente associa-se ao destrelamento de poderosas forças sociais — *chauvinismo*, racismo e sexismo nacionais — que subjagam os setores mais oprimidos da sociedade e enfraquecem sua capacidade de resistir às diretrizes políticas propostas. Para as mulheres, a dimensão da crise inclui a crescente violência dentro de casa, agressões contra seus direitos civis, sua liberdade de movimento e de trabalhar fora de casa e contra seu controle sobre a reprodução. Ao mesmo tempo, tem havido um rápido crescimento de desumanização da mulher pela mídia, transformando-a em objeto sexual, com apoio governamental ao turismo baseado no comércio sexual e à prostituição com o fito de aumentar a receita cambial.

Estas pressões conflitantes mesclam-se ao crescimento de outras forças de reação com fortes manifestações no Primeiro Mundo, em alguns casos talvez de forma mais virulenta que no Terceiro. Foi assim nos Estados Unidos e na Grã-Bretanha, em que as invasões de Granada e das Malvinas serviram para despertar nas massas um sentimento varonil machista e todo o *chauvinismo* nacional. Na Europa, o racismo contra os trabalhadores do Terceiro Mundo tornou-se extremo com a elevação do índice de desemprego e o desaquecimento econômico.¹⁵⁹ Nos Estados Unidos, o novo movimento político dos Novos Direitos coalesceu com os propósitos combinados de impugnar a Emenda dos Direitos Iguais, tirando assim das mulheres o controle sobre a fertilidade e aumentando os gastos militares e a intervenção e dominação estrangeiras.

São muitos os fenômenos do Terceiro Mundo correspondentes a esta tentativa de reinserir as mulheres na sua antiga posição subordinada dentro da família patriarcal. A religião tradicional é muitas vezes utilizada para esta finalidade em todo o mundo. Tem havido um acentuado ressurgimento do fundamentalismo na maioria das grandes religiões. Nos Estados Unidos, as igrejas cristãs fundamentalistas dão apoio financeiro, de pessoal e ideo-

¹⁵⁹ A rápida ascensão de Le Pen, nos últimos anos, na direita política francesa é um exemplo. Le Pen explicitamente responsabiliza os trabalhadores norte-africanos pelo desemprego e pede sua expulsão da França; ele é apenas o último de um grande número de políticos desta índole na Europa.

lógico aos ataques da extrema direita sobre as mulheres. Os te-
mores populares de rompimento das estruturas familiares tradi-
cionais e das tradições culturais têm sido alardeados com fre-
quência de forma cuidadosamente orquestrada. Lembremo-nos
que a hierarquia religiosa vê aí, muitas vezes, uma forma inte-
ressante de readquirir sua fúlgida autoridade e controle sobre
a vida das pessoas. No Irã, um importante reforço adicional é
o uso das lutas e dos *slogans* antiimperialistas nos quais o papel
das mulheres como mães e donas-de-casa é uma vez mais glori-
ficado.

O estado muitas vezes se envolve diretamente nestes esforços
de subjugar as mulheres e suprimir a dissensão. A administração
Reagan apóia abertamente as atividades dos fundamentalistas da
extrema direita. Na Guatemala, o antigo presidente General
Rios-Montt (que era membro de uma igreja fundamentalista
cristã sediada na América do Norte) lançou uma campanha anti-
revolucionária que resultou em massacres e desalojamentos em
grande escala das populações indígenas serranas. No Paquistão,
Zia ul Haq tenta agradar os muçulmanos fundamentalistas de
direita restringindo violentamente os direitos das mulheres. No
Irã, após a derrocada do Xá, o governo transformou-se numa
teocracia aliada à subordinação de gênero.

O irônico disso tudo é que as tentativas de reinserir as mu-
lheres em seu "próprio" papel estão em nítida disparidade com
a própria realidade, pois muitas mulheres são obrigadas a pro-
curar emprego a fim de sustentarem seus filhos e a si próprias.¹⁶³
A criação de um clima ideológico contra o trabalho das mulheres
fora de casa torna mais fácil para o governo cortar a verba
destinada à assistência médica de adultos e crianças e para os
empregadores justificarem o pagamento de mais baixos salários
para as mulheres ou ignorarem benefícios legais como o auxílio-
maternidade. Há também um forte elemento no sentido de
"repreender a vítima". Assim como os trabalhadores norte-afri-
canos, indianos ou sul-asiáticos são responsabilizados pelo de-
semprego na Grã-Bretanha e na França, além dos imigrantes que
compõe a mão-de-obra ilegal nos Estados Unidos, também as
mulheres têm sido consideradas responsáveis pelo desempre-

¹⁶⁰ Vide Afshar (1985) para detalhes dos efeitos da teocracia iraniana
sobre as mulheres.

go.¹⁶¹ São também compreendidas por não cuidarem de forma ade-
quada das crianças, por serem responsáveis pela decadência
cultural, pelas influências ocidentais etc.¹⁶²

É importante que compreendamos os impulsos contraditórios
por detrás desses fenômenos. Tradicionalmente, em épocas de
instabilidade político-econômica, os ataques contra as mulheres
andariam sempre ao lado de tendências e impulsos reacionários.
Foi este o caso, por exemplo, da Alemanha nazista, situação hoje
amplamente documentada.¹⁶³ Em parte reflete o temor e revolta
masculinos em face ao desemprego e perda de prestígio dentro
e fora de casa.¹⁶⁴ É também um reflexo das diferenças de classe
entre as próprias mulheres. Tais diferenças funcionam como
barreira para a compreensão entre aquelas que trabalham pre-
dominantemente em casa (seja em propriedades agrícolas ou em
empresas domiciliares ou ainda como simples donas-de-casa) e
as que trabalham fora. As necessidades desses dois grupos de
mulheres (e dos subgrupos dentre estes) são muitas vezes diver-
sas não só em termos de trabalho, mas também em termos de
serviços como atendimento infantil, além de questões de mobi-
lidade física e direitos civis. Mesmo quando as rendas são apro-
ximadamente iguais, diferenças significativas nas questões que
afetam suas vidas podem ser usadas para colocar um grupo de
mulheres contra outro.

Não é a primeira vez que mulheres são transformadas em
peões na luta entre as forças da "tradição" e as da "moderni-
dade". Uma tentativa de caráter autoritário por parte do Estado
de melhoria dos direitos civis das mulheres que funciona como
cunha junto aos blocos de poder "tradicionais" numa determi-
nada sociedade muitas vezes cria uma série de tensões e confli-
tos. Se o bloco "tradicionalista" adquire o controle sobre o
Estado os direitos das mulheres são um dos primeiros alvos de

¹⁶¹ Gilder (1981) responsabiliza tanto as mulheres quanto os negros
pelo elevado nível de desemprego nos Estados Unidos.

¹⁶² Vide Afshar (sem data).

¹⁶³ Vide Bridenthal, Grossman e Kaplan (1985).

¹⁶⁴ O desemprego dos jovens e a busca de valores nacionais também
fomentam o crescimento do fundamentalismo religioso, como vem acon-
tecendo no Egito e em Marrocos. Os efeitos de um contingente popu-
lacional predominantemente jovem podem ser explosivos numa situação
de desemprego e subemprego em massa, pois as aspirações dos jovens se
transformam em frustração, ódio e desespero.

ataque. O Irã, durante e após o Xá, nos dá um notável exemplo desta tendência.¹⁶⁵

As tradições sempre funcionaram como uma faca de dois gumes para as mulheres. Sua subordinada condição social e econômica e as restrições em suas atividades e mobilidade encontram-se entranhadas nas culturas mais tradicionais, conforme demonstrou nossa pesquisa durante os últimos quinze anos. O apelo à pureza cultural constituiu muitas vezes uma tentativa velada de se continuar a subjugação das mulheres numa sociedade em rápido processo de transformação. Mas as tradições e a cultura também dividem as próprias mulheres, pois as tradições e as práticas culturais muitas vezes variam entre as classes na mesma sociedade.

As implicações para as mulheres do que acabamos de relatar são múltiplas. *Primeiro*, a riqueza das formas culturais tradicionais (música, teatro, dança, etc.) tem de ser alinhada à luta para que atinja a consciência de todos, homens e mulheres.¹⁶⁶ As feministas do Terceiro Mundo não serão assim vistas em desacordo com as correntes nacionalistas e culturais. *Segundo*, os problemas das mulheres *pobres* devem ser o centro das atenções, pois a realidade de suas vidas no dia a dia desmente, com frequência, o mito das fundamentalistas. *Terceiro*, a igual responsabilidade dos homens pela sustentação das tradições culturais deve ser intensamente articulada. Seja na questão do vestuário, ou dos hábitos alimentares ou de beber, ou ainda como consumidores de pornografia, os homens em geral estão mais distantes das tradições do que as mulheres, sendo portanto os maiores responsáveis pelo declínio cultural. No entanto, é curioso que a culpa por este declínio seja quase sempre atribuída às mulheres! *Quarto*, contrário ao crescimento do fundamentalismo de direita está o crescimento das ações e das crenças progressistas dentro das igrejas, conforme se vê, por exemplo, na teologia da libertação, que vincula a luta por uma ordem social, política e econômica mais justa à salvação espiritual dos seres humanos. Embora estas forças sejam muitas vezes do inte-

¹⁶⁵ Khomeini foi exilado pelo Xá por se opor às alterações no estado civil das mulheres — este é um fato pouco conhecido.

¹⁶⁶ Os exemplos de Sistren no Caribe e de Stree Mukti Sanghatana na Índia são apenas dois entre muitos.

resse das mulheres, não são despidas de contradições, sobretudo devido à oposição da liderança da Igreja Católica à contracepção. Entretanto, há considerável apoio à contracepção entre católicos leigos e nas ordens mais inferiores da hierarquia da Igreja. As alianças portanto poderiam ser pautadas sobre temas específicos e a nível local, muito embora haja bastante variabilidade entre as regiões.

Foi na questão do despertar da consciência e na da educação das massas que os projetos da Década mostraram as maiores lacunas, embora iniciativas dispersas por parte de algumas organizações de mulheres fornecessem extraordinários contra-exemplos. A educação das massas deve ser feita em sentido contrário ao da rápida propagação da pornografia violenta na mídia moderna,¹⁶⁷ e para modificar a percepção tradicional dos conceitos de masculino e feminino. Isto pode ser alcançado através da educação institucional e dos movimentos de massa. O apoio de agências e governos pode desempenhar valioso papel em muitos países, embora talvez não em todos.¹⁶⁸

Despertar a consciência de autoridades e funcionários dos governos e agências é uma constante necessidade, por determinar em grande medida sua capacidade de reconhecer a potencialidade das mulheres para desenvolver métodos que mitiguem ou, quem sabe, até resolvam as diversas crises anteriormente descritas. É uma alternativa à linha de crescente repressão das necessidades básicas e dos direitos humanos na qual tantos países embarcaram. Seja em termos de produção e distribuição de alimentos, de preservação dos recursos hídrico-energéticos, de autorregulação da fecundidade, ou de gerar formas coletivas para assegurar serviços como os de saúde ou assistência médica, em todos eles a potencialidade das mulheres é significativa. Além disso, da perspectiva global, demonstraram sua capacidade de suportar e organizar-se contra a violência e o militarismo. Nossas esperanças, não só de um mundo melhor mas de nossa própria sobrevivência, dependem da ampliação e fortalecimento dessas iniciativas.

¹⁶⁷ Vide Bhasin e Agarwal (1984) para análise de algumas alternativas para o retrato atual das mulheres na mídia.

¹⁶⁸ Assim o UNICEF forneceu o financiamento que permitiu Stree Mukti Sanghatana viajar por um grande número de cidades na Índia em 1984 com teatro, música e sessões de debate pelas ruas.

3 VISÕES DO FUTURO, ESTRATÉGIAS E MÉTODOS ALTERNATIVOS

Grande parte do que foi dito até aqui refere-se ao passado e ao presente. A perspectiva do futuro é, no entanto, uma perspectiva essencial. Ela não se trata de uma simples projeção do que já aconteceu, mas de uma visão de mundo que se abre para o futuro. É a partir desta visão que se pode definir as estratégias e os métodos alternativos. A estratégia é o plano de ação que se define para alcançar os objetivos. Os métodos alternativos são as técnicas e os procedimentos que se utilizam para atingir os objetivos. A estratégia e os métodos alternativos são, portanto, dois aspectos indissociáveis de uma mesma visão de mundo.

Grande parte do que foi dito até aqui representa a reunião da experiência de mulheres com o desenvolvimento. Embora tenhamos salientado e traçado os elos entre as grandes diretrizes políticas e seus efeitos não pouco adversos sobre o contingente pobre, especialmente sobre as mulheres, o quadro não é de todo negativo. Em decorrência de suas experiências desenvolveram uma grande capacidade de resistência e flexibilidade interiores. Passaram também por experiências positivas — no movimento coletivo de resistência não-violenta às armas nucleares, aos esquadrões da morte militares e ao desmatarmento indiscriminado. Aprenderam a lutar contra a submissão tradicional e a suportar as pressões familiares e comunitárias começando a trabalhar coletivamente para melhorar a sua condição econômica e a dos demais. Passaram a se organizar utilizando formas culturais tradicionais para despertar a consciência de homens e mulheres a respeito das injustiças e desigualdades.

A nossa experiência, trabalhando em organizações de base e em grupos de mulheres durante os últimos dez anos, possibilitou-nos diversas realizações fundamentais. Em primeiro lugar, nossa consciência e ética precisa hoje ser cristalizada numa clara *visão do futuro* do que desejamos para a sociedade e para as mulheres. Isso não quer dizer que devamos impor, de forma autoritária, uma ideologia uniforme. Ao contrário, achamos que o debate em torno de questões reais e difíceis como as do desenvolvimento, da paz mundial e da igualdade está apenas começando e precisamos juntas refletir sobre o que aprendemos a partir da diversidade e riqueza de nossas experiências.

Em segundo lugar, necessitamos de *estratégias* que nos mobilizem e nos transportem para além dos pequenos e fragmen-

lhes assegure participação plena e igual a dos homens em todos os níveis da vida comunitária.

Tem havido considerável confusão e desentendimento entre as mulheres em torno dessa questão. O reconhecimento da subordinação de gênero e a necessidade de romper suas estruturas tem muitas vezes levado à errônea conclusão de que seja possível estabelecer questões, estratégias e métodos monolíticos e universais, aplicáveis a todas as mulheres, em todas as sociedades e em todos os tempos. Um movimento político, porém, que pretenda ter alcance mundial, exigirá maior flexibilidade, abertura e sensibilidade a questões e métodos que sejam definidos pelos diversos grupos de mulheres. Daí que a *autodefinição* surge como ingrediente-chave para uma ação política relevante.

O reconhecimento da diversidade em questões e métodos permite que as mulheres lutem por mudanças dentro das estruturas existentes no sentido de transformá-las para melhor. Permite que desafiem e debatam as conexões existentes entre as diversas questões imediatas e a visão última da igualdade de gênero de forma mais fecunda que através de afirmações dogmáticas sobre o "verdadeiro" significado de feminismo. Torna possível formar alianças com outras organizações, aferir a necessidade de autonomia ou trabalhar dentro das organizações existentes conforme necessário. Permite que as mulheres unam a luta contra a subordinação de gênero àquela contra a opressão nacional, racial e de classe nos pontos em que tais temas mostrem-se interdependentes e também de acordo com a política e potencialidade de outras organizações.

A luz dessa concepção do feminismo, a visão do futuro aqui descrita para a sociedade é de natureza dupla. Pelo fato de as mulheres de baixa renda serem as personagens centrais em nosso palco, tanto a pobreza quanto a subordinação de gênero deverão ser transformadas através de nossas ações segundo essa visão. No que tange à pobreza, suas raízes estruturais situam-se na desigualdade de acesso entre nações, gêneros, regiões e classes aos recursos, ao controle sobre a produção, comércio, finanças e dinheiro. Estamos perfeitamente cientes de que dada a dimensão do abismo entre ricos e pobres, e o fato de que sua tendência é a de aumentar ainda mais, tais estruturas têm pouca probabilidade de transformação brusca. Precisamos po-

tados esforços de uma década, em que as mulheres recém começaram a compreender a dimensão de seu papel no mundo e também a magnitude de sua força e potencialidade. Assim, neste capítulo, dirigimo-nos em primeiro lugar às mulheres mas também às agências e governos.

Em terceiro lugar precisamos estabelecer *métodos* que permitam atualizar nossas visões do futuro e estratégias através do fortalecimento das mulheres individualmente e de suas organizações. Uma importante tese do atual movimento das mulheres é a que defende a existência de uma profunda inter-relação entre objetivos e métodos, fins e meios. Nossas próprias experiências de vida como mulheres tem nos revelado como é fácil oprimir e subjugar em nome de um "benefício maior" quando esta interdependência é esquecida. Os movimentos de massa pela paz e justiça possuem um fundamento ético capaz de fortalecer e estimular a participação quando claramente compreendido e afirmado. O movimento das mulheres também pode ter uma inspiração ética tirada de seu próprio cotidiano. Em seu ponto mais profundo, por certo, não representará um esforço de nivelamento com o espírito competitivo e agressivo do sistema dominante. Haverá de ser, pelo contrário, uma tentativa de transportar os homens e o sistema para outro patamar: o da responsabilidade, criatividade, abertura e rejeição da hierarquia, elementos que fazem parte de nossa visão do futuro.

Visões do futuro

Nossa compreensão do feminismo estrutura nosso ideal para a sociedade e para as mulheres. Reconhecemos que o feminismo pode adquirir diversos significados, cada um em resposta às necessidades e problemas das mulheres de diferentes regiões, sociedades e épocas. Isso porque entendemos a natureza *política* do movimento que como tal exprime as preocupações das mulheres de diferentes regiões e origens. Como qualquer movimento político, poderá apresentar diversidade em seus temas, objetivos imediatos e métodos adotados. Porém, por sob tal diversidade, terá em seu núcleo um compromisso inabalável com o rompimento das estruturas de subordinação de gênero e com uma visão do futuro para as mulheres que

rém ter diante de nós uma visão do mundo que desejamos para o futuro.

Queremos um mundo em que as desigualdades fundamentais em classes, gêneros e raças sejam eliminadas de todos os países e também das relações entre eles. Queremos um mundo em que as necessidades básicas transformem-se em direitos fundamentais e em que a pobreza e todas as formas de violência sejam eliminadas. Nesse mundo, todos os seres humanos terão a oportunidade de desenvolver sua potencialidade e criatividade de plenas e os valores das mulheres de alento e solidariedade, caracterizarão suas relações. Nesse mundo, o papel reprodutivo das mulheres será repensado: o cuidado das crianças será com partilhado por homens, mulheres e pela sociedade como um todo. Queremos um mundo em que a totalidade dos recursos ora utilizados na produção de meios de destruição seja destinada para fins que venham aliviar a opressão dentro e fora dos lares. Essa futura revolução tecnológica eliminará então a doença e a fome e garantirá às mulheres os meios para a regulação segura de sua fecundidade. Queremos um mundo em que todas as instituições sejam abertas aos processos democráticos participativos, em que as mulheres participem na determinação das prioridades e das tomadas de decisão.

Talvez não tenhamos dito nada de novo; de fato, tudo isso já foi dito antes. Afirma-se muitas vezes, contudo, que o mundo carece de recursos para atender às necessidades de todos os pobres e que os países de baixa renda devem aumentar sua potencialidade produtiva antes de tentar aumentar o padrão de vida de seu povo. Ambas essas afirmações são, conforme demonstramos, categoricamente falsas. O maciço e crescente desvio de recursos para fins militares demonstra a falsidade da primeira enquanto que os exemplos citados dos países que cresceram rapidamente sem melhorar as condições de vida de seu povo e daqueles que procederam ao contrário, provam que não há simples congruência entre o crescimento econômico e as necessidades básicas.

O que falta não são recursos, mas vontade política. Num mundo e em países, cindidos por diferenças entre os interesses econômicos e o poder político, não podemos esperar que a vontade política de mudança do sistema manifeste-se espontaneamente entre aqueles que estão no poder. Deve ser fomentada pelos movimentos de massa centralizados nos "direitos

fundamentais" das pessoas pobres e que exigem uma reorientação das diretrizes políticas, dos programas e dos projetos para esse fim. A abertura dos processos políticos torna-se crucial para acomodar uma maior expressão de opiniões e dissentimentos, além de participação do contingente pobre nas decisões que afetam suas vidas, nos níveis da "grande" e da "pequena" política. Neste sentido, é encorajador que, apesar da gravidade da crise econômica (e em alguns casos através da resistência aos programas de governo voltados contra as classes de média e baixa renda), países da América Latina e de outras regiões tenham experimentado certo grau de democratização dos processos políticos. O poder e a potencialidade do movimento das mulheres devem ser empregados na expansão e consolidação dessas conquistas.

A transformação das estruturas de subordinação que foram tão contrárias aos interesses das mulheres é o outro lado de nossa visão de uma nova era. Essenciais para que as mulheres consigam justiça na sociedade são as transformações nas leis, nos códigos civis, nos sistemas de direito de propriedade, no controle sobre seus corpos, nos códigos trabalhistas e nas instituições sociais e legais que subscrevem o controle e privilégio masculinos. Bem documentadas estão as consequências das injustiças e desigualdades prevalentes em termos da saúde, da carga de trabalho, do acesso ao emprego e à renda e, inclusive, das taxas de mortalidade referentes às mulheres. Somente através do estreitamento dos elos entre igualdade, desenvolvimento e paz poderemos demonstrar que os "direitos básicos" das pessoas pobres e as transformações das instituições que subordinam as mulheres encontram-se indissociavelmente vinculados. Podem ser conquistados conjuntamente através do auto-fortalecimento das mulheres.

Estratégias

O que nossas experiências sugerem como estratégia para se conseguir transformações? Como vimos, os projetos de geração de renda e empregos para as mulheres apresentam falhas importantes: são dispersos, pequenos e periféricos à corrente principal de processos, programas e projetos de planejamento. Diferentes agências (nacionais e internacionais) finan-

ciaram uma grande quantidade de pequenos projetos em diversos setores de forma desordenada e sem qualquer preocupação quanto à manutenção da viabilidade financeira, capacidade de crescimento e expansão ou reprodutibilidade. Apesar destes problemas, a limitada dimensão dos projetos permitiu que as mulheres envolvidas aprendessem a lidar com as estruturas locais de poder, a articular a procura e a utilizar a força organizacional para se opor aos vieses e inflexibilidade de gênero em seus próprios lares.

Ao nos transportarmos para além dessa experiência inicial, precisaremos situar nossas metas e ações dentro de um contexto mais amplo, de acordo com a visão que delineamos. Para ampliar as oportunidades das mulheres, torna-se necessário definir linhas estratégicas sistemáticas a longo prazo, que favoreçam as mudanças das estruturas prevalentes e cobrem uma atitude mais responsável do governo para com o povo em suas decisões. Enfoques que visem apenas o aperfeiçoamento a curto prazo para melhorar as oportunidades de emprego das mulheres serão ineficazes a menos que combinados a uma estratégia a longo prazo que restitua a poder ao povo — e sobretudo às mulheres — sobre as decisões econômicas que moldam suas vidas. Os apelos das mulheres devem entrar na definição de desenvolvimento e nas decisões políticas.

Trata-se de uma estratégia que deve ser discutida, sobretudo, dentro do movimento das mulheres e entre as suas organizações de base. Tais discussões poderão auxiliar em uma genuína incorporação das experiências e reivindicações das mulheres de baixa renda para discernir e identificar variáveis regionais e locais e articular um corpo consolidado de análises e programas não só a elas destinados como aos governos federais e às agências internacionais. Qualquer estratégia para ser eficaz deverá integrar aspectos econômicos, políticos, legais e culturais. Por simplicidade, contudo, dividiremos nossa análise segundo essas diferentes esferas.

Na esfera econômica devem ser distinguidos os planejamentos a longo e curto prazo. A longo prazo necessitamos de uma estratégia que rompa com as estruturas que perpetuam a desigualdade entre gêneros, classes e nações, as quais só servem como barreiras a processos de desenvolvimento capazes de atender às necessidades dos indivíduos. Transformações planejadas

devem reorientar os processos de produção na agricultura, indústria e serviços de tal forma que o atendimento das necessidades das pessoas pobres se constitua na principal meta do planejamento. Neste contexto, o reconhecimento não apenas do trabalho das mulheres mas de sua *centralidade* em processos de desenvolvimento desta natureza é essencial, como o é a necessidade de se colocar também no centro das atenções as mulheres de baixa renda, tanto no planejamento quanto na fase de implementação.

Os requisitos para uma transformação fundamental desta natureza na orientação do desenvolvimento estão na libertação nacional do domínio colonial e neo-colonial e na auto-suficiência nacional, pelo menos em setores básicos como o de alimentos e energia, assistência médica e abastecimento de água, além do de educação. Isso acarretará, muitas vezes, uma mudança da estratégia voltada para as exportações, na agricultura e na indústria, onde se demonstrou que tal orientação não atende às necessidades básicas da subsistência humana. Conforme argumentamos, os interesses a longo prazo das mulheres são compatíveis com esta reorientação, muito embora sejam elas que constituam o principal contingente de trabalhadores nas indústrias e na agricultura voltadas para exportação nas atuais estruturas de produção.

Outra importante diretriz estratégica necessária para reorientar o desenvolvimento é a de redução mundial nos gastos e uso de recursos para fins militares. Conforme demonstramos, existem profundos vínculos entre os crescentes orçamentos militares e a pobreza nos países industriais, por um lado, e o desvio de recursos, o consumo de minerais, a supressão das dívidas, os conflitos armados, e a distorção das prioridades de desenvolvimento no Terceiro Mundo, por outro. Certamente, a interdependência entre os regimes ditatoriais e os interesses econômicos e geopolíticos externos é bastante significativa em muitos casos. Mas, com a crescente liberalização dos processos políticos, pelo menos em alguns países, há considerável espaço para se criar um clima popular contra a militarização. A organização das mulheres pode desempenhar um papel crucial neste sentido.

Na frente internacional, as estratégias de desmilitarização vinculam-se de outra maneira significativa às prioridades do Terceiro Mundo. A contribuição dos crescentes gastos milita-

res para os déficits orçamentários, as altas taxas de juros nos Estados Unidos e a crescente dívida externa nos países do Terceiro Mundo já foram comentadas. Portanto, uma redução do orçamento militar norte-americano poderia, a princípio, reduzir a pressão sobre a balança de pagamentos dos países devedores e assim diminuir o fardo imposto pelo ajuste estrutural sobre as classes mais pobres destes países. Conforme já observamos, uma parcela muito significativa desse pesado fardo recai sobre as mulheres pobres, que perdem renda e acesso aos serviços e que se vêem forçadas a compensar esta perda pelo aumento de sua própria carga de trabalho.

O controle sobre as multinacionais é outra reivindicação a longo prazo. As grandes corporações funcionam como instrumento para o desvio de recursos das necessidades básicas para a comercialização, exportação e militarização. O volume de empregos que geram no Terceiro Mundo costuma ser pequeno e composto de ocupações sem futuro. A tecnologia que vendem costuma não ser adequada muitas vezes para as necessidades de consumo da maioria e para os recursos internos disponíveis. O derrame de lucros, os juros e os *royalties* lançam considerável pressão sobre o balanço de pagamentos. Maior controle sobre as atividades das multinacionais torna-se portanto um ingrediente crítico para a auto-suficiência nacional, a qual é essencial para um desenvolvimento justo.

Em muitos países, a transformação das desigualdades internas encontra-se intimamente relacionada às estratégias acima, pois as classes e grupos dominantes internos são muitas vezes grandes aliados dos interesses políticos e econômicos externos. Além disso, as alterações necessárias nas zonas rurais devem ser caracterizar por genuínas reformas agrárias. As organizações para a produção que emergem após tais reformas variarão de acordo com a tecnologia, padrões de safras e o grau de desapropriação de terras que permanece após a reforma. Não nos deteremos mais sobre o tema, mas reafirmamos que as mulheres devem receber a mesma atenção durante e após a reforma, do ponto de vista da igualdade e das preocupações referentes à produção agrícola e o atendimento integrado das necessidades básicas de alimentos, água e energia.

Podemos parecer cinismo de nossa parte propor uma estratégia a longo prazo para radical transformação da sociedade em virtude do profundo abismo existente entre a situação vigente e

aquela projetada em nossa visão do futuro. Vemo-nos diante de poderosos interesses internacionais e nacionais — países dominantes, classes, poderosos grupos internos e multinacionais — e que se opõem aos nossos ideais e metas a longo prazo. *Quais seriam então os pontos estratégicos de propulsão* que as mulheres e outros grupos associados poderiam identificar e utilizar na luta por uma nova sociedade? Como as forças que se opõem a nós não são, de maneira alguma, monolíticas em seus interesses e objetivos devemos aprender a usar esta fraqueza estrategicamente. Neste contexto, podemos citar um grande número de exemplos.

Sobre a questão da produção de alimentos na região africana abaixo do Saara, veja-se que são bastante conflitantes entre si o Relatório Berg, adotado pelo Banco Mundial, o Plano Lagos, desenvolvido pelos governos da região e as propostas da administração Reagan para a produção e auxílio agrícola.¹⁶⁹ Enquanto o Plano Lagos defende uma maior auto-suficiência no setor de alimentos, o Relatório Berg insiste no aumento da produção de exportação suplementada com auxílios na alimentação. O governo Reagan, por outro lado, decide cortar o auxílio a todos os países da região a exceção de cinco que vê como estratégicos aos interesses norte-americanos. Neste caso, os interesses das mulheres parecem ser mais compatíveis com as linhas do Plano Lagos, desde que seu papel na produção e comercialização de alimento adquira maior relevância dentro do projeto. De forma semelhante, na questão da dívida, os interesses das mulheres vinculam-se àqueles interesses nacionais opostos aos programas de ajuste do-FMI. Os investimentos dos governos para o atendimento das necessidades básicas devem ser transformados em itens orçamentários invioláveis. Aqui, mais uma vez, as mulheres poderão trazer novas perspectivas em função de sua experiência com serviços de administração coletiva na provisão de alimentos, atendimento infantil, saúde,

¹⁶⁹ Vide *Accelerated Development in Sub-Saharan Africa: "An Agenda for Action"* escrito pelo Dr. Elliot Berg em 1981 para o Banco Mundial; o *Lagos Plan of Action for Implementation of the Monrovia Strategy for the Economic Development of Africa* adotado pela OUA em 1980; e Shepard, J. (1985) para um interessante relato da política de assistência ao desenvolvimento da administração Reagan na África.

etc.¹⁷⁰ Não quer dizer que devam compensar a perda de serviços essenciais aumentando sua já pesada carga de trabalho (isso sempre ocorre individualmente em qualquer caso). Porém, conquanto haja financiamento adequado, o controle e participação das pessoas de baixa renda pode ser estratégia viável para despertar a consciência do povo através de soluções coletivas para estes problemas. E vice-versa: as agências internacionais, como aquelas do sistema das Nações Unidas, podem também ser usadas para exercer maior pressão em setores voltados para o atendimento das necessidades básicas, reforma agrária e tecnologia, além de trabalho e emprego para as mulheres. Tal pressão também pode ser exercida sobre os sistemas nacionais e internacionais de coleta de dados e planejamento.

A estratégia a *curto prazo* deve necessariamente assegurar meios de se responder às crises atuais e, ao mesmo tempo, de se acumular experiência voltada para os ideais a longo prazo. No setor da produção de alimentos, defendemos uma modificação das linhas de ação política no sentido de promover uma agricultura mais diversificada, permitindo um equilíbrio mais seguro a longo prazo, entre as culturas de exportação e as de subsistência. Não pode ser esquecido o desempenho das mulheres na coleta e produção de alimentos assim como em sua comercialização e processamento. Mesmo quando se dedicam à produção de culturas comerciais ou atividades fora das propriedades rurais, a grande maioria do contingente rural de mulheres só obtém precário apoio no setor, sobretudo na África. Com a crise atual, as linhas de ação política deveriam ser voltadas para a mobilização das mulheres, com aproveitamento de sua experiência e habilidade. Para este fim, os governos deveriam reduzir as restrições e pressões sobre as pequenas comerciantes e vendedoras, aumentando, ao mesmo tempo, a disponibilidade de crédito para as autônomas neste grupo.

Outro desafio encontra-se no setor de empregos e salários para as mulheres de baixa renda em atividades agrícolas afins que muito foram prejudicadas pela mecanização. Os principais institutos de pesquisa agrícola, a nível nacional e internacional,

deveriam voltar sua atenção para as tecnologias capazes de reduzir os trabalhos enfadonhos ou fatigantes, sem reduzir a oferta de emprego. As organizações de mulheres têm atuado efetivamente no setor da tecnologia no sentido de torná-la mais apropriada para o processamento e estoque de alimentos, abastecimento de água e energia. É evidente que tais experiências poderão ser utilizadas. Precisamos também rever a exclusão relativa das agricultoras dos sindicatos agrícolas, fato que ajuda a perpetuar menores salários e maior sazonalidade em seus empregos. Com o lançamento dos programas de "ajuda alimentar para trabalhadores e trabalhadoras" (*food-for-work programs*) ou de garantia de emprego nas regiões rurais, o que realmente se conseguiu em alguns casos foi propiciar mão-de-obra barata para os grandes latifundiários às expensas do governo. Tais programas deveriam ser voltados estritamente para a criação de empregos, por exemplo, como o plantio de árvores para fornecimento de lenha, construção de casas, abastecimento de água e setores afins no sentido de melhor atender às necessidades básicas das pessoas pobres da região.

No setor industrial, a organização dos trabalhadores e trabalhadoras nas indústrias tradicionais (muitas das quais com predomínio das mulheres) é tão necessária quanto nas indústrias de exportação e nas zonas de comércio livre. O problema das assalariadas neste setor é um tanto diverso daquele das autônomas do setor "informal". Nos pequenos serviços e comércio, as mulheres sofrem particularmente em decorrência da fiscalização feita pela polícia, falta de crédito, de acesso aos mercados e obstáculos na obtenção de licenças ou autorização. Contudo, o setor informal é muito maior que o formal na maioria dos países e, o que é mais importante, parece atender melhor às exigências de consumo dos pobres nas regiões urbana e rural. O apoio para este setor e para as mulheres que nele trabalham teria seu retorno com o próprio serviço por elas prestado no atendimento das necessidades de bens e serviços básicos mais baratos no contexto da atual crise.

Devemos deixar claro em nossa análise que não esperamos que as estratégias acima sugeridas sejam implementadas sem esforços permanentes e sistemáticos por parte das organizações de mulheres e grupos de mesma opinião. Por conseguinte, a mobilização política, as modificações legislativas, o despertar

¹⁷⁰ Um bom número de exemplos de mulheres juntando seus recursos e operando cozinhas comunitárias, por exemplo, existe no Peru, Colômbia e México.

da consciência e a educação popular são atividades essenciais no processo que imaginamos. Estas têm constituído por certo uma parcela significativa de nossos esforços durante os últimos anos. Agora precisamos aproximá-las para consolidarmos e aprendermos a partir de nossas experiências e seus vários êxitos e fracassos. A *nível mundial*, o movimento de mulheres e oprimidos será capaz de conseguir o apoio necessário para a conquista dos objetivos comuns de uma ordem internacional mais justa e equilibrada e do desarmamento. Uma rede global de organizações de mulheres de mesma opinião empenhadas nestes objetivos permitiria a troca de experiências e informação, o estabelecimento de linhas de ação, e também o apoio necessário. Precisamos, além disso, de programas de pesquisa sobre aqueles assuntos que podem ser melhor analisados através de uma perspectiva comparada transnacional ou transcultural. Por exemplo, os elos entre a subordinação de gênero e as medidas de conservação mundial, a reforma do sistema monetário internacional e do FMI e a desmilitarização.

Além dos programas e ações a nível mundial, as organizações não governamentais e de mulheres envolvidas, os grupos de mulheres politicamente ativas e as organizações de trabalhadoras podem coordenar programas de ação comum a nível *regional e sub-regional*. Isso é particularmente importante para apoiar as mulheres em países com repressão política ou naqueles em que o Estado tem ameaçado a condição econômica e social das mulheres. O início de projetos sobre problemas comuns para a região e o desenvolvimento de instituições regionais de treinamento e pesquisa podem ser de valia neste sentido. Tais atividades aumentaram em número e significado durante o último período da Década.

Na formação de movimentos a *nível nacional*, é para nós essencial desenvolver uma metodologia de ação e apoio político para as teses das mulheres, na medida em que vão surgindo tanto sobre temas gerais quanto num contexto mais particular. Para isso, as coalizões e alianças (possivelmente englobando diferentes organizações de mulheres e filiações políticas) podem ajudar-nos a construir um movimento local e nacional de bases mais amplas. Isso também é essencial em países com sistemas políticos repressores. Em alguns países em que as organizações de classe sofrem severas restrições, as organi-

zações de mulheres podem conseguir maiores possibilidades de ação; em outros, é verdadeira a situação oposta. Um movimento de bases amplas, incluindo organizações mistas de gênero e classe, pode oferecer um caminho mais viável para transformações fundamentais em muitas situações. Uma base de ativistas pode agir no sentido da disseminação e aceitação de um programa ou ideologia comum junto a outras organizações de consciência política e social. Organizações de mulheres e de pessoas de baixa renda já demonstraram seu potencial na implementação de programas específicos e no trabalho como grupos de pressão. A mobilização em torno de questões legislativas específicas pode também ser necessária para complementar estas estratégias. Aqui, as organizações de mulheres podem contar com o apoio de outros grupos socialmente conscientes e, em troca, podem apoiar as lutas referentes às liberdades civis, e contra a repressão e abuso políticos.

O nível de consciência a respeito da subordinação das mulheres deve ser despertado através da cultura popular, da mídia e da educação formal e informal. Infelizmente esta atividade é, com frequência, vista como secundária ou não relacionada às atividades das organizações politicamente orientadas. Mas se quisermos ir além de projetos e programas periféricos para as mulheres, precisaremos dar muito mais atenção ao despertar da consciência. Os governos devem ser pressionados a nos dar voz mais ativa no rádio, tevê, cinema e em outros meios de comunicação, além de maiores financiamentos para tais programas. O papel dos estudos de mulheres neste processo é importante. Já sabemos que a pesquisa sobre a nossa história, a colaboração mútua entre as especialistas e o desenvolvimento de currículo são elementos vitais para o despertar de nossas consciências e as dos homens. Tais estudos de mulheres realizados no Terceiro Mundo não podem ficar na gaveta. Em virtude de grandes contingentes do povo serem ainda analfabetos ou desabitados à palavra escrita (e isto costuma ser mais verdadeiro em relação às mulheres) precisamos nos concentrar em técnicas de educação de massa e popular. É aí que os métodos aprendidos com a "pedagogia dos oprimidos" podem ser úteis e onde organizações locais podem desempenhar papel crucial. Devemos também educar os planejadores e funcionários de baixo escalão, juntamente com as participantes dos movimentos, e abrir

caminhos para a educação formal. Tudo isso é essencial caso queira-se que o feminismo e o movimento de libertação das mulheres seja relevante para o progresso de todos os setores de pobres e oprimidos da sociedade.

Nosso Fortalecimento Através das Organizações: Tipos e Métodos

Em vista da centralidade das organizações de mulheres nessas linhas estratégicas torna-se necessário um exame mais abrangente dos métodos para seu fortalecimento. Não só devem revigorar sua capacidade organizacional, como cristalizar visões e perspectivas que as transportem para além da sua atual situação. O papel estratégico destas redes e organizações pode ser visto de duas perspectivas. O desenvolvimento da vontade política para as principais alterações necessárias na maioria das sociedades requer organizações que tenham força para impulsionar tais alterações, sendo que o apelo popular das redes de mulheres neste setor é grande. Em segundo lugar, a perspectiva particular das mulheres pobres centraliza o enfoque no atendimento das necessidades básicas de sobrevivência como questão *prioritária*; são elas portanto as protagonistas mais empenhadas, militantes e enérgicas uma vez estabelecidos os caminhos para a ação.

Quais os métodos de delegação de poder às mulheres e organizações capazes de catalizar e fomentar, estrategicamente, movimentos voltados para uma mudança social condizente com nossa visão? É importante aproveitar as forças organizacionais existentes ao se elaborar maneiras de superar as fraquezas e conflitos. Embora muitas organizações sofram de viés de classe ou de outra natureza, parece-nos que vale a pena avaliar se tais vieses podem ser superados. Em caso negativo, procurar questões e programas específicos nos quais as organizações de mulheres pobres possam trabalhar junto a outros grupos.

O revigoramento das organizações, das pessoas e dos movimentos impõe certos requisitos. Entre estes estão os recursos (financeiros, de conhecimento e tecnológicos), a aprendizagem de habilidades específicas e a formação de liderança, por um

lado; os processos democráticos, o diálogo, a participação na política e nas tomadas de decisão e as técnicas de solução de conflitos, por outro. Flexibilidade nos requisitos para ingresso nas associações pode também ser um instrumento útil, sobretudo para as trabalhadoras de baixa renda cujos compromissos de tempo e de trabalho já são pesados. Dentro das organizações, processos abertos e democráticos são essenciais para o revigoramento das mulheres, que assim poderão suportar melhor as pressões sociais e familiares decorrentes de sua participação. Dessa forma, a viabilidade a longo prazo da organização e a crescente autonomia e controle das mulheres de baixa renda sobre suas próprias vidas encontram-se vinculados através de processos internos de organização e de divisão de responsabilidades e tomada de decisão.

Uma vez que diferentes tipos de organização têm diferentes histórias, fraquezas e potencialidades, tentaremos a seguir explicar detalhadamente algumas dessas diferenças a fim de propiciarmos um debate mais amplo. Nossa classificação não tem a pretensão de ser completa. Nem é feita do ponto de vista habitual das agências doadoras que querem saber quais os grupos mais adequados para receber o financiamento. É feita, pelo contrário, a partir do desejo de desenvolver e fomentar nossos próprios movimentos e redes, ou seja, da perspectiva de nosso fortalecimento.

Em primeiro lugar, existem grandes organizações tradicionais de mulheres voltadas para certos serviços e que existem há muito tempo em diversos países.¹⁷¹ Embora tais organizações sejam, às vezes, criticadas pelo enfoque "assistencial" adotado, têm dado valiosas contribuições aos setores de educação, saúde e serviços afins de interesse das mulheres. No contexto do Terceiro Mundo, tais organizações surgiram às vezes em meio a movimentos de reforma social ou lutas nacionalistas. Nessa época, representavam muitas vezes a única possibilidade de manifestação de questões de interesse das mulheres. É necessário conhecer melhor sua história de luta e como conse-

¹⁷¹ Exemplos de tais organizações incluem as YWCAs em todo o mundo, a *All India Women's Congress*, *Associated Countrywomen of the World* e o *National Council of Women's Societies* na Nigéria, entre outros.

guiram se desenvolver. São organizações que às vezes têm recursos significativos e acesso a líderes políticos, a estruturas formais de poder e tomada de decisão, exibindo um quadro de membros extraído de diferentes setores da sociedade e métodos bem desenvolvidos de aprendizado de habilidades específicas e formação de liderança.

Costumam apresentar três fraquezas importantes. Sofrem muitas vezes de viés de classe em sua composição e em seus programas, de forma que seus principais esforços são orientados para as mulheres de classe média e alta, fazendo com que as mulheres pobres sejam tratadas com uma característica benevolência e hierarquia. Seus processos internos de tomada de decisão costumam ser autoritários dando pouca oportunidade de participação que permita o fortalecimento de todas as mulheres e não de algumas poucas escolhidas. E, com frequência, carecem de uma clara perspectiva ou mesmo compreensão da subordinação de gênero ou de seus elos com outras formas de opressão social e econômica. A despeito destas falhas, muito podemos aprender de sua capacidade de levantar questões pertinentes às mulheres na opinião pública e dispor de apoio em larga escala para suas agendas, muitas vezes em circunstâncias adversas. O despertar da consciência nestas organizações, sobretudo naquelas com suas atividades voltadas para as mulheres de baixa renda, pode portanto ter um efeito muito positivo.

Um *segundo* e importante tipo de organização é o daquela filiada a partidos políticos. O grau de importância destas organizações, sua base de recursos e sua autonomia em levantar questões para debate ou ação varia consideravelmente de país para país. São capazes de levantar questões relacionadas à organização de trabalhadoras dentro do contexto dos partidos que, por sua vez, já podem ter considerável experiência em organizar camponeses ou trabalhadores masculinos. Seu problema é que muitas vezes tem dificuldade em abordar diretamente as questões de gênero, mesmo neste contexto relativamente familiar, por medo de serem rotuladas de divisoras das lutas e reivindicações dos trabalhadores e trabalhadoras ou de pessoas pobres. Por isso, a questão de autonomia é central para a maioria destas organizações. Alguns partidos políticos mais recentes, como o Partido Verde na Alemanha, são mais explicitamente feministas tanto em sua orientação quanto em sua estrutura interna.

Um *terceiro* tipo de organização potencialmente grande é o de base operária.¹⁷² Entre estes estão os sindicatos de trabalhadores e trabalhadoras empregados no setor formal e as organizações de mulheres autônomas de baixa renda das quais existe um número crescente no Terceiro Mundo. Estes dois subtipos são diferentes entre si pelo fato de que o primeiro contém exemplos de organizações sindicais em que as mulheres formam a base, enquanto que a maioria dos cargos de liderança são ocupados por homens; o último tem uma melhor representação de mulheres pobres. A organização operária costuma tratar de questões de emprego, renda, condições de trabalho e disponibilidade de crédito e de mercado sendo mais sensível a problemas como os de assistência à criança e a demanda sobre o tempo das mulheres dedicado à própria organização. Algumas destas organizações estão plenamente cientes do problema da subordinação das mulheres. E mesmo aquelas que não se posicionam como feministas têm consciência da importância substantiva do problema de gênero e classe na medida em que atinge a vida das mulheres pobres. A experiência e a potencialidade destas organizações são encorajadoras, embora seus recursos possam ser escassos, reflexos da muitas vezes miserável condição econômica de seus membros. Tais organizações também costumam ser bem sucedidas no fortalecimento das mulheres pobres em suas próprias situações particulares de vida.

Um *quarto* tipo é o das organizações que proliferaram durante a Década em decorrência do influxo de capital estrangeiro. Muitas destas organizações não têm história orgânica prévia e poucas têm base organizacional ou recursos, independentemente do projeto a ser implementado. Ilustrações deste tipo de organização incluem as diversas cooperativas de artesanato ou crédito estabelecidas pelas agências doadoras. Algumas destas organi-

172 A *Self Employed Women's Association* (SEWA) é o *Working Women's Forum* na Índia, *Makulamada* no Sri Lanka, além da "9 to 5" nos Estados Unidos são alguns exemplos dos tipos de organização trabalhadoras existentes. A OIT também documentou um bom número de iniciativas feministas nas organizações trabalhadoras em todas as regiões do mundo. Ahmad (1984), por exemplo, descreve o *Malaysian Trade Congress* e a iniciativa das mulheres em Pen, que deu início a um centro para treinamento e educação dos membros do sindicato das mulheres.

zações apresentam fraquezas estruturais como administração autoritária, incompreensão dos problemas das mulheres pobres e muitas vezes viés de classe. Estão entre as mais frágeis dos diferentes tipos de organização considerados aqui, embora muitas delas tenham subsistido em decorrência do financiamento gerado durante a Década. Outras, contudo, foram mais bem sucedidas no desenvolvimento do estilo participativo.

Um quinto tipo é a organização popular que pode estar relacionada a algum projeto específico.¹⁷³ Embora semelhante em alguns aspectos às organizações operárias, esta categoria não se ocupa diretamente de questões trabalhistas. Contudo, os problemas de que trata são muitas vezes de natureza econômica. São grupos que também podem se centralizar em questões como as da mídia, saúde, alfabetização ou violência. Direcionam muitas vezes seus trabalhos para as mulheres pobres e trabalhadoras, proporcionam diversos tipos de assistência técnica a outros grupos e se ocupam de questões legais ou jurídicas e ação política. Alguns destes grupos têm orientação explicitamente feminista. Na sua fragilidade está uma base de recursos inadequada e o fato de que, em muitos casos, costumam ter uma perspectiva e composição mais urbana, de classe média. Mas caso seu trabalho com e em meio às mulheres pobres possa ser reforçado, tais grupos passarão a ter potencialidade considerável.

O sexto tipo organizacional é constituído pelas organizações de pesquisa que têm se expandido rapidamente nos últimos anos.¹⁷⁴ Este inclui os grupos envolvidos nas pesquisas de ação

173 Na América Latina, A Casa da Mulher (São Paulo, Brasil) funciona em assuntos de auto-auxílio e educação sexual, o SOS Corpo (Recife, Brasil) e a Casa de la Mujer (Colômbia) focalizam o problema da violência doméstica. A Flora Tristan (Lima, Peru) ajuda as mulheres no desenvolvimento de habilidades técnicas. Entre as organizações feministas populares em outras áreas do mundo estão: a *Gonoshasthyo Kendra* (Bangladesh), o *Women's Resource Center* (Papua, Nova Guiné) e o *Muvman Liberasian Fam* nas Ilhas Maurício. Vide os boletins informativos, os guias de recursos e outras publicações do International Women's Tribune Center de Nova Iorque para outros exemplos desse tipo de organização.

174 AAWORD (Senegal), AWRAN (Ásia), WAND (Caribe), PAWF (Ásia/Pacífico), ALCEA (Central/América Latina) e o *Institute for Women's Studies* no Mundo Árabe (Oriente Médio) são redes regionais de pesquisa e ação que se desenvolveram nos últimos 10 anos.

(e de natureza política) participativa, as associações de estudos de mulheres e as redes de pesquisas. Tem potencialidade considerável para influenciar os debates de políticas públicas, avaliar os programas de agências e governos, informar e fomentar pesquisas em outros tipos de organização de mulheres e vincular a pesquisa à ação. Estes grupos têm por objetivo eliminar a distinção entre pessoas que pesquisam ou são pesquisadas de forma que a pesquisa transforme-se num processo de educação mútua. Estão também comprometidos em usar suas conclusões para servir e fortalecer os indivíduos pesquisados. Sua falha é que, às vezes, exacerbam tensões entre pesquisadoras e vistas ao empregar os resultados de forma individualista, sem beneficiar as pessoas pesquisadas. Isso pode às vezes ser mais um problema das pesquisadoras individualmente do que das próprias organizações às quais estão ligadas, muito embora tais organizações precisem ter ciência do problema. O desafio destes grupos é o de desenvolver estruturas e métodos de delegação de responsabilidades tanto para organização das atividades de pesquisa quanto para as pessoas pesquisadas talvez através de elos políticos mais fortes ou de serviços diretos.

Além desses seis tipos de organização, um grande número de movimentos de mulheres (englobando pessoas, organizações e coalizões) apareceu durante a década.¹⁷⁵ Tais movimentos abrangiam um grande número de questões e finalidades mas mostravam grande identificação com as causas das mulheres. Sua força global se origina de sua flexibilidade e unidade de propósito, embora sua fragilidade talvez resida na falta de uma clara estrutura organizacional (que pode ser também fonte de grande força numa situação política repressora). Tais movimentos reuniram-se em torno de necessidades básicas como energia e água, e em resposta a crises urbanas com a falta de serviços ou a inflação. Também se concentram em questões como a paz, oposição e violência contra as mulheres, o turismo do sexo e a exploração sexual, o militarismo e a repressão política, o racismo e as forças religiosas fundamentalistas que

175 *The Alliance Against Sex Tourism* (Sudeste da Ásia e Pacífico), o *Greenbelt Movement* (Quênia), o *Chipko Movement* (Índia), o *Infant Formula Action Coalition* (INFAC), o Movimento Negro e o Movimento de Moradores em Favelas (Brasil) todos têm a rubrica dos movimentos aqui descritos.

se opõem aos direitos das mulheres. Muitos desses movimentos são de vulto, populares, não-violentos em seus métodos e extremamente corajosos nas ações realizadas. A obstinação e compromisso das mulheres nos acampamentos em prol da paz e na oposição às ditaduras militares são bem conhecidas. Tais movimentos são dinamizados pelas questões, pelo apoio popular e pela energia das atividades individuais, de pequenos grupos e das coalizões envolvidas. Entre as organizações e os movimentos existem redes e coalizões, algumas das quais permanentes e outras mais temporárias. Seus objetivos variam da ação política direta às trocas de pesquisa e informação.¹⁷⁶

As organizações aqui descritas desenvolveram uma metodologia variada para atingirem as mulheres marginalizadas e deram contribuições significativas durante a Década. Contudo, com o propósito de ir avante, é necessário que as mulheres experimentem enfoques criativos e que analisem os conflitos e questões que desafiam suas organizações. O primeiro problema é que muitas (mas nem todas) organizações de mulheres têm se acautelado em vez de grandes questões políticas como pertencendo à sua esfera de ação. Duas tendências distintas, porém relacionadas, explicam porque os grupos têm funcionado fora deste domínio: por um lado o feminismo tem se preocupado, entre outras coisas, com aspectos da vida que só parcialmente são suscetíveis de regulamentação institucional. Isso é verdadeiro não só na esfera doméstica como também (o que é particularmente relevante para o Terceiro Mundo) em esferas como as do setor "informal" ou da economia clandestina. Por outro lado, a marginalização das mulheres em relação às políticas públicas pode ser devida à fragmentária natureza de suas perspectivas e incapacidade de articular os elos entre o desenvolvimento e a igualdade.

O segundo problema decorre de sua busca por estruturas organizacionais não hierárquicas e não formais em um mundo cada vez mais formalizado e hierarquizado. Neste contexto, não

¹⁷⁶ Para uma descrição da Coalizão Mexicana que se formou em torno de questões de estupro, aborto, e direitos das mulheres no trabalho, vide *Report of the International Feminist Workshop* realizado em Stony Point, Nova Iorque, em abril de 1980. Entre as demais redes e coalizões deste tipo estão a CARJWA no Caribe, *ISIS International* e a *International Feminist Network Against the Trafficking of Women*.

foram desenvolvidos canais eficazes e permanentes que assegurassem representatividade. Com frequência, uma dada organização não sabe ao certo quem são seus membros. Embora essa possa ser uma tática útil no combate aos regimes represores, fica difícil o estabelecimento de relações bem definidas com entidades complexas e burocratizadas de tomada de decisão e mais difícil ainda pressioná-las com êxito para a implementação de diretrizes políticas de seu interesse.

Um terceiro conjunto de problemas decorre das mulheres que evitam qualquer atribuição de responsabilidade ou delegação de autoridade por receio de refletir as hierarquias existentes ou as estruturas de poder estabelecidas. Duas dificuldades decorrem dessa atitude. Uma é externa: ninguém está autorizado a falar em nome do movimento feminista de forma que ao se tentar definir qualquer proposta política os apelos mostram-se enfraquecidos. A outra é interna: seus grupos são instáveis principalmente em decorrência da falta de recursos mas também devido ao total empenho que se exige de cada uma (e o rápido desgaste resultante). Como as responsabilidades não são definidas nunca, espera-se tudo de todas.

Por que as mulheres encontram dificuldade em assumir posição de mando dentro das organizações? Talvez porque a experiência tenha lhes mostrado que a delegação de responsabilidades pode ser usada como instrumento de subordinação. Essa desconfiança deve ser utilizada como estímulo, contudo, para a descoberta de novas formas de delegação de poderes que não venham reforçar as relações de domínio já existentes. Deve ser empregada também no desenvolvimento de estruturas que tenham líderes responsáveis e atentas às manifestações e reivindicações das participantes em todos os níveis da organização.

Uma quarta dificuldade surge na tentativa de formar alianças. As mulheres têm uma extraordinária experiência como instrumentos na mão de governos, agências ou organizações para finalidades fora de nossos interesses ou de nossa escolha. Conseqüentemente, quase sempre consideramos suspeita qualquer força ou entidade política que não seja de nossa própria criação. Mesmo outros grupos de mulheres num mesmo país recebem críticas. Considerando sobretudo nossa visão feminista do processo econômico e de desenvolvimento, verificamos que nós mulheres precisamos nos unir com mais firmeza e eficiência a outras organizações populares sem prejuízo da autonomia de ambos. O

processo de diálogo e elaboração de programas conjuntos é a única maneira de começar a construir respeito mútuo pelas forças e capacidades de cada uma e de confiar nas intenções de todas.

Uma questão final é o nosso talento e disposição em compartilhar o poder dentro de nossas próprias organizações. Relacionada a essa, está a questão de nosso estilo administrativo e de resolução de conflitos. Tais conflitos parecem advir de duas fontes principais: na primeira estão as diferenças genuínas na estratégia, temas e avaliações da potencialidade ou dos vieses internos da organização. Na segunda verifica-se que aquelas com o dinamismo, a energia e a sinceridade de espírito para dar início às organizações têm muitas vezes receio que outras menos bem intencionadas e mais propensas ao engrandecimento pessoal apoderem-se do controle de organizações construídas com grande esforço. Estes temores são bem fundamentados em alguns casos; são determinados pelo influxo de capital de agências internacionais que torna a administração das organizações e de seus recursos mais tentadora ou convidativa.

A experiência mostra que existem duas maneiras consistentes de verificar estas tendências. Em primeiro lugar, a democratização das organizações e a ampliação de sua base de participantes é essencial, pelo fato de distribuir o poder e difundir a hierarquia. Em segundo lugar, a afirmação e o compromisso explícitos com um princípio ético que rejeite o engrandecimento pessoal, além de uma firme postura nesse sentido devem ser incluídos na organização desde o início. As mulheres precisam mostrar pelo exemplo que é possível trazer esse princípio ético para o centro da vida pública. Nossa experiência de vida com a falta de poder, a cooperação e o alento mútuo pode ser enriquecedora para nossas organizações e para o mundo no qual funcionam.

Não pretendemos dar respostas a todos os problemas, nem que estas sejam únicas. De fato, pode-se dizer que as soluções devem ser elaboradas a nível local pelos próprios grupos. É também importante reconhecer a especificidade cultural dos métodos de pesquisa e, sobretudo, de ação. Estes dependem de características sociais e culturais das diversas regiões e grupos, embora quase sempre os grupos de mulheres sejam de natureza muito mais pacífica e preocupados com a hierarquia e os processos democráticos. Precisamos de muito maior

compreensão e diálogo a respeito de nossos métodos, problemas e êxitos na construção e administração das organizações, de forma a dar prosseguimento ao movimento. Respeito pelas múltiplas vozes que nele se expressam, pela sua potencialidade de fundação mútua, pelo poder do diálogo, pela humildade em aprender com a experiência de outras são elementos cruciais em nossa visão.

É este livro, de muitas maneiras, o produto de um contínuo processo desta natureza. Mulheres de todo o mundo e de múltiplas atividades e profissões contribuíram desinteressadamente com seu conhecimento e experiência através de discussões, debates, comentários, críticas e sugestões. O processo mostrou-se viável mesmo nos períodos mais críticos. Isto é prova cabal de que o que aprendemos é o nosso mais precioso bem: a rica diversidade de nossas experiências, perspectivas e ideologias combinadas com o crescente reconhecimento de que não podemos propor um programa social, político e econômico para mulheres somente, mas que precisamos desenvolver uma *sociedade da perspectiva das mulheres*. Assim, embora a *Década* que proclamara tão bravamente "Desenvolvimento, Igualdade e Paz" tenha propiciado tão pouco desse ideal para a maioria das pessoas, o que aprendemos no percurso já nos fortaleceu para a longa jornada que temos pela frente.

- 1 ADAMS, G., *Controlling Weapons Cost: Can the Pentagon Reforms Work?* Nova Iorque, Council on Economic Priorities, 1983.
- 2 ADAMS, G., *The Politics of Defense Contracting: The Iron Triangle*, Nova Jersey, Transaction Book, 1982.
- 3 ADAMS, R., "The Role of Research in Policy Development: the Creation of the IMF Cereal Import Facility", *World Development*, 11:7, julho 1983, pp. 549-63.
- 4 AFSHAR, H., (org.) *Iran, a Revolution in Turmoil*, Londres, Macmillian, 1985.
- 5 AFSHAR, H., "Women, State and Ideology in Iran", manuscrito não publicado, sem data.
- 6 AGARWAL, B., "Agricultural Modernization and Third World Women". Genebra, maio 1981. OIT.
- 7 AHMAD, Z., "Rural Women, Their Conditions of Work and Struggle to Organize". Genebra novembro 1984. OIT.
- 8 AHMAD, Z., "The Plight of Rural Women: Alternatives for Action" Genebra, *International Labour Review*, jul.-ago. 1980.
- 9 ANDERSON, M., *The Empty Pork Barrel: Unemployment and the Pentagon Budget*, Michigan, Employment Research Associates. 1982.
- 10 APCWD, "Report of the International Workshop on Feminist Ideology and Structures in the First Half of the Decade for Women". Bangkok, Tailândia, junho 1979.

- 11 APPLEBAUM, E., "Technology and the Reorganization of Work", manuscrito não publicado, março 1985.
- 12 ARIZPE, L. e ARANDA, J., "The Comparative Advantages of Women's Disadvantages: Women Workers in the Strawberry Export Agri-Business in Mexico". *Signs-Journal of Woman in Culture and Society*, 7:2, inverno 1981.
- 13 ASPIN, L. (Congressman), "Defense Spending and the Economy", U.S. House of Representatives, Washington, D.C., abril 1984.
- 14 AUSTIN, J., ANDERSON, M. B., CLOUD, K. e OERHOLT, C., "Guidelines for the Preparation of Case Studies on Women and Development", artigo preparado para o Escritório das Mulheres em Desenvolvimento (Office of Women in Development) da USAID, Washington D. C., abril 1982.
- 15 AZAD, N. et al, "Improving Working Conditions for Rural Women Through Creation of Alternative Employment Options: A Case Study of the Working Women's Forum", Rural Employment Policies branch. OIT. Genebra, 1984.
- 16 BALLANCE, R. ANSARI, J., e SINGER, H., *The International Economy and Industrial Development*, Brighton, Harvester Press, 1982.
- 17 BANERJEE, N., "Women and Industrialization in Developing Countries", manuscrito não publicado, 1984.
- 18 BANERJEE, N. and JAIN, D., (orgs.) *Tyranny of the Household*, Nova Delhi, Vikas Publishers, 1985a.
- 19 BARAN, P. A., *The Political Economy of Growth*, Nova Iorque, Monthly Review Press, 1959.
- 20 BARROSO, C. e SCHMINK, M., *Women's Programs for the Andean Region and the Southern Cone: Assessment and Recommendations*, Nova Iorque, Fundação Ford, março 1984.

- 21 BARNET, R. e MULLER, R., *Global Reach: The Power of the Multinational Corporations*, Nova Iorque, Simon and Schuster, 1974.
- 22 BATLIWALA, S., "Rural Energy Scarcity and Nutrition: A New Perspective", *Economic and Political Weekly*, (XVII, 1982, p. 329).
- 23 BENERIA, L., e SEN, G., Accumulation, Reproduction and Women's Role in Economic Development: Boserup Revisited", *Signs-Journal of Women in Culture and Society* 7:2, inverno 1981, pp. 279-298.
- 24 BENERIA, L. (org.) *Women and Development — the Sexual Division of Labour in Rural Societies*, Nova Iorque, Praeger/OIT, 1982.
- 25 BERG, E., "Accelerated Development in Sub-Saharan Africa: An Agenda for Research and Action", um relatório do Banco Mundial Washington, D. C., 1981.
- 26 BHAGWATI, J. e DESAI, P., *India — Planning for Industrialization*. Londres, Oxford University Press, 1970.
- 27 BHASIN, K. e AGARWAL, B., *Women and Media*, Nova Delhi, Kali for Women, 1984.
- 28 BLEIE, T. e LUND, R., (org.) *Gender Relations: The Missing Link in the Development Puzzle, Selected and Annotated Bibliographic Guide to Theoretical Efforts and South Asian Experiences*, DERAP Publications No. 184, Noruega,
- 29 BLOCK, F., *The Origins of International Economic Disorder*, Berkeley, University of California Press, 1977.
- 30 BOSE, M., LOUFTI, M., e MUNTEMA, S., "Rural Development with Women: Elements of Success", artigo preparado para a Oficina Inter-regional Africana e Asiática da OIT intitulada "Strategies for Improving the Employment Conditions of Rural Women", Tanzânia, agosto 1984.
- 31 BOSERUP, E., *Women's Role in Economic Development*, Londres, Allen and Unwin, 1970.

- 32 BRIDENTHAL, R., GROSSMAN, A., e KAPLAN, M., (orgs.) *When Biology Became Destiny: Women in Weimar and Nazi Germany*, Nova Iorque, Monthly Review Press, 1985.
- 33 BRIDGES, W. P., "Industry Marginality and Female Employment: A New Appraisal", *American Sociological Review*, fevereiro 1980, pp. 58-75.
- 34 BUKH, J., *The Village Women in Ghana*, Uppsala, Scandinavian Institute of African Studies, 1979.
- 35 BURFISHER, M. e HORENSTEIN, N., "Sex Role in the Nigerian TIV Farm Household", em *Women's Roles and Gender Differences in Development: Cases for Planners Series*, Connecticut, Kumarian Press, 1985.
- 36 BURBACH, R. e FLYNN, P., *Agribusiness in the Americas*, Nova Iorque. Monthly Review Press, 1980.
- 37 BURGESS, R., "Petty Commodity Housing or Dweller Control? A Critique of John Turner's Views on Housing Policy", *World Development*, 6:9/10, set-out. 1978.
- 38 BUVINIC, M., "Projects for Women in the Third World: Explaining Their Misbehavior", Washington, D. C., International Centre for Research on Women, abril 1984.
- 39 CAIN, M. "Women's Status and Fertility in Developing Countries: Son Preference and Economic Security", World Bank Staff Working Papers 682, 1984.
- 40 CALDWELL, J., "A Theory of Fertility: From High Plateau to Destabilization." *Population and Development Review* 9:1, março 1983.
- 41 CARLONI, A., "Integrating Women in Agricultural Projects: Case Studies of Ten FAO Assisted Field Projects", Roma, FAO, 1983.
- 42 CARLONI, A. S., "Sex Disparities in the Distribution of Food Within Rural Households", *Food and Nutrition*, 7:1, 1981.
- 43 CAVES, R., *Multinational Enterprise and Economic Analysis*, Nova Iorque, Cambridge University Press, 1982.
- 44 CECELSKI, E., "The Rural Energy Crisis, Women's Work and Family Welfare: Perspectives and Approaches to Action". Geneva, OIT WEP Working Paper, junho 1984.
- 45 Centre for Development Studies, *Poverty, Unemployment and Development Policy*, United Nations, Nova Iorque, 1974
- 46 Center on Budget and Policy Priorities, *End Results: The Impact of Federal Policies Since 1980 on Low-Income Americans*. Washington, D. C., setembro 1984.
- 47 CHAUDHURI, B., "Agrarian Relations — Eastern India" in *The Cambridge Economic History of India*, Vol. II, Cambridge University Press, 1982, pp. 86-176.
- 48 Childrens Defense Fund, *American Children in Poverty*, Washington, D. C., 1984.
- 49 Children's Defense Fund, *A Children's Defense Budget: An Analysis of the President's Budget and Children*, Washington, D. C., 1985.
- 50 CLINE W. R. e WEINTRAUB, S. (orgs.) *Economic Stabilization in Developing Countries*, Washington, D. C., Brookings Institution, 1981.
- 51 Commission on the Status of Women, "Forward-Looking Strategies of Implementation for the Advancement of Women and Concrete Measures to Overcome Obstacles to the Achievements of the Goals and Objectives of the United Nations Decade for Women". A/CONF. 116/PC/21, Viena, dezembro 1984.
- 52 Congressional Budget Office, *Defense Spending and the Economy*, Washington, D. C., U. S. Government Printing Office, fevereiro 1983.
- 53 DAS GRUPTA, B. e CONNELL, J., *Migration from Rural Areas: The Evidence from Village Studies*. Nova Delhi, Oxford University Press, 1976.

- 54 De ALCANTARA, C. H., *Modernizing Mexican Agriculture: Socioeconomic Implications of Technological Change, 1940-1970*, Geneva, UNRISD, 1976.
- 55 DEERE, C. D., "Rural Women and State Policy: The Latin American Agrarian Reform Experience", manuscrito não publicado, outubro 1984.
- 56 DeGRASSE, R., *The Costs and Consequences of Reagan's Military Build, A Report to the IAM and the Coalition for a New Foreign and Military Policy*, Nova Iorque, Council on Economic Priorities, 1982.
- 57 DeGRASE, R., *Military Expansions Economic Decline*, Nova Iorque, M. I. Sharpe, Inc., 1983.
- 58 De JANVRY, A., e GROUND, L., "Types and Consequences of Land Reform in Latin America", *Latin American Perspectives* V:4, Outono 1978, pp. 90-112.
- 59 De JANVRY, A., *The Agrarian Question and Reformism in Latin America*, Baltimore, The John Hopkins University Press, 1981.
- 60 DEY, J., "Women in Food Production and Food Security in Africa", Women in Agriculture Series 3, Roma, FAO, 1984.
- 61 DELL, S. and LAWRENCE, R., *The BOP Adjustment Process in Developing Countries*, Londres, Pergamon Policy Studies, 1980.
- 62 Development Dialogue, "The International Monetary System and the New International Order", 1980:2;
- 63 Development Dialogue, "Another Development with Women", 1982:1/2.
- 64 *Dollars and Sense*, uma publicação do Bureau para Assuntos Econômicos (*Economic Affairs Bureau*), de Boston, Massachusetts, diversas edições de 1982 até hoje.
- 65 DORE, E., W. e WEEKS, J. F., "Economic Performance and Basic Needs: the Examples of Brazil, Chile, Mexico, Nicaragua, Peru and Venezuela", in *Human Rights and Basic Needs in the Americas*, Washington, D. C., Georgetown University Press, 1982, pp. 150-187.

- 66 EISOLD, E., "Young Women Workers in Export Industries: The Case of the Semiconductor Industry in Southeast Asia", WEP Research Working Papers, Genebra, OIT, março 1984.
- 67 EL SAADAWI, N., *The Hidden Face of Eve: Women in the Arab World*, Boston, Beacon Press, 1980.
- 68 ELSON, D. e PEARSON, R., "Nimble Fingers Make Cheap Workers: An Analysis of Women's Employment in Third World Export Manufacturing." *Feminist Review*, Primavera 1981, pp. 87-107.
- 69 ETIENNE, M. e LEACOCK, E., *Women and Colonization*, Nova Iorque, Praeger, 1980.
- 70 FEDER, E., "Capitalism's Last-Ditch Effort to Save Underdeveloped Agriculture: International Agribusiness, the World Bank and the Rural Poor." *Journal of Contemporary Asia*, 7:1, 1977, pp. 56-78.
- 71 FISHLOW, A., "The Brazilian Size Distribution of Income", *American Economic Review* LX II:2, maio 1972, pp. 391-402.
- 72 FISHLOW, A., "Who Benefits from Economic Development? Comment", *American Economic Review* 75:1, março 1980, pp. 250-256.
- 73 GILDER, G., *Wealth and Poverty*, Nova Iorque, Basic Books, 1981.
- 74 GIRVAN, N., BERNAL, e HUGHES, W., "The IMF and the Third World: the Case of Jamaica, 1974-80." *Development Dialogue* 1980:2.
- 75 GONZALEZ, L., "The Black Woman's Place in Brazilian Society", artigo apresentado em 1985 *and Beyond: A National Conference*. Morgan State University, Baltimore, agosto 1984.
- 76 Governo da Índia, *Bulletin on Food Statistics*, diversas edições.
- 77 GUHA, ., "Forestry in British and Post-British India: A Historical Analysis", *Economic and Political Weekly*, 29 de outubro e 5 de novembro, 1983.
- 78 HARTFIEL, A., "In Support of Women: Ten Years of Funding by the Inter-American Foundation", artigo apresentado ao Conselho de Directores da

- IAF (Fundação Inter-Americana), setembro 1982.
- 79 HARTUNG, W., *The Economic Consequences of a Nuclear Freeze*, New York, Council on Economic Priorities, Nova Iorque, 1984.
- 80 HELLEINER, G. K., "Aid and Liquidity: The Neglect of the Poorest in the Emerging International Monetary System", Round Table on International Monetary and Financial System and Issues, ICRIER, Nova Delhi, dezembro 1984.
- 81 HELZNER, J., "Bringing Women into People Centered Development", manuscrito não publicado, setembro 1984.
- 82 HELZNER, J. e KRUEGER, C., "Integrating Women: An Evaluation of the Women's Socioeconomic Participation Project", artigo preparado para a USAID, Washington, setembro 1984
- 83 HEYZER, N., "Towards a Framework of Analysis", IDS Bulletin 12:3, julho 1981 (Special Issue on Women and the Informal Sector).
- 84 HEYZER, N., "From Rural Subsistence to an Industrial Peripheral Work Force: An Examination of Female Malaysian Migrants and Capital Accumulation in Singapore", in Beneria (org.), 1982.
- 85 HILL, H., "Women, War and Third World Development", *Labour Forum*, a publication of the Australian Labour Party, S. A. Branch, 1984.
- 86 Hindu, fev. 11, 1985.
- 87 INSTRAW, "Final Report of Interregional Seminar on Women and the International Drinking Water Supply and Sanitation Decade" INSTRAW/BT/1985/CPR.1. Rep. Dominicana, novembro 1984.
- 88 INSTRAW, "Report on the Expert Group Meeting on the Role of Women in New and Renewable Sources of Energy", Rep. Dominicana, 1985
- 89 International Planned Parenthood Federation (IPPF), *Planned Parenthood and Women's Development: Lesson From the Field*. Londres, 1982.

- 90 JACKSON, C., "Kano River Irrigation Project", in Women's Roles and Gender Differences in Development: Cases for Planners Series, Connecticut. Kumarian Press, 1985.
- 91 JAIN, D., "Development as if Women Mattered or Can Women Build a New Paradigm?" lecture delivered at OECD/DAC Meeting, Paris, janeiro 1983.
- 92 JAIN, L. C., *Grass Without Roots*, New Delhi Institute of Social Studies Trust, 1984.
- 93 JAIN, S., "Women and People's Ecological Movement — A Case Study of Women's Role in the Chipco Movement in Uttar Pradesh", *Economic and Political Weekly*, outubro 13, 1984.
- 94 JONES, L. e IL SAKONG, *Government, Business and Entrepreneurship in Economic Development: the Korean Case*, Cambridge, Harvard University Press, 1980.
- 95 KITCHENMAN, W., *Arms Transfers and the Indebtedness of Less Developed Countries*, Rand Corporation Study, N-2020-FF, Santa Monica, Califórnia, 1983.
- 96 KUHN, S. e BLUESTONE, B., "The New Economic Dualism: U. S. Women and the Transformation of the Global Economy", artigo preparado para a conferência "Women and Structural Transformations: The Crises of Work and Family Life", Rutgers University, Nova Jersey, novembro 1983.
- 97 LEACOCK, E., *Myths of Male Dominance*, Nova Iorque, Monthly Review Press, 1981.
- 98 LEE, E., "Egalitarian Peasant Farming and Rural Development: The Case of South Korea", *World Development* 7:4-5, abril-maio 1979, pp. 493-517.
- 99 LEONTIEF, W. e DUCHIN F., *Military Spending: Facts and Figures, Worldwide Implications and Future Outlook*, Nova Iorque, Oxford University Press, 1983.

- 100 LUND, R., "Women and Development Planning in Sri Lanka," *Geografiska Annaler*, 63B, Noruega, 1981.
- 101 LUND, R., "Women's Working and Living Conditions in a Mahaweli Settlement Area," *Economic Review*, Ago-Set. 1979.
- 102 MAMDANI, M., *The Myth of Population Control*, Nova Iorque, Monthly Review Press, 1972.
- 103 MACCORMACK, C. e STRATHERN, M., *Nature, Culture and Gender*, Londres, Cambridge University Press, 1980.
- 104 MASON, E. e ASHER, R., *The World Bank Since Bretton Woods*, Washington D.C., The Brookings Institution, 1973.
- 105 MATTERA, P., *The Rise of the Underground Economy*, London, Pluto Press, 1985.
- 106 McNAMARA, R., Address to the Board of Governors of the World Bank, Nairobi, 1973, Washington, D.C., Banco Mundial, 1973.
- 107 McPHEE, S., "The Checklist Project: Project Evaluation Techniques and Women's Contribution," SIDA, Stockholm, Novembro 1982.
- 108 MEEK, R.L., (org.) *Marx and Engels on the Population Bomb*, Berkeley, Rampart Press, 1971.
- 109 MELLOR, J. e JOHNSON B., "The World Food Equation: Interrelations Among Development, Employment and Food Consumption," *Journal of Economic Literature*, 22, junho 1984.
- 110 MELMAN, S., *Profits Without Production*, Nova Iorque, Alfred A. Knopf, 1983.
- 111 MIES, M., *The Lace-Makers of Narsapur: Housewives Produce for the World Market*, Genebra, OIT, 1980.
- 112 MIES, M., "Indian Women in Subsistence and Agricultural Labour," WEP Research Working Papers, Genebra, OIT, maio 1984.
- 113 MORGAN, D., *The Merchants of Grain*, Nova Iorque, Penguin, 1980.
- 114 MUKHOPADHYAY, M., "The Impact of Modernization on Women's Occupations: A Case Study of the Rice Husking Industry of Bengal,"

Indian Economic and Social History Review XX:1, jan.-mar. 1983. pp. 27-46.

- 115 MUNTEBA, S., "Women as Food Producers and Suppliers in the Twentieth Century: The Case of Zambia," *Development Dialogue*, 1982.
- 116 *Multinational Monitor*, Washington, D.C., diversas edições.
- 117 NAG, M., PEET, R. e WHITE, B., "Economic Value of Children in Two Peasant Societies," International Population Conference, México, 1977. Volume 1.
- 118 *New York Times*, "Debt Crisis Seen as Ending," fev. 4, 1985.
- 119 NOYELLE, T., "American Women Confront the New Technology and the New World Economy: Past Achievements and Future Challenges," artigo preparado para a Oficina Norte-americana da Sociedade para o Desenvolvimento Internacional, abril 1985.
- 120 OAKLEY, P. e MARSDEN, D., "Approaches to Participation in Rural Development," artigo para o *Inter-Agency Panel on People's Participation*, Genebra, OIT, março 1983.
- 121 OIT, "Asian and Pacific. Case Studies: Summaries." artigo preparado para a Oficina Regional Asiática e do Pacífico sobre Estratégias para Melhorar as Condições de Emprego das Mulheres da Zona Rural, Malásia, novembro 1983.
- 122 OIT, *Employment, Growth and Basic Needs: A One-World Problem*, Nova Iorque, Prayer, 1976.
- 123 OKEYO, A.P., "Daughters of the Lakes and Rivers: Colonization and the Land Rights of Luo women," em Etienne and Leacock (orgs.) 1980.
- 124 OKEYO, A.P., "Definitions of Women and Development: An African Perspective," in *Women and National Development: The Complexities of Change*, Chicago, University of Chicago Press, 1977.
- 125 Organização da Unidade Africana (OUA), "The Lagos Plan of Action for the

- Implementation, of the Monrovia Strategy for the Economic Development of Africa", 1980.
- 126 PALMER, J., and SAWHILL, I., (orgs.) *The Reagan Record: An Urban Institute Study*, Massachusetts, Ballinger, 1984.
- 127 PALMER, I., "The Nemo Case," in Women's Roles and Gender Differences in Development: Cases for Planners Series, Connecticut, Kumarian Press, 1985.
- 128 PALMER, I., "The Impact of Agrarian Reform on Women," in Women's Roles and Gender Differences in Development: Cases for Planners Series, Connecticut, Kumarian Press, 1985.
- 129 PALMER, R., and PARSONS, N., (orgs.) *The Roots of Rural Poverty in Central and Southern Africa*, Berkeley, University of California Press, 1977.
- 130 PAYER, C., *The World Bank — A Critical Analysis*, Nova Iorque, Monthly Review Press, 1982.
- 131 PETTIGREW, J., "Problems Concerning Tubectomy Operations in Rural Areas of Punjab," *Economic and Political Weekly* XIX:26, junho 30, 1984. pp. 995-1002.
- 132 PHONGPAICHIT, P., *From Peasant Girls to Bangkok Masseuses*, Genebra, ILO, 1982.
- 133 POLEMAN, T., "Quantifying the Nutrition Situation in Developing Countries," *Food Research Institute Studies* 18(1) 1981, pp. 1-58.
- 134 Population Council and WAND, University of the West Indies, *Planning for Women in Rural Development: A Source Book for the Caribbean*, Barbados, Coles Printery Limited, 1984.
- 135 PPCO/DIESA, "Cross Organizational Review of the Selected Major Issues in the Medium Term Plans of the Organizations of the U.N. System." (versão preliminar), Nova Iorque, janeiro, 1985.
- 136 PRATES, S., "Women's Labour and Family Survival Strategies Under the Stabilization Models in Latin America," Expert Group Meeting on Policies for Social Integration, CSDHA/UN, Viena, setembro 1981.
- 137 QUIRIN, M., *Fiscal Transfer-Pricing in Multinational Corporations*, Toronto, University of Toronto Press, 1979.
- 138 Rand Corporation Checklist, Santa Monica, California, julho 1984.
- 139 SACHS, K., *Sisters and Wives: The Past and Future of Sexual Equality*, Illinois, University of Illinois Press, 1979.
- 140 SASSEN-KOOB, "Notes on the Incorporation of Third World Women into Wage-Labour Through Immigration and Off-Shore Production," *International Migration Review*, verão 1985.
- 141 SCOTT, H., *Working your Way to the Bottom: The Feminization of Poverty*, Londres, Pandora Press, 1984.
- 142 SEN, C. e SEN, G., "Women's Domestic Work and Economic Activity: Results from the National Sample Survey," artigo apresentado na Oficina sobre as Mulheres no Terceiro Mundo, CEDE Bogotá, agosto 1984.
- 143 SEN, G., "Subordination and Sexual Control: A Comparative View of the Control of Women," em *Review of Radical Political Economics* 16:1, primavera 1984.
- 144 SEN, G., "Women Agricultural Labourers-Regional Variations in Incidence and Employment" Banerjee, N. and Jain, D. (orgs.), 1985a.
- 145 SEN, G., "Changing International Perspectives Towards Women and Food — An Appraisal," artigo apresentado na Oficina Internacional sobre o Papel das Mulheres na Auto-suficiência e na Estratégia Alimentar, ORSTOM/CIE, Paris, janeiro 1985b.
- 146 SEN, S.K., "The Working Women in West Bengal: A Study of Popular Movements and Women's Organizations," artigo preparado para a Oficina Inter-regional Africano-Asiático da OIT sobre Estratégias para Melhorar as Condições de Emprego das Mulheres em Zonas Rurais, Tanzânia, agosto 1984.

- 147 SETH, N., "Choices Regarding Fertility Control in Developing Countries: Women-Centered Educational Perspectives," manuscrito não-publicado, dezembro 1984.
- 148 SHATRUGNA, V., "Women and Health," Current Information Series 2, Unidade de Pesquisa sobre Estudos das Mulheres, S.N.D.T. Women's University, Índia, sem data.
- 149 SHEPARD, J., "When Foreign Aid Fails," *The Atlantic*, 255:4, abril 1985.
- 150 SHIVA, V., SHARATCHANDRA H.C. and BANDOPADHYAYA, J., *Social and Ecological Impact of Social Forestry in Kolar*, Bangalore Indian Institute of Management, 1981.
- 151 SHIVA, V. and BANDOPADHYAYA, J., "Eucalyptus — A Disastrous Tree for India," *The Ecologist* 13:5, 1983.
- 152 SIVARD, R., *World Military and Social Expenditures: An Annual Report on World Priorities*, Washington, D.C., 1980, 1981, 1982, 1983.
- 153 SIVARD, R., *Women, A World Survey*, Washington, D.C., 1985.
- 154 SIMMONS, A., "The Value of Children Approach in Population Policies: New Hope or False Promise," International Population Conference. México, 1977, Volume 1.
- 155 SPARR, P., "Re-Evaluating Feminist Economics," *Dollars and Sense*, N.º 99, setembro 1984.
- 156 STERNSTEDT, D.C., "Success of Rural Women's Projects: Mumbwa Case Zambia," Rural Employment Policies Branch, Geneva, OIT, 1984.
- 157 STOLER, A., "Class Structure and Female Autonomy in Rural Java," *Signs — Journal of Women in Culture and Society* 3:1, outono, 1977, pp. 74-89.
- 158 STRYKER, R., "The World Bank and Agricultural Development," *World Development* 7:3, março 1979.
- 159 TRAVERSO, C.A. and IGLESIAS, E.V., *Basis for a Latin American Response to the International Economic Crisis*, SELA-CEPAL, maio 1983.

- 160 U.N. Cepal, "Latin American Development Problems and the World Economic Crisis," E/CEPAL/CEGAN 6/5.2, novembro 1982.
- 161 U.N. Economic Commission for Africa, "Review and Appraisal of the Achievements of the U.N. Decade for Women, 1976-1985," E/ECA/RCIWD/OAU/4, agosto 1984b.
- 162 U.N. Economic Commission for Africa, "Women and the Industrial Development Decade in Africa," E/ECA/RCIWD/OAU/6, agosto 1984.
- 163 U.N. Economic Commission for Latin America and the Caribbean, "Report of the Group of Experts on Operational Strategies for the Advancement of Women Up to the Year 2000," LC/G.1322, setembro 1984.
- 164 U.N. Centre for Disarmament. "The Relationship Between Disarmament and Development," Disarmament Study Series 5, A/36/356, Nova Iorque, 1982.
- 165 U.N. Department for Disarmament Affairs, "Economic and Social Consequences of the Arms Race and of Military Expenditures," A/37/386, Nova Iorque, 1983.
- 166 UNFPA Evaluation Branch, "Draft Guidelines for the Evaluation of Women's Role in UNFPA Assisted Programmes," Nova Iorque, 1984.
- 167 UNICEF, *The State of the World's Children*, Nova Iorque, 1984.
- 168 UNIFEM, "Development Cooperation with Women: The Experience and Future Directions of the Fund," (relatório preliminar), IESA/SDHA/CC.16/3-6, Nova Iorque, agosto 1984.
- 169 U.N. Secretariat, Branch for the Advancement of Women, "Resource Paper on Women in Developing Countries and Monetary and Fiscal Matters in the Context of the International Development Strategy," AWB/EGM.81.2/RP.4, novembro 1981.
- 170 U.N. Secretariat, World Conference of the United Nations Decade for Women Documents, A/CONF.94/1-30, Nova Iorque, 1980.

- 171 *Wall Street Journal*, fevereiro 17, 1985.
- 172 WAND e APCWD, "Developing Strategies for the Future: Feminist Perspectives," Relatório da Oficina Feminista Internacional realizada em Stony Point, Nova Iorque, abril 1980.
- 173 Women for Economic Justice, "When the Rich Get Richer and the Poor Get Poorer, What Happens to Women and Children?" Economic Literacy Paper 1, Boston, 1984.
- 174 WIJKMAN, R. and TIMBERLAKE, L., *Natural Disasters — Acts of God or Man?*, Londres, Earthscan, 1984.
- 175 WILLIAMS, G., "The World Bank and the Peasant Problem," em *Rural Development in Tropical Africa* (orgs.) Heyer, J., Roberts, P., Williams, G., Londres, Macmillan, 1981
- 176 WILLIAMS R., Cotton, Cattle and Crisis in Central America, North Carolina, University of North Carolina Press, lançamento em breve.
- 177 WISNER, B., "Energy — Agriculture Conflicts and Complementarities in African Development: Experiences with Method," artigo apresentado no Seminário Internacional sobre Eco-sistemas, Alimento e Energia, Brasília, setembro 1984.
- 178 WOODFORD-BERGER, P., "Monitoring Women: The Use of Checklists in Rural Assistance Programmes Against the Background of Ten Case Studies," artigo submetido à reunião do OECD/DAC/WID, Paris, janeiro 1983.
- 179 World Bank, *World Development Report*, Washington D.C., 1984.
- 180 *World Development*, Special Issue on Economic Stabilization in Latin America: Political Dimension, 8:11, novembro 1980.
- 181 YOUSSEF, N. and HETTLER, C., "Rural Households Headed by Women: A Priority Concern for Development," WEP Research Working Papers, Genebra, OIT, março 1984.



Este livro foi composto na Linolivro S/C Composições Gráficas Ltda., Rua Dr. Odilon Benévolo, 189 — Benfica — Rio de Janeiro e impresso nas oficinas da Graphos Industrial Gráfico Ltda., Rua Santo Cristo, 78 — Rio de Janeiro.

EDITORA ESPAÇO E TEMPO

Livros publicados

Reflexões sobre o cotidiano

Marta Suplicy

A visão de uma das mais importantes agentes da transformação da mulher brasileira, sobre os problemas da nossa realidade hoje.

Por que o sexo é bom?

Gilda Bacal Fucs

Este livro aborda a sexualidade não como mero processo biológico, mas como complexidade psíquica e emocional. Primeiro manual sobre sexualidade escrito por uma autora brasileira.

O despertar da mulher é o despertar do homem

Zenia Dirani

Um livro que vai além da temática da mulher, pois aborda e questiona valores institucionais como o casamento, a família, a relação pais-filhos, a cultura adolescente, a liberdade sexual, a solidão, o amor, a separação...

A Estrela Dalva

João Elísio Fonseca

Biografia de Dalva de Oliveira que deu origem à peça teatral estrelada por Marília Pêra. "Neste livro, João Elísio procura fielmente o elo entre minha mãe e a vida que ela, em tempo integral, debateu-se em viver." (Pêri Ribeiro)



Há duas coisas fantásticas a respeito deste livro. De um lado, a maneira excepcional como combina qualidades aparentemente inconciliáveis: o exame implacável das raízes da crise sistêmica que ameaça a sobrevivência mundial e a esperança fundada no potencial de transformação das mulheres do Terceiro Mundo. E este exame é feito através das lentes do rigor da cientista e da paixão da militante. De outro lado, impressionou-me profundamente o próprio processo de elaboração do livro, do qual tive o privilégio de participar. Mulheres dos quatro cantos do mundo, inspiradas por uma visão igualitária e participativa, com extraordinária eficiência, puseram em prática essa visão e ultrapassaram as barreiras de culturas, geografias, formações acadêmicas, preferências teóricas, personalidades, e que mais representassem da rica variedade dos cinco continentes. O resultado foi um diálogo extremamente fecundo, que Gita Sen e Caren Grown souberam captar com sensibilidade e sistematizar com clareza. Para o feminismo, este livro é um marco, pois supera o golfo entre o público e o privado e mostra como as relações de gênero estão ligadas às políticas econômicas e às crises culturais. E vai além, ao esboçar propostas de fortalecimento dos movimentos de mulheres que permitam afirmar a visão de um mundo solidário.

CARMEN BARROSO

ISBN 85-85114-35-5

